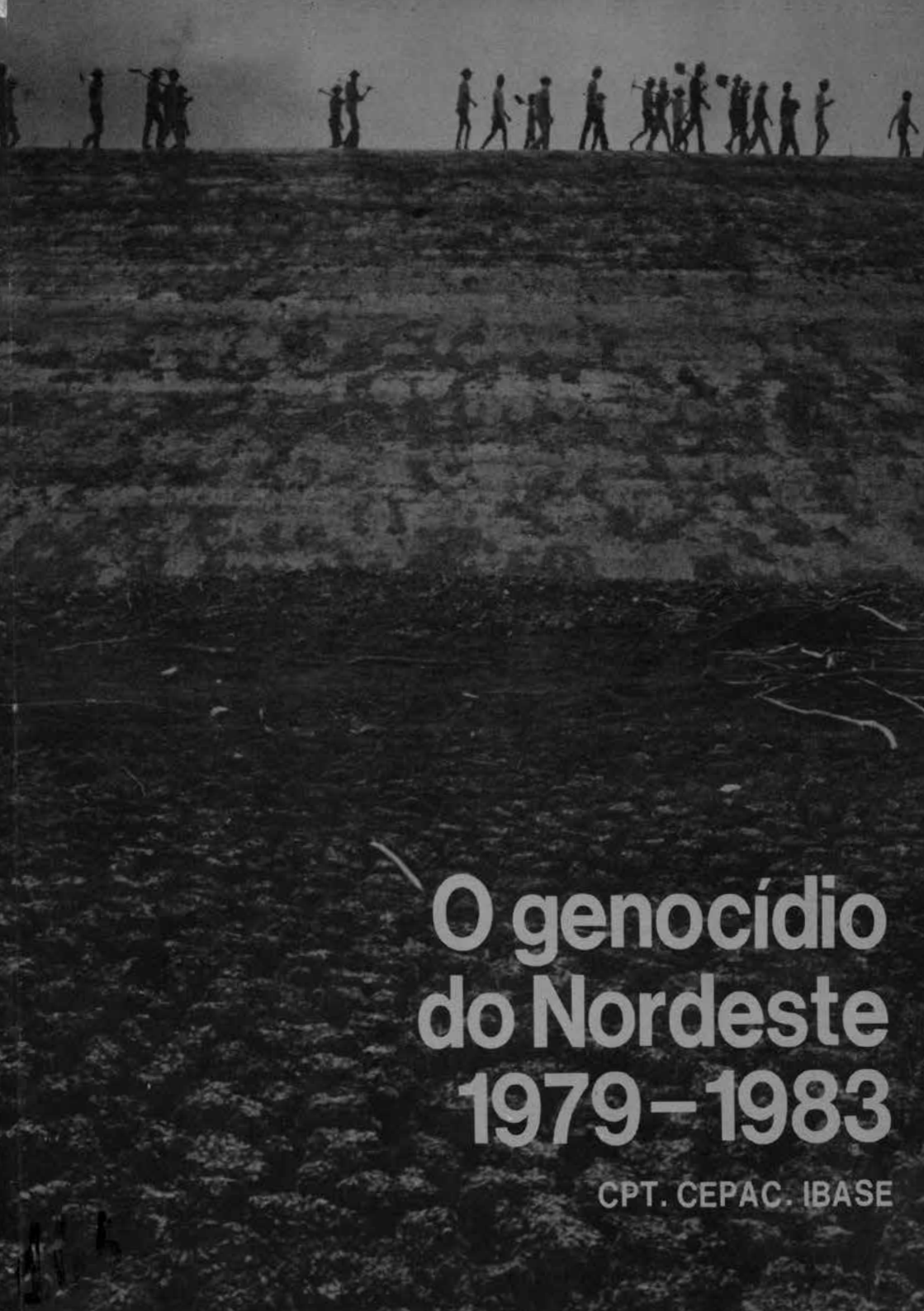




O genocídio do Nordeste 1979-1983

CPT. CEPAC. IBASE

O genocídio do Nordeste 1979 – 1983

CPT. CEPAC. IBASE

Co-edição:

Edições Mandacaru Ltda.
R. Com. Eduardo Saccab, 344
04602 São Paulo, SP

Comercialização:

Editora Hucitec Ltda.
R. Geórgia, 51
04559 São Paulo, SP
Telefone: (011)241-0858

Pesquisa e organização:

- Daniel Rech
- Francisco Passos Costa
- Giambaptista Calligaro
- Herbert José de Souza
- Luis Eduardo de Souza
- Paulo Cesar Lisboa Cerqueira
- Raimunda Cleide Fontes

Redação final:

- Milton Moura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: OS NÚMEROS DA MORTE	7
1. O GENOCÍDIO NO MEIO DE NÓS	21
DANIEL RECH	
2. A SECA NO CONTEXTO SOCIAL DO NORDESTE	33
PAULO CEZAR LISBOA CERQUEIRA	
3. NORDESTE: A SECA TEMPORÁRIA E A FOME PERMANENTE	77
EMÍLIA PESSOA PEREZ, LEDA MARIA TELES E JOSÉ FRANCISCO GOMES	
4. RESISTÊNCIA POPULAR AO GENOCÍDIO	91
LUÍS EDUARDO DE SOUZA	
CONCLUSÃO	117
RELAÇÃO DOS NOMES DOS MORTOS NA SECA DE 1979-83 LEVANTADOS PELA PESQUISA QUE DEU ORIGEM A ESTA EDIÇÃO	121

INTRODUÇÃO: OS NÚMEROS DA MORTE

A seca que assolou o Nordeste de 1979 a 1983 deixou milhares de mortos. Talvez mais de um milhão. Durante estes anos, um quarto da população brasileira enfrentou diariamente a fome, a doença e a morte de maneira brutal, catastrófica. Foi a pior seca do século, dizem os mais velhos. Nunca se viu tanto sofrimento, miséria e injustiça em cima da terra sem verde. E nunca se tinha visto o povo se movimentar e refletir sobre a seca como desta vez. Por isso, a última seca não foi mais entendida por todos como uma desgraça natural, nem as mortes encaradas como uma fatalidade. Ampliou-se a compreensão de como os latifundiários e o governo se aproveitaram do acontecimento natural para aumentar seu poder. Não foi exatamente a seca quem matou os nordestinos. Houve um genocídio intencionado na região, naqueles anos. É o que este livro pretende mostrar.

Foi a partir de 1982, o quarto ano sem chuvas, que trabalhadores rurais, líderes sindicais, agentes de pastoral, representantes diversos do movimento popular, bispos e assessores começaram a reunir-se para discutir a grande seca. Num seminário sobre Reforma Agrária realizado em junho de 1984, em Canindé, Ceará, surgiu a idéia de se fazer um levantamento das mortes, superando-se as dificuldades metodológicas com o apoio do Ibase. Como distinguir se a morte de uma criança aconteceu por causa da seca ou se deveu a outro fator? Como conseguir que as famílias declarassem que seus filhos morreram de fome, o que normalmente é tão humilhante? O desejo de participar da pesquisa alcançou vários setores do movimento popular, reforçados pelas declarações contidas no documento *Nordeste, Desafio à Missão da Igreja no Brasil*, publicado pela CNBB em 1984.

Enquanto isto, várias estimativas eram colocadas por entidades da sociedade civil. Falava-se de 3 milhões e meio de mortos, ou mais. O governo – seja a nível fe-

deral, regional ou estadual – nada fez para apurar o resultado trágico da seca.

O levantamento foi completado em 1985. Para isto, colaboraram companheiros ligados a comunidades de base, entidades de assessoria e pastorais de conjunto em diversos estados, conforme relação à pg. 121.

Foram recolhidos os nomes de quase 5.000 mortos, na maioria crianças. Um conjunto original de documentos. Pela primeira vez na história do Nordeste, os nomes de parte significativa das vítimas de uma seca foram reunidos numa listagem. No final desta edição, estão presentes como apelo à justiça e à solidariedade.

Em 1986, em Salvador, foi decidido aprofundar aquele levantamento através de uma pesquisa mais acurada que permitisse a extração de um índice da mortalidade na área da seca. Foi aplicado de maneira mais sistemática o mesmo questionário usado no levantamento inicial, visitando-se casa por casa em 7 localidades de 5 municípios, em 3 estados:

Lagoa da Cruz, em Itapipoca, Ceará;
Chapada de São Miguel e Patis, em Esperantina, Piauí;
Boa Vista e Maxixe, em Itainópolis, Piauí;
Sobradinho, em Juazeiro, Bahia;
Agrovila 13, em Bom Jesus da Lapa, Bahia.

Os resultados desta pesquisa estão na Tabela 1.

Em 14,5% das casas dessas localidades, houve mortes por causa da seca. E do total da população destas 7 comunidades tomadas como amostra, uma média de 2,5% morreu de fome naquele período, sendo de crianças a grande maioria. A percentagem variou de 1,5%, em Sobradinho, até 8,5%, em Maxixe. Aplicando a taxa de 2,5% ao total de 28 milhões de nordestinos atingidos

TABELA 1

ÓBITOS POR DOMICÍLIO - NORDESTE, 1983

MUNICÍPIO / COMUNIDADE	POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO 1980	DOMICÍLIOS P/MUNICÍPIO COMUNIDADE	DOMICÍLIOS PESQUISADOS	DOMICÍLIOS COM MORTES	% DE DOMICÍLIOS COM MORTES	TOTAL DE PESSOAS NOS DOMICÍLIOS	Nº DE MORTES	% DE MORTES
ITAPIPOCA / CEARÁ	103.823	18.479	—	—	—	—	—	—
Lagoa da Cruz	—	96	80	21	26,3	595	21	3,5
ESPERANTINA / PIAUÍ	29.122	5.370	126	23	18,1	737	23	3,1
Chapada São Miguel	—	63	63	5	—	383	5	1,3
Patis	—	63	63	18	—	354	18	5,0
ITAINÓPOLIS / PIAUÍ	13.376	2.491	89	22	24,4	349	29	8,3
Boa Vista	—	23	26	6	23,0	139	11	7,9
Maxixe	—	63	63	16	25,0	210	18	8,5
JUAZEIRO / BAHIA	118.175	22.001	—	—	—	—	—	—
Sobradinho	—	762	762	74	9,7	4.787	74	1,5
BOM JESUS DA LAFIA / BAHIA	69.202	11.911	—	—	—	—	—	—
Agrovila 13	—	233	233	40	17,2	1.406	52	3,7
TOTAIS:	202.887	60.252	1.293	187	14,5	7.874	199	2,5

Fonte: IBASE, 1986

pela seca, podemos dizer, então, que 700.000 pessoas morreram de fome e fraqueza naquele período, no Nordeste. Este número é a referência mais segura para dar corpo à palavra GENOCÍDIO, a palavra central desta edição.

Outro cálculo que completa o quadro dramático da seca: foi divulgado oficialmente que 2.700.000 pessoas foram alistadas em 1983 nas frentes de emergência. Recebiam 15.300 cruzeiros, menos de um terço do salário mínimo da época. Estimando que cada família reunia 6 membros, concluímos que naquele ano havia 16.200.000 nordestinos no limiar da sobrevivência, em estado de miséria extrema. Aplicando a mesmo taxa de 2,5% de morte ao total de 16.200.000, concluímos que 405.000 mortes devem ter acontecido só entre os assistidos nas frentes de serviço e suas famílias.

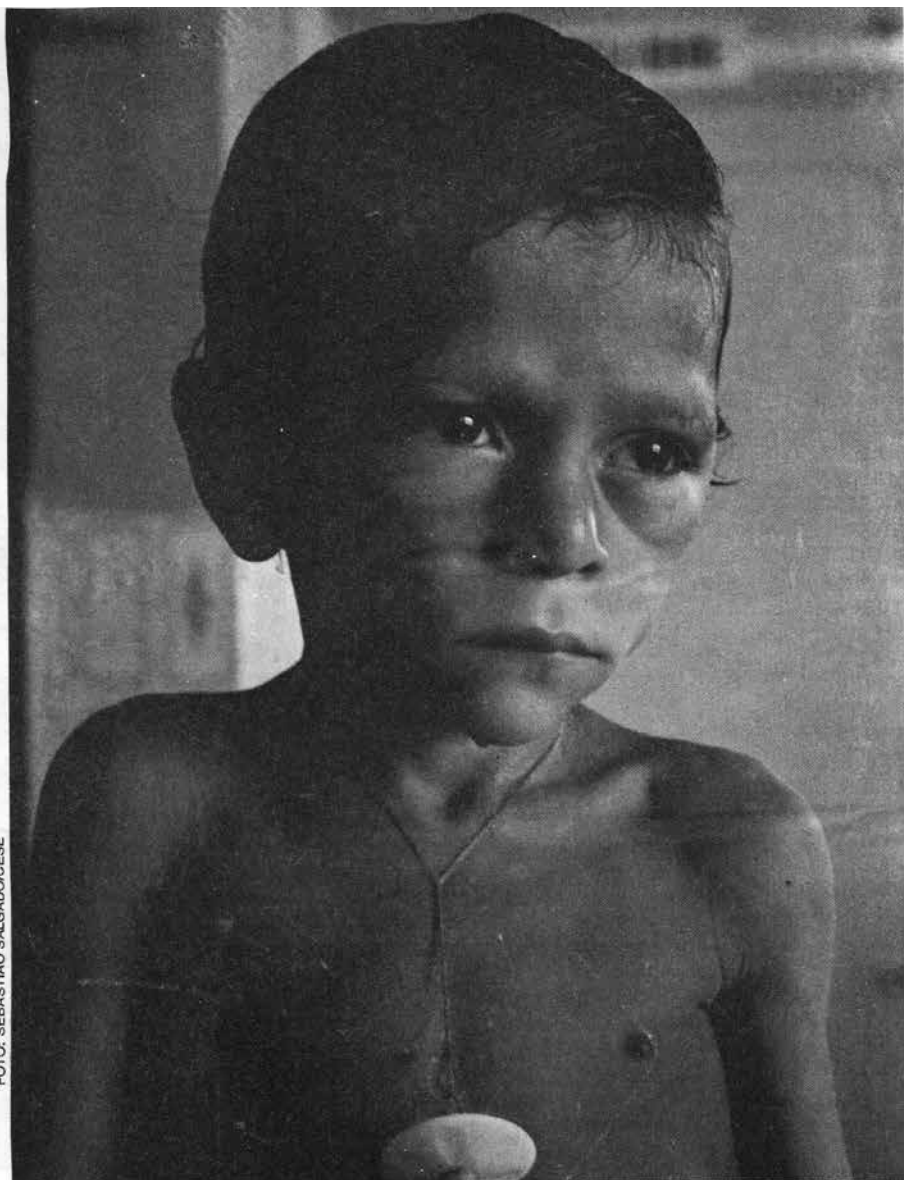
Em 1986, também o Ibase processou as informações colhidas num levantamento feito em vários cartórios de Juazeiro, Bahia, sobre as causas que levaram crianças menores de dois anos a morrer em 1983. Os resultados estão nas Tabelas 2 e 3: 94,6% das mortes registradas com causas conhecidas se deveram à fome e às doenças infecciosas, confirmando assim, por outro caminho, a denúncia de um verdadeiro genocídio na região.

O conjunto destes números configura um crime. A apresentação destes dados tem, então, dois objetivos: o

resgate histórico de milhares de nomes que simbolizam outros tantos que perderam a vida, no período da seca de 1979-83, para que não fique de todo perdida sua memória, e a acusação pública do crime de genocídio, que continuará clamando pela apuração dos culpados.

Tais objetivos, em parte, se realizam neste livro. Aqui estão milhares de nomes nordestinos de todos os estados. Para nós, é como se representassem todas as Marias. Da Cruz e de Jesus; das Dores e dos Anjos; dos Santos e do Livramento; de Nazaré e dos humildes; da Pureza e dos Remédios; da Soledade e da Glória; de Lourdes e do Socorro; da Paixão e Santa de Deus. Que se juntam aos José, Cosme, Damião, Francisco, Antônio, João, Raimundo, Severino, Jonas, Benedito, Luís, Pedro. De sobrenome Ferreira, Batista, Oliveira, Souza, dos Reis e dos Santos. Nomes que revivem politicamente o sofrimento e as esperanças da classe a que pertencem. Clamam por justiça, não mais para si, mas para outras Marias e Josés, irmãs e irmãos daqueles que exigem um lugar nesta terra e respeito pela sua humanidade, aviltada pela miséria e pela opressão.

Embora o banco dos réus continue vazio e os assassinos estejam soltos, este livro se faz denúncia política do crime, alertando a opinião pública, especialmente os grupos organizados do movimento popular e todos aqueles solidários à causa da justiça, sobre o genocídio praticado entre nós.



Com apenas 19 meses, esta criança tem aspecto de um velho. Estava internada em Crateús com hepatite.

TABELA 2

IBASE-CD – PROJETO DE CRUZAMENTOS JUAZEIRO/BA – 1983

Distribuição dos óbitos por causa e por idade em meses

IDADE: EM MESES	0 a 6	7 a 12	13 a 24	24 a	TOTAL
AFOGAMENTO	0	0	0	1	1
ANEMIA FALCIFORME	0	0	1	0	1
ANENCEFALIA	1	0	0	0	1
ANOXIA CEREBRAL	0	0	1	0	1
ANOXIA INTRA-UTERINA	1	0	0	0	1
BRONCO-PNEUMONIA	6	2	0	0	8
BRONQUITE AGUDA	0	1	0	0	1
CARDIOPATIA CONGÊNITA	0	0	2	0	2
CAUSA DESCONHECIDA	0	0	0	1	1
CHOQUE TOXÊMICO	1	0	0	0	1
COAGULAÇÃO CARDIO-VASCULAR	1	0	0	0	1
COMA DESCONHECIDA	1	0	0	0	1
DESIDRATAÇÃO GRAVE	24	9	4	0	37
DESNUTRIÇÃO	2	0	0	0	2
DIFTERIA	1	0	0	0	1
DISTÚRBO HIDRO-ELETROLÍTICO	3	2	2	0	7
ENCEFALITE	1	0	0	0	1
ENTERITE AGUDA	0	2	0	0	2
GASTROENTERITE	4	1	0	0	5
HIDROCEFALIA CONGÊNITA	2	0	0	0	2
INCOMPATIBILIDADE DE FATOR RH	1	0	0	0	1
INFECÇÃO NEO-NATAL	4	0	0	0	4
INSUFICIÊNCIA CARDÍACA CONGESTIVA	0	0	0	1	1
INSUFICIÊNCIA CARDIO-RESPIRATÓRIA	28	9	5	3	45
INSUFICIÊNCIA CONGESTIVA	1	0	0	0	1
INSUFICIÊNCIA RENAL AGUDA	0	2	0	0	2
MENINGITE	0	1	0	0	1
PARADA CARDIO-RESPIRATÓRIA	8	2	2	0	12
PNEUMONIA	5	1	0	0	6
POLITRAUMATISMO HEMORRÁGICO					
DO ABDOMEM	0	0	1	0	1
PREMATURIDADE	12	0	0	0	12
SEM ASSISTÊNCIA MÉDICA	97	25	9	6	137
SEPTICEMIA	41	10	2	2	55
SÍNDROME DE MEMBRANA HIALINA	2	0	0	0	2
TRANSTORNO EQUIL. ÁCIDO-BÁSICO	3	0	0	0	3
NÃO RESPONDERAM	0	0	0	0	0
TOTAL:	250	67	29	14	360



FOTO: SEBASTIÃO SALGADO/CESSE

Crianças afetadas pela subnutrição. Seus cabelos tornam-se brancos pela carência de vitaminas.

TABELA 3

ÓBITOS POR GRUPO DE CAUSAS E POR IDADE EM MESES

JUAZEIRO - BAHIA - 1983

GRUPO DE CAUSAS	I D A D E E M M E S E S										TOTAL	
	0 - 6		7 a 12		13 a 24		24 a					
		%		%		%		%		%		
DIARRÉIAS E DESIDRATAÇÃO	34	13,6	14	20,9	6	20,7			54	15,0		
DOENÇAS RESPIRATÓRIAS	11	4,4	4	6,0					15	4,2		
DOENÇAS INFECCIOSAS (Meningites, Septicemia...)	49	19,6	13	19,4	2	6,9	3	21,4	67	18,6		
DESNUTRIÇÃO	2	0,8							2	0,5		
PREMATURIDADE	14	5,6							14	3,9		
NÃO EVITÁVEIS	3	1,2			3	10,3			6	1,7		
CAUSAS EXTERNAS	1	0,4			2	6,9	1	7,2	4	1,1		
MAL DEFINIDAS	136	54,4	36	53,7	16	55,2	10	71,4	198	55,0		
TOTAL:	250		67		29		14		360			

Fonte: IBASE, 1986

Projeto CRUZAMENTOS JUAZEIRO / BAHIA.

A seguir, aprofundamos alguns aspectos do sofrimento trazido pela seca e seu aproveitamento político pelos latifundiários e pelo governo. Os temas estão assim distribuídos:

Capítulo 1: *O Genocídio no meio de nós.*

Capítulo 2: *A seca no contexto social do Nordeste.*

Capítulo 3: *A seca temporária e a fome permanente.*

Capítulo 4: *A resistência popular ao genocídio.* *

Para chegar a este resultado, foi necessária a contribuição de muita gente, cujo esforço e dedicação agradecemos.

N A PESQUISA E LEVANTAMENTO DE NOMES:

Ceará: Dioceses de Cratêus, Iguatu, Quixadá, Tianguá, Sobral, Itapipoca, Limoeiro do Norte e Fortaleza; Gru-

pos de Saúde dos Postos de Tianguá; apoio da CNBB/NEI e CPT/NE I.

Bahia: Diocese de Rui Barbosa; Equipes de CPT/Bom Jesus da Lapa e Juazeiro; Pastoral Rural de Cícero Dantas; Paróquia de Fátima (Diocese de Feira de Santana); Coordenação da CPT NE III - Bahia e Sergipe.

Pernambuco: Diocese de Garanhuns/Evangelização Rural e Comissão de Ajuda às Vítimas da Seca; Centro de Capacitação de Pequenos Agricultores de Pesqueira.

* Cada um destes textos foi escrito por pesquisadores de diferentes competências profissionais, o que explica o estilo diferenciado de um capítulo para outro.



FOTO: MILTON MENDES FILHO/CESE

Piauí: Coordenação da CPT/PI.

Sergipe: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itabi e Paróquias da Diocese de Propriá; Coordenação do Movimento de Educação de Base e CPT/Propriá.

Rio Grande do Norte: Coordenação do Serviço de Assistência Rural, Movimento de Educação de Base e Ação Católica Rural.

NO PROCESSAMENTO DE DADOS:

Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE, Rio de Janeiro.

NA ASSESSORIA E DISCUSSÃO DA TEMÁTICA:

Centro Piauiense de Ação Cultural – CEPAC, Teresina; Centro Josué de Castro, Recife; CPT Nacional, Goiânia; CPT/Ceará, Piauí, Bahia e Sergipe.

NO DOCUMENTO FOTOGRÁFICO:

Coordenadoria Ecumênica de Serviço – CESE

NA COEDIÇÃO DO TEXTO:

CPT, IBASE e CEPAC.



Agonia em Bom Jesus da Lapa, Bahia.

... foi um longo tempo de sofrimento, dor, sacrifícios, morte e lágrimas por falta de pão. Vi muitas crianças morrerem antes de completar um ano de vida. Batizei dezenas delas às portas da morte, porque o frágil corpinho não suportava a falta de alimentos, já que se alimentavam com água e açúcar ou água e sal.

Vi o caso de famílias de 11 pessoas com apenas 3 sobreviventes. Vi famílias que se alimentavam de calangos assados. Vi intimações, prisões e processos de companheiros. Vi trabalhadores alistados nas frentes de serviço receberem o miserável salário de Cr\$ 15.300,00, do qual se descontava ainda Cr\$ 4.590,00.

Vi maltratos de trabalhadores nas frentes de Emergência, relatados em carta aberta ao povo e às entidades. Vi uma mãe de família que, de tanto botar o filho para chupar o seio para não vê-lo chorar de fome, em vez de leite saía sangue. Vi uma mãe de família desmaiar de fome durante uma manifestação de mulheres em Novo Oriente, Ceará, enquanto uma companheira, que amamentava, acostou-se a ela e deu o seu peito para alimentá-la. Foi assim que ela voltou do desmaio.

Vi mães que deram à luz e abortaram nas frentes de emergência. Vi homens que morreram de fome no caminho do trabalho. Vi mães que açoitavam os seus filhos menores, de tão aperreadas por não ter alimento para dar às crianças que choravam o dia todo. Vi jovens e adultos com cegueira noturna durante dias e meses.

Vi em Canindé, Ceará, uma mãe encontrada morta com uma criança também morta que estava chupando o seio. Vi, às margens da estrada que vai de Fortaleza a Canindé, quase todos os dias, centenas de mulheres e crianças ajoelhadas no asfalto, com as mãos estendidas, a pedir esmolas, suplicando que levassem os seus filhos para não morrerem de fome.

Apesar desta vida miserável, o povo insistiu com coragem nas ruas, nas repartições municipais, exigindo emprego e comida. Quando as autoridades não o recebiam, procurava armazéns e mercados, lançava mão daquilo a que tinha direito. Muitos resistiram à morte através desses atos, dos gestos de solidariedade e partilha fraterna de muitos irmãos.

O mais duro e mais angustiante era ver uma minoria, que além de ter as mesas abastadas, ainda se beneficiava com os restos das frágeis forças, suor e sangue de pais de famílias, mulheres, jovens e crianças que tinham por obrigação beneficiar as propriedades, tornando-as supervalorizadas às custas da força de trabalho e os recursos do Povo.

Para quem não conviveu com essa realidade, é difícil perceber a verdadeira dimensão da tragédia da SECA DO SÉCULO.

Imã Cleide Fontes,
Agente de Pastoral da Diocese de Cratús, Ceará.

1. O GENOCÍDIO NO MEIO DE NÓS

Daniel Rech*

* Assessor Jurídico da CPT Nacional

O trágico, quando se torna cotidiano, corre o risco de parecer banal. A convivência — e convivência — com o crime e a impunidade, o hábito de ver desrespeitados direitos elementares e o desalento ante a falência das instituições gera um clima de insensibilidade generalizada. Uma mortandade como se deu no Nordeste, entre 1979 e 1983, pode ser esquecida ou assimilada pela opinião pública como algo “normal”.

Neste livro, comprovamos individualmente 5 mil óbitos — apenas 0,71% do mínimo provável, conforme cálculo explicado na Introdução. Se tivessem morrido apenas 5 mil, já teria sido terrível e revoltante. O que dizer então de 700 mil ou mais?

É desde aqueles anos que passamos a ouvir mais a palavra GENOCÍDIO. Antes, seu significado era obscuro, quase sempre associado a ocorrências distantes, como por exemplo os massacres promovidos pelos nazistas. A grande seca teve impacto suficiente para dar a esta palavra um sentido próximo, urgente e dramático, principalmente depois que a CNBB se pronunciou sobre o flagelo usando-a com todas as suas letras.¹

Quando falamos de genocídio, não colocamos mais a seca como responsável pelas mortes. Afirmamos que houve uma intenção no crime cometido, intenção de autores humanos que devem ser responsabilizados pelo resultado de suas atitudes e de suas omissões.

No Brasil, somente em 1956 foi regulamentada oficialmente a condenação do genocídio, através da Lei nº 2.889, de 01 de outubro daquele ano, cujo artigo 1º reza: *Quem, com a intenção de destruir, no todo ou em parte, grupo nacional, étnico, racial ou religioso, como tal:*

a) matar membros do grupo;

- b) causar lesão grave à integridade física ou mental dos membros do grupo;
- c) submeter intencionalmente o grupo a condições de existência capazes de ocasionar-lhe a destruição física total ou parcial;
- d) adotar medidas destinadas a impedir os nascimentos no seio do grupo;
- e) efetuar a transferência forçada de crianças do grupo para outro grupo.

Estará cometendo um crime de genocídio.

O quadro socio-político do Nordeste dá espaço para que ações políticas de autores individualizáveis tenham determinado um genocídio. No capítulo 3, veremos alguns índices da miséria cotidiana da população mais empobrecida. Estruturalmente, isto se produz a partir de uma concentração fundiária alarmante. Milhares de nordestinos tombaram junto a quilômetros e quilômetros de cercas que os mantinham fora de milhões de hectares de terras disponíveis para a subsistência.

Observando os dados fornecidos pelo MIRAD-INCRA sobre a distribuição das terras do Nordeste em 1978, último ano antes da seca, vemos como o genocídio aconteceu numa região de propriedade tremendamente concentrada. A área total dos estados nordestinos é de 154.227.100 ha. Destes, o INCRA cadastrou, naquele ano, 103.761.185,2 ha, assim distribuídos:

Minifúndios	14.231.327,1 ha
Empresa Rural	3.048.345,0 ha
Latifúndio por exploração	71.673.726,6 ha
Latifúndio por dimensão	9.343.627,1 ha
Outros	5.428.159,4 ha

¹ CNBB: *Nordeste — Desafio à Missão da Igreja no Brasil*, São Paulo, Ed. Paulinas, 1984, p.5

A Tabela 4 mostra como se relaciona esta distribuição fundiária e a exploração e produção do total de 81.017.353,7 ha.

Apenas 44,3% da área aproveitável dos latifúndios era explorada. Destes, somente 11% eram aproveitados para culturas e extração vegetal, incluindo aí a grande agricultura de exportação. O dado mais chocante, contudo, é a percentagem de áreas não aproveitadas: 55,7% das áreas rentáveis do latifúndio são conservadas para especulação. Considerando como os dados do INCRA costumam ser complacentes quando se trata do aproveitamento agrícola dos latifúndios, podemos supor que a percentagem de terras não aproveitadas deve ser superior a estes 55,7%.

Mas não é só isso. A concentração da terra, correspondente a concentração da água, do crédito e da alocação de recursos do governo em tempo de calamidade. Principalmente no semi-árido, a concentração fundiária, por si só, não resulta em riqueza, mas é o meio através do qual o senhor de terras capta para dentro de suas cercas a construção de açudes, aguadas etc. Enfim, concentração é muito mais do que uma categoria espacial: corresponde a um processo político no qual uma classe assalta a outra com as bênçãos do Estado e de seus aparelhos.

Essa situação de morte, agravada pela longa estiagem, não era desconhecida pelas autoridades públicas que — também pela omissão — consentiram no Genocídio.

A partir de 1982, pesquisadores de várias instituições federais e estaduais, mobilizados pela Secretaria Executiva da Sudene, pelo BNB/Etene, pela Secretaria de Planejamento da Bahia (Seplantec), pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e pelo Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPLAN) do IPEA empreenderam relatórios técnicos tendo em vista uma avaliação dos projetos em curso no Nordeste e a elaboração do Projeto Nordeste. Um dos grupos de estudo, com equipe composta por 9 técnicos, 3 consultores, 4 colaboradores etc, levantou os recursos hídricos da região. Com respeito aos Programas de Emergência, afirmam: *Uma análise da tabela 5 permite verificar que, mesmo considerando o fato de que a partir de 1979 houve uma sequência de anos com fortes estiagens, não se observa um crescimento significativo dos recursos aplicados pela SUDENE nas suas quatro principais funções, consideradas as mais importantes. Como decorrência do problema mencionado acima, constata-se que, no pe-*

*ríodo das secas, existe muito mais transferências de recursos de outras ações para aquela referente à defesa civil (Emergência) do que a alocação de recursos adicionais para fazer face às calamidades públicas.*²

O Brasil, 8ª economia mundial, país exportador e capaz de absorver rombos e escândalos financeiros na época, não socorreu com a devida urgência nem a níveis satisfatórios as necessidades básicas da população nordestina flagelada pela seca. Cabe recordar que temos um governo perverso, pois verbas não faltam para tapar os grandes buracos abertos por uma corrupção sem limites (...). É difícil se prever a quanto monta o rombo e as realizações faraônicas. Os rombos são famosos e recentes demais para cair no esquecimento público: mercado imobiliário e mobiliário, contas das estatais, mordomias, favorecimento de grupos e famílias, impunemente. Despotismo e assim sucessivamente. (...) É uma fábula de recursos que bem aplicados poderiam evitar que o nordestino fosse convertido num mendigo contra a sua própria vontade.³

Se atentarmos para o salário de Cr\$ 15.300,00 pago aos alistados nas frentes de emergência, podemos dizer que foram organizados para morrer de fome. Numa situação de calamidade pública reconhecida, tudo se torna mais difícil, sobretudo prover os alimentos. Como sobreviver com um terço do salário mínimo regional? Isto não é submeter intencionalmente o grupo a condições de existência capazes de ocasionar-lhe a destruição física total ou parcial, como se lê no texto da Lei?

*Um pai de família ganhar por um dia de serviço no sol, dando duro, Cr\$ 136,00 sujeito a sustentar sua família de 8 ou 10 pessoas. Para se alimentar e comprar tudo o que uma família precisa com este dinheiro. Quando um prato de comida numa banca, das piores comidas, é mais deste dinheiro (Este pagamento correspondia a menos de Cr\$ 4.000,00 por mês, quando o salário mínimo oficial — que todos sabem que é de fome — estava em Cr\$ 6.700,00). Eu não entendo nunca o que eles pensam, quando estipulam um salário destes. Só pode ser uma espécie de zombaria, caçoando do povo.*⁴

² SUDENE: *A Problemática e a Política da Terra e Água no Nordeste* — Projeto Nordeste, 7, Recife, 1985, p.158-159.

³ *A Tarde*, 26.9.1983, Salvador, 26.9.1983, Editorial.

⁴ Depoimento de um lavrador in *As secas: exploração de um Povo*, Feira de Santana, Bahia, 1982. Note-se também que nas vezes em que o salário pago nas frentes de emergência foi corrigido, manteve-se proporcionalmente quase a mesma defasagem.



Pais enterram seu filho no cemitério de Crateús, Ceará.

TABELA 4

NORDESTE – DISTRIBUIÇÃO DA ÁREA DE LATIFÚNDIOS
CONFORME O APROVEITAMENTO E EXPLORAÇÃO – 1978

ÁREA TOTAL (A)	ÁREA APROVEITÁVEL (B)		ÁREA EXPLORADA			ÁREA EXPLORADA COM CULTURAS E EXTRAÇÃO VEGETAL E/OU FLORESTAL			ÁREA APROVEITÁVEL NÃO EXPLORADA			
	ÁREA	% EM RELAÇÃO a A	ÁREA	% EM RELAÇÃO a A	% EM RELAÇÃO a B	ÁREA	% EM RELAÇÃO a A	% EM RELAÇÃO a B	ÁREA	% EM RELAÇÃO a A	% EM RELAÇÃO a B	
Latifúndio por exploração	71.673.726,6 ha	62.270.977,6 ha	86,9%	27.748.226,9 ha	38,7%	44,6%	5.619.920 ha	7,8%	9,0%	34.522.750,7 %	48,2%	55,4%
Latifúndio por dimensão	9.343.627,1 ha	8.056.326,3 ha	86,2%	3.400.722,8 ha	36,4%	42,2%	2.091.058 ha	22,4%	25,9%	4.655.603,5 %	49,8%	57,8%
TOTAL	81.017.353,7 ha	70.327.303,9 ha	86,8%	31.148.949,7 ha	38,4%	44,3%	7.710.278 ha	9,5%	11,0%	39.178.354,2 %	48,3%	55,7%

Fonte: INCRA/MIRAD: Estatística Cadastral/78, 1º volume
Construção do Quadro pelo CPI.

TABELA 5

EXECUÇÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE
RECURSOS LIBERADOS, SEGUNDO AS PRINCIPAIS FUNÇÕES DA SUDENE – 1978-82

PRINCIPAIS FUNÇÕES	R E C U R S O S (Cr\$ 1.000.000 DE 1982)									
	1978 VALOR	%	1979 VALOR	%	1980 VALOR	%	1981 VALOR	%	1982 VALOR	%
Desenvolvimento Rural	72.778,0	36,8	36.809,0	19,6	58.997,0	26,3	49.628,0	20,1	27.082,0	18,5
Administração de Incentivos Fiscais e Financeiros	92.069,0	46,5	83.778,0	44,7	65.499,0	29,2	64.576,0	26,1	60.578,0	41,4
Defesa Civil (Emergência)	3.178,0	1,6	38.260,0	20,4	60.173,0	26,9	88.364,0	35,7	52.607,0	36,0
Desenvolvimento Social e Infra-Estrutura	29.929,0	15,1	28.785,0	15,3	39.449,0	17,6	44.728,0	18,1	6.033,0	4,1
TOTAL	197.954,0	100,0	187.632,0	100,0	224.118,0	100,0	247.296,0	100,0	146.300,0	100,0

Fonte: BRASIL, SUDENE. Relatório Anual de 1981. Recife, 1982, 129 p.
BRASIL, SUDENE. Relatório da Secretaria Executiva. Reunião do Conselho Deliberativo, 271. Recife, 1983.

O crime é evidente. Milhares de pessoas morreram de fome no Nordeste porque lhes faltou socorro. E havia no país autoridades que detinham o controle das providências, em condições de socorrer os famintos, que poderiam ter evitado a morte de tantos. Estes indivíduos são os autores do genocídio. São assassinos aqueles que podiam impedir estas mortes e não se mobilizaram para isto.

Mais de 300 lavradores de cerca de 20 localidades de

Casa Nova denunciaram, no último domingo, a implantação de uma verdadeira "indústria da seca" no município, além de perseguições de que são vítimas, praticadas por prepostos do PDS local, que controlam as frentes de emergência e a distribuição de água. O problema mais grave é a manipulação na distribuição de água e alimentos no município; só recebem os eleitores do PDS, segundo os lavradores. O lavrador José Carlos dos Santos garante que há mais de três anos não aparecem carros-pipas nos distritos e que, no final do ano



FOTO: SEBASTIÃO SALGADO/CESE

passado, ao fazer o mesmo pedido, ouviu do encarregado a seguinte resposta: "Primeiro vou atender os meus".⁵

No entanto, quando se passa da consideração da autoria à identificação dos autores propriamente envolvidos nos grandes massacres sociais e políticos, dados os complexos níveis de responsabilidade, sempre se recorre a fórmulas jurídicas convenientes para replicar que:

- ou a autoridade responsável desconhecia o fato e a prática criminosa foi de subordinados anônimos;
- ou os subordinados agiram de acordo com pretensas ordens superiores, cujas fontes, no entanto, não podem ser claramente localizadas;
- ou as autoridades tomaram todas as providências necessárias e cabíveis, sendo que a ocorrência dos danos e mortes foi resultado de forças maiores completamente indomáveis e imprevisíveis.

Estas alegações não justificam nem amenizam o crime. As autoridades superiores são responsáveis pela ação dos seus mandados e as ordens superiores que atentam contra a vida do povo não podem ser obedecidas pelas autoridades subalternas.

O crime de genocídio está caracterizado: houve mortos, foram causadas *lesões graves à integridade física e mental de pessoas*; o grupo foi *intencionalmente submetido a condições de existência capazes de ocasionar-lhes a*

destruição física total ou parcial.

Os autores são aqueles que viam seus semelhantes morrerem de fome e sede e tomavam providências no sentido de aumentar a fome e a sede, beneficiando políticos e grandes proprietários locais.

Aqueles que receberam verbas do Banco Mundial e as destinaram a seus bolsos e aos de seus privilegiados e aliados regionais.

Aqueles que reservaram a comida para si quando dela dispunham em grande quantidade, vinda de outros estados, negando-a à boca de milhares de famintos.

Aqueles governantes defensores do latifúndio, que sempre impediram uma Reforma Agrária, mesmo que prevista pela Constituição em vigor.

São vários os níveis de responsabilidade que deveriam ser apurados pela justiça, aplicando-se então as penas previstas pela legislação.

A denúncia política que fazemos do GENOCÍDIO perpetrado contra os Nordestinos certamente vai encontrar situações semelhantes no país. Levantar esse problema, a partir dos mortos da seca de 1979-83, talvez tenha o mérito de não permitir que tais fatos, anormais e perversos, sejam considerados normais pela sociedade brasileira.

⁵ *Jornal da Bahia*, Salvador, 7.6.1983.



FOTO: SEBASTIÃO SALGADO/CASE

Uma família se apressa para acompanhar o enterro de mais uma criança (Juazeiro do Norte, Ceará),

A menina começou com desinteria. Tinha mais ou menos uns cinco anos... Nasceu em Pernambuco. Nós veio pra aqui, ela chegou sadia, e quando a gente chegamos aqui essa água era muito doentia. E quando pegava na lagoa muitas vez vinha pedaço de peixe podre dentro daquela água pra dar praquele menino, proque não tinha outra. Tinha que dar mesmo. Tinha que beber e fazer comida daquela mesmo. Ai a menina foi adoecendo, adoecendo. Ai quando foi um dia eu disse: vou fazer uma consulta, ai nós fomo pra 9 (agrovila nº 9). Quando chegou lá, nós fomo pra um doutor, um baixinho gordo. Ai ele disse: "não vou passar remédio pra vocês, não. Por que é que vocês todos de lá só correm pra aqui?" Ai eu disse: "eu vim porque o senhor tá pra atender, o senhor não é médico? o senhor tá pra atender. Eu vim pra qui porque eu não posso ir pra Lapa; se eu pudesse ir pra Lapa, eu não vinha aqui não". Ai ele foi, passou 2 litro de soro pra dar à menina. Passou somente o soro. Ele passou que não era pra dar leite, só caldo de arroz. Eu peguei a dar o soro, a menina tava muito molinha. Ai, quando o soro acabou, tornou a piorar novamente. Tornei a levar pra lá. Quando eu cheguei lá, ai ele falou assim: "Você, por que não leva essa menina pra morrer em casa mesmo?" Eu digo:

"quer dizer que você não vai passar remédio nenhum pra ela?" Ele disse: "leva pra casa, tô lhe avisando, leva pra casa." E passou um vidro de ambracinto pra menina. Ai trouxe pra casa e quando cheguei em casa também falei: bem, pra aquela 9 eu não levo mais doente meu, porque eu não tô pra tá levando expremento de doutor, não.

Mas nós tinha que levar, porque nem tinha dinheiro pra pagar a consulta e nem tem carro, e eu não ia daqui pra Lapa a pé. Ai trouxe pra casa e comecei a dá o ambracim pra ela e nada dela melhorar. Começou com febre, vomitando, a boca da menina estorou todinha... Quando foi com 63 dias, a menina morreu. Eu levei a menina bem sabida. E não tinha doença não.

Morreu 42 ou 43, o meu mesmo morreu uma, daquela mulher vizinha morreu outra, de uma filha minha morreu outra. Tudo de uma doença só.

Depoimento de D. Terezinha,
Agrovila nº 13
Projeto de Colonização Serra do Ramalho
Bom Jesus da Lapa, Bahia.

2. A SECA NO CONTEXTO SOCIAL DO NORDESTE

Paulo Cezar Lisboa Cerqueira*

* Membro da Equipe de Assessoria Rural do Centro de Estudos e Ação Social – CEAS, Salvador.

INTRODUÇÃO

O Nordeste brasileiro é muitas vezes pensado como uma região miserável, cujo povo vive em condições de penúria por causa do clima ingrato. A seca, considerada apenas como fenômeno natural, seria então a causa fundamental de sua pobreza. Isto tem funcionado como uma espécie de alibi para esconder a real espoliação das populações nordestinas empobrecidas. Contudo, a compreensão do processo histórico de produção no Nordeste mostra claramente a falácia dessa explicação.

Os contornos e limites do Nordeste têm sido fluidos através dos tempos. São nove estados reunindo 1.542.246 km², habitados por 37 milhões de pessoas, ou seja, 29,2% da população brasileira. A região é responsável hoje por somente 12,34% da renda interna nacional, participando em apenas 6,6% da produção industrial do país. Seus indicadores sociais dizem que 41% dos habitantes com mais de 15 anos são analfabetos (chegando a mais de 60% em certas áreas sertanejas); a renda per capita é de US\$870; 54,4% dos assalariados ganham até um salário mínimo; 40,5% destes não têm carteira assinada; entre os assalariados rurais, 94,7% não têm sua situação trabalhista regularizada.

O Nordeste não apresenta um panorama físico homogêneo, podendo ser dividido em várias sub-regiões de marcas ecológicas próprias. Há várias formas de classificação. A mais usual divide o Nordeste em quatro áreas:¹

- a) a Zona da Mata, na faixa litorânea, do Rio Grande do Norte ao sul da Bahia, formada pela mata atlântica e por cerrados, de clima quente e úmido, muito chuvoso. Ocupa 128.000 km², menos de 18% da área total da região, abrigando 23% de sua população, que desempenha as atividades econômicas mais modernas e lucrativas.
- b) o Agreste, considerado de transição entre a Zona da Mata e o Sertão, estendendo-se paralelo ao litoral, com área próxima à da Zona da Mata. Aqui e ali, assemelha-se à Mata ou ao Sertão.
- c) o Sertão, ocupando cerca de 49% do Nordeste. Seu clima seco e quente está sujeito a estiagens que, nas condições econômicas, sociais e políticas características, agravam ao máximo o sofrimento de sua população, correspondente a cerca de 48% dos nordestinos. A média pluviométrica do Sertão é de 700 mm/ano. Sua vegetação é bastante rarefeita, prevalecendo plantas xerófilas que se adaptaram bem ao clima da sub-região. É comumente confundido com o Polígono da Seca. Na verdade, este abrange também outras áreas, em especial o Agreste, totalizando 936.993 km² (se aí incluímos o norte de Minas Gerais), com precipitação pluviométrica entre 500 e 1.800 mm/ano. Apenas 0,25% do Sertão tem precipitação em torno de 250 mm/ano. Mesmo nas regiões mais secas, o clima é sempre semi-árido, nunca chegando a ser propriamente árido.
- d) Meio Norte, correspondendo à quarta parte da área do Nordeste, reunindo o Maranhão e parte do Piauí. É a transição para a Amazônia. Tem clima úmido, com precipitação pluviométrica entre 600 e 2.000 mm/ano. Abrange vastas florestas e cerrados cobrindo solos férteis.

1 Para melhor visualização, ver mapa 1. Entre as várias formas de setorizar geograficamente o Nordeste, cabe ressaltar a de José Guimarães Duque (Duque, 1973), baseada principalmente em ecossistemas, e a de Mário Lacerda de Melo (Melo, 1984), do ponto de vista da geografia econômica.

Nestas quatro zonas, desenvolveram-se atividades econômicas de acordo com possibilidades geradas pela combinação da vocação dos solos com o desenvolvimento das forças produtivas em suas várias épocas e etapas. A Mata está historicamente ligada à produção de cana-de-açúcar; o Agreste, à policultura e à pequena propriedade; o Sertão, ao gado e ao algodão; o Meio Norte, ao estrativismo e à pecuária, com predomínio do latifúndio.

Um traço comum a todas estas frações, úmidas ou áridas, é a pobreza crônica da maioria de sua população. Em todas elas, desenvolveram-se formas específicas de relações de produção, implicando mecanismos distintos de dominação e luta que refletem seu próprio desenvolvimento histórico.

É no espaço desta diversidade ecológica que ocorre o fenômeno da estiagem, afetando quase todo o Nordeste, com efeitos mais sentidos nas áreas delimitadas pelo Polígono da Seca, cujos limites se deslocam ao sabor do tempo e/ou da política. A questão da seca tem sido comumente associada ao fator chuva, em especial ao problema da falta d'água, que provoca a morte do verde, a penúria. Mesmo hoje, quando se sabe que a seca não se relaciona exatamente à falta de chuva, mas à sua irregularidade, que lhe torna descompassada com relação aos ciclos biológicos das plantas, há quem a veja simplesmente como "falta d'água". Os camponeses nordestinos costumam, com certa razão, associar o fenômeno da estiagem à falta d'água para os animais que morrem, para o próprio uso e para as plantas. Em muitos casos, como no próprio vale do São Francisco, as plantações se perdem quase na beira do rio, como se a falta d'água fosse o grande fator a inibir o desenvolvimento de uma agricultura mais rendosa no Nordeste. Nesta perspectiva se orientam várias visões do problema, incluindo aí o fatalismo dos que explicam a situação a partir da inclemência da natureza e/ou pelo sobrenatural. Do outro lado, ligados à tecnoburocracia do Estado, estão aqueles que, de um ponto de vista tecnicista, (cada vez menor do discurso, mas bem presente na prática), vêem a seca pelo ângulo da falta de incremento tecnológico, como se a técnica em si mesma pudesse resolver o problema. O que há de comum nessas visões é a interpretação e utilização ideológica da seca como falta d'água ou de condições de aproveitamento da água disponível.

Concretamente, a seca é um fenômeno biofísico que incide sobre o Nordeste como resultado da interação de vários fatores. Alguns deles são externos à região, como

o processo de circulação global dos ventos e as correntes marinhas (a exemplo da "El Niño"), que interagem com o movimento atmosférico impedindo a formação de chuvas sobre certas regiões do planeta, em especial, o Nordeste. Outros são internos, como a vegetação pouco robusta, a topografia e a alta refletividade do solo.

A esta visão mais pertinente, acrescentam-se outras tantas que, embora guardando fragmentos de verdade, têm como ponto comum a análise da seca como resultado da falta d'água. Esta foi, através dos tempos, a visão dos responsáveis pela implementação das políticas de retenção e acumulação de água até o momento atual, ainda que camuflada em discurso social. O eixo da atuação do Estado tem sido a política hidráulica, que vem desde o Império, passando pela criação do DNOCS; por José Américo de Almeida, Ministro dos Transportes de Getúlio Vargas, e por Mário Andreazza, Ministro do Interior à época da seca aqui estudada. Nas suas concepções, só restava uma saída: acumular água... O resultado foi o fortalecimento das condições de exploração do povo nordestino.

A título de informação e como forma de desmitificar a complexa questão da seca e sua vinculação exclusiva com a falta d'água, vejamos alguns dados sobre o potencial hídrico da região:

- a) 90% da área do Nordeste têm precipitação pluviométrica de mais de 500 mm/ano, enquanto em alguns países, como Israel e Marrocos, mal se atingem os 100 mm/ano.
- b) as chuvas que caem no Nordeste correspondem a 700 bilhões de m³/ano.
- c) há 250 trilhões de m³/ano disponíveis nos lençóis freáticos das regiões de solo sedimentar e de 50 a 250 bilhões de m³ de água por ano no subterrâneo dos solos cristalinos.
- d) há extensa rede de água superficial: riachos, lagoas, rios, etc. O rio São Francisco, considerado o maior rio eminentemente brasileiro, tem vazão nunca inferior a 600 m³/segundo, dominando um vale de 638.700 km², ou seja, 70% da área do Polígono da Seca.
- e) no Polígono, há 800.000 ha de terras propícias à irrigação, dos quais apenas 24.000 ha (3%) são atualmente aproveitadas.

f) no Nordeste, 20 bilhões de m³ de água são acumulados artificialmente em mais de 70 mil açudes, barragens, etc. Isto significa a maior reserva de água artificialmente acumulada em todo o mundo (Domingos Neto, 1983).

O problema, portanto, não é mesmo a falta d'água, mas as soluções encaminhadas para resolver a sua má distribuição e as dificuldades de seu aproveitamento. Não falta água no Nordeste e o semi-árido é uma região propícia para a agricultura e a pecuária. A água está aqui e tem sido muito útil para aqueles que podem monopolizá-la através das grandes empresas e dos grandes projetos estatais de modernização agrícola (CPT, 1984).

Só podemos compreender lucidamente o fenômeno da seca enfocando-o no espaço das relações sociais de produção. Toda agricultura, em qualquer parte do mundo, está sujeita a crises climáticas periódicas, como enchentes, geadas e secas. Frequentemente, estes períodos se traduzem em grandes calamidades sociais. Porém, isto vai depender das relações que os homens estabelecem no trabalho de tirar da natureza o seu sustento, de acordo com os condicionamentos históricos e sociais e com o desenvolvimento de suas forças produtivas. Portanto, uma adversidade natural só se transforma em flagelo social quando as condições sociais, políticas e econômicas o favorecem.

A seca é interpretada diferentemente por dois grandes blocos. Para alguns analistas, trata-se da inadaptação ao meio ambiente do tipo de agricultura praticada no semi-árido. Para outros, o problema é a incapacidade do homem de incrementar soluções tecnológicas viáveis para a hostilidade da natureza.

A primeira tese é defendida por José Guimarães Duque, Jorge Coelho e Manoel Domingos Neto, entre outros. O argumento pode ser assim resumido: as culturas tradicionais de subsistência não se adaptam ao meio físico, que só comporta plantas xerófilas (exceção para a mandioca, que nos períodos de estiagem tem sua área plantada, aumentada). Contudo, a estrutura fundiária e econômica do Nordeste condena o pequeno produtor a cultivar apenas essas culturas de ciclo curto, sensíveis às variações do tempo e às chuvas irregulares. Esses produtos, de baixo valor comercial, vêem seu preço reduzido pelas condições de comércio e intermediação, com o aviltamento do seu trabalho já tão fragilizado. Essa situação de *expropriação constante e sucessiva* torna os

produtores incapazes de resistir às variações climáticas adversas.

Já a segunda perspectiva, assumida pela maioria dos técnicos do governo, prioriza a captação de água e a melhoria e modernização tecnológicas com vistas ao aumento da produtividade. Os beneficiários das políticas do governo neste sentido têm sido as elites do Nordeste, de outras regiões brasileiras e estrangeiras.

Numa visão mais abrangente da seca, integrando desde os aspectos biofísicos até os sociais e políticos, podemos defini-la como uma "crise periódica na economia rural, desencadeada por ocorrências climáticas desfavoráveis, que se agrava e assume proporções de calamidade, em vista de incidir sobre a crise estrutural permanente da economia" (Domingos Neto, 1983). É na relação dialética desses fatores que o Nordeste foi historicamente construído, como veremos a seguir.

OCUPAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

O que hoje chamamos Nordeste é o resultado histórico de um tipo específico de ocupação que condicionou uma forma própria de desenvolvimento. Essa especificidade não resultou apenas de um modelo endógeno, mas também da imposição de uma divisão internacional do trabalho responsável pelo crescimento desigual e corbinado das diferentes regiões. A própria percepção do que seria a região Nordeste foi se alterando através dos tempos de acordo com as redefinições sócio-econômicas que impunham tal divisão do trabalho, até constituir a área atual composta pelos nove estados.

A ocupação da terra, cessada a fase inicial do estrativismo do pau-brasil, teve na produção de açúcar o seu movel principal. Surge assim a economia colonial, produtora de artigos altamente especializados e complementares à economia da metrópole. As transformações econômicas em curso na Europa, comandadas pelo capital mercantil, necessitavam também de "apoios externos" para garantir a acumulação primitiva de capital. A economia açucareira do Nordeste, tal qual as várias formas de economia colonial da época, cumpriu este papel (Mello, 1986).

Internamente, a produção colonial se baseava no trabalho compulsório, a princípio dos indígenas e posteriormente dos africanos e seus descendentes. Os negros

tornaram-se mais atrativos, pois faziam parte de um amplo comércio internacional, altamente rentável, que portanto ajudava a impulsionar o processo de acumulação primitiva. Do ponto de vista da colônia brasileira, esse movimento veio definir uma sociedade marcada pelos senhores da casa grande, tendo na outra ponta uma grande massa de escravos vivendo em condições miseráveis.

Consolidada a produção açucareira do litoral, tornou-se possível alcançar as regiões mais remotas, vagamente chamadas de sertões. Os impulsos desse movimento foram a busca do ouro, a peação e/ou aldeamento dos indígenas e o desenvolvimento de uma pecuária extensiva voltada para abastecer, com gado de tiro e corte, os engenhos do litoral. Coube à pecuária, porém, o papel preponderante na ocupação, pois possibilitava uma economia mais estável e sistemática. Como “desdobramento secundário da atividade principal” (Oliveira, 1977), no caso a produção do açúcar, foi a forma de inserção dos sertões na divisão do trabalho então estabelecida.

Este movimento, iniciado no final do século XVI, com base nas sesmarias concedidas aos grandes senhores de terra, foi se espalhando pelos sertões afora num processo contínuo de separação das atividades agrícola e pastoril, até que esta última assumiu contornos próprios, com a instituição do chamado “travessão”, por via régia. Partindo de duas correntes, uma do Recôncavo e a outra de Olinda, os currais foram ganhando o interior, alcançando o médio São Francisco, passando por Sergipe, entrando pelo Piauí, chegando até o Maranhão. A corrente pernambucana seguiu o litoral até o sertão do Ceará. Nos primeiros anos do século XVIII, o Padre Antonil informa que “as cabeças de gado da parte da Bahia se tem por certo que passam de meio milhão, e mais de oitocentas mil hão de ser as da parte de Pernambuco” (Antonil, 1950). A pecuária se desenvolveu utilizando mão-de-obra indígena escravizada, alguns negros chamados “fábricas” e, principalmente, parte da população livre empobrecida (geralmente resultantes de cruzamentos interétnicos) que não se enquadravam de outra maneira na ordem escravocrata. Esta população sertaneja vivia sob regime de “quarteação”, sobrevivendo dos produtos da pecuária e de alguma produção de subsistência tirada da beira dos rios e das franjas úmidas.

No século XVIII, com o ciclo do ouro nas Minas Gerais – a nova ponta da economia colonial que se desenvolveu após a decadência do açúcar –, a pecuária foi valo-

rizada, o que possibilitou o desenvolvimento de uma indústria artesanal de carne de charque, principalmente no Ceará, escoada pelos caminhos do São Francisco. Segundo Celso Furtado, parte da mão-de-obra sobrando da economia açucareira em refluxo “era atraída pela fronteira móvel do interior criatório” (Furtado, 1979).

As possibilidades de absorção desta população eram maiores aí, pela disponibilidade de terras. O crescimento extensivo da pecuária se fazia através do aumento relativo do setor de subsistência, que, devido a uma maior oferta de alimentos, implicava também um maior crescimento vegetativo da população local.

A decadência da região aurífera e a forte concorrência do charque do sul do Brasil e do Prata praticamente eliminaram a indústria do charque nordestino e impuseram um refluxo à pecuária local, no final do século XVIII. Com isso, cada vez mais, segundo Furtado, “intensificava-se a conversão da pecuária em economia de subsistência” (Furtado, 1979), de crescimento apenas extensivo, marcado pela evolução vegetativa da população. Este movimento demográfico prevaleceu até o novo impulso da economia sertaneja que teve início com a cultura do algodão, demandado pela nascente indústria europeia.

O Agreste, por sua vez, só tardiamente foi povoado. As primeiras tentativas são da época da ocupação holandesa, mas só após a destruição do Quilombo dos Palmares (1695) e do aniquilamento da Confederação dos Cariris (1687) é que se viabilizou a ocupação do Agreste e de parte do Sertão. O primeiro se caracterizou, a princípio, pela pecuária extensiva e pelas culturas alimentares. Por seu caráter de zona de transição, também estava sujeito a conturbações climáticas, embora em menor escala que o Sertão.

QUANDO A SECA JÁ APARECE

Nesse processo histórico de formação do Nordeste, há de se registrar a presença de secas periódicas, algumas das quais de rigor e abrangência consideráveis (tabela 6). A princípio, seus efeitos se abateram sobre os índios, expulsos para regiões mais áridas e distantes do litoral. Contudo, estenderam-se também sobre os novos ocupantes da terra, alcançando por vezes as zonas açucareiras, debilitando a produção e dificultando a moagem por falta d'água, mas sobretudo reduzindo a oferta de alimento, principalmente aos escravos.

TABELA 6

NÚMERO DE SECAS NO NORDESTE DISTRIBUÍDAS POR SÉCULOS

1987		
SÉCULOS	Nº DE SECAS	ANOS
XVI	04	1559
		1564
		1584
		1592
XVII	06	1603
		1609
		1614
		1645
		1652
XVIII	10	1692
		1710-1711
		1721-1725 (ou 23-27)
		1736-1737
		1744-1746
		1754
		1760
		1766
		1772
		1777-1778
XIX	07	1790-1793
		1803-1804
		1810
		1816-1817
		1824-1825
		1844-1845
		1877-1879
XX	12	1888-1889
		1900
		1903-1904
		1908
		1915
		1930-1932
		1942
		1951-1953
		1958
TOTAL	39	1970
		1976
		1979-1983

Fonte: TOMAZ POMPEU, 1953; PAULO DE B. GUERRA, 1981; PHELIPPE GUERRA, 1909 e MINTER-SUDENE, 1983.

A pecuária também sofria com a redução dos pastos naturais e a falta d'água, o que impunha grandes deslocamentos do gado à procura de regiões mais úmidas. Mas é a partir do século XVIII que a seca começa a tomar a dimensão de calamidade sobre o setor envolvido na produção, com o adensamento das populações do Sertão e do Agreste, devido à estagnação do setor mercantil, representado pela produção açucareira, e ao crescimento da economia de subsistência. Foi assim que, durante a seca de 1776/77, a metrópole mandou organizar vilas no Ceará de até 50 fogos, cujas terras contíguas eram destinadas à produção de alimentos. Deste modo, surgiram as cidades de Russas e Sobral, entre outras. Em 1790/1793, durante a bancarrota da incipiente indústria do charque nordestino, que não suportou a concorrência do Sul e quando ainda começava a se estabelecer a produção do algodão, que a seca tomou maiores proporções. Quase todo o rebanho do Ceará morreu. "A população ficou à míngua. Saques, lutas e mortes nas estradas eram costumeiros. Os retirantes, vestidos de farrapos, percorriam desesperados as cidades de vários estados, em busca de comida. Tudo em vão..." (CEPAC, s/d). Foi criada então a Pia Sociedade Agrícola, para administrar as frentes de trabalho abertas. A partir daí, a seca assume outros contornos na história do Nordeste.

EVOLUÇÃO DA DIVISÃO DO TRABALHO E DA PRODUÇÃO

Os ciclos econômicos de expansão e refluxo das atividades produtivas marcam as crises climáticas e ao mesmo tempo sofrem influência dessas crises. Este processo vai se dar no Nordeste semi-árido na nova fase que se abre com a expansão da produção algodoeira. O florescimento do algodão redefine a importância do Sertão e do Agreste, impõe novas relações sociais e, por extensão, um outro ritmo de enfrentamento do problema da seca, com consequências mais graves para a população.

O desenvolvimento da produção de algodão no Nordeste foi resultado de um impulso externo. Embora anteriormente já fosse aqui produzido em pequena escala, sem valor comercial, o algodão só ganha relevância na última década do século XVIII, com o advento da Revolução Industrial. Surge então, na Europa, o modo especificamente capitalista de produção, num processo auto-sustentado de acumulação que prescinde dos "apoios externos" da produção colonial. Nessa nova divisão internacional do trabalho, cabe à periferia produzir maté-

rias primas e alimentos a baixo preço para abastecer a metrópole. Esse movimento — a passagem ao capitalismo industrial — acelera a liquidação da economia colonial, cuja expressão ideológica foi o liberalismo econômico e cuja expressão política foi o apoio a vários movimentos de independência das antigas colônias. No caso nordestino, a importância do algodão se deve à sua demanda pela Inglaterra (onde se concentrava a indústria de ponta da época, ou seja, a têxtil), por causa das dificuldades de abastecimento no período que vai da primeira guerra norte-americana pela independência até o final das guerras napoleônicas (1815). A partir daí, o algodão nordestino perdeu terreno para a produção americana e egípcia (as disputas da Inglaterra com a França de Napoleão dificultavam o acesso a esta última fonte de fibra de algodão), que dispunham de melhor qualidade e métodos mais avançados de produção. Um novo ciclo de euforia veio com a Guerra de Secessão (1860/65), que destruturou a produção americana.² Foi com a produção do algodão que os contornos da economia agrícola do sertão foram se delineando. Apesar de seus fluxos e refluxos, foi esta cultura que definiu o tipo de ocupação econômica da área até recentemente.

O algodão possibilitou a emergência sócio-econômica de um "outro Nordeste" (Menezes, 1937), algodoeiro/pecuário. Na nova divisão do trabalho, era necessário a matéria prima a baixo preço, cujo excedente era apropriado pelos mecanismos de circulação, a nível do mercado mais amplo, independentemente das relações estabelecidas em sua produção. Assim, a agricultura do Nordeste se pautará num consórcio onde se combinaram o gado, a produção de algodão e as culturas de subsistência. O povoamento do Sertão e do Agreste (onde se desenvolvem as mesmas culturas) se intensifica, sobretudo porque o algodão não se desenvolve como "plantation", mas "pela segmentação sem fim de pequenas e isoladas culturas" (Oliveira, 1977) dentro ou fora dos limites da grande fazenda. "Emerge aqui uma estrutura fundiária típica do latifúndio: o fundo de

² Em 1865/66, quando se desenrolava a guerra civil americana, Pernambuco exportou 15.000 toneladas de algodão, no valor de Rs 16.700\$000, chegando em 1871/72 a exportar 22.875 t. Em 1872/73, logo no início da depressão mundial, pelas mesmas 15.000 t do biênio 1865/66, o preço alcançado foi Rs 8.800\$000\$000, ou seja, metade do valor correspondente ao biênio anterior. Daí em diante, foi caindo a quantidade exportada, chegando ao biênio 1878/79, logo após a grande seca de 1877, a apenas 2.600 t (Monteiro, 1980).



O mandacaru resiste à seca e torna-se alimento para o gado.

acumulação é dado pela 'cultura de subsistência' do morador, do meeiro e do posseiro, que viabilizam um baixo custo de reprodução da força de trabalho e, portanto, um baixo valor que é apropriado à escala da circulação de mercadorias" (Oliveira, 1977). A combinação de algodão, pecuária extensiva e culturas de subsistência é que vai definir a estrutura social baseada na estrutura típica do latifúndio-minifúndio. É essa conformação sócio-econômica que possibilitará o surgimento do coronelismo, cuja condição fundamental é a presença de relações não capitalistas no campo, que se exprimem como relações de dominação e dependência pessoal (Saes, s/d). A forma de controle do capital mercantil, que estabelecia os laços comerciais entre as regiões produtoras e os mercados, era dada pela existência deste tipo de mandonismo.

No Agreste, a cultura de subsistência se desenvolveu e retraiu nas dobras da cultura da cana, como complementar a esta última. Quando a cana entrava em crise, parte da população se deslocava para o Agreste e se dedicava à cultura alimentar consorciada com o algodão. Enquanto isso, aumentava o número de foreiros na área canavieira, o que fazia reaparecer as relações atrasadas próprias do algodão; é que o capitalismo, quando é de sua conveniência, não hesita em estimular as mais atrasadas formas de produção.

Este tipo de estruturação econômica do Nordeste estará sempre baseado num crescimento extensivo, de acordo com o crescimento vegetativo, ou em surtos de crescimento induzido por fatores exógenos, quando se expandia a área física explorada sem qualquer modificação tecnológica. Uma grande fronteira aberta permite, em parte, a persistência de um poder autoritário, já que "existe uma flexibilidade interna que possibilita que excedentes populacionais das áreas-problema, de tensão, sejam transferidos para áreas de certo modo territórios 'livres'" (Ianni, 1984).

O aprofundamento das imposições da divisão internacional do trabalho, que implica a superação da economia colonial pela economia mercantil-escravagista, no Brasil, terá efeito diferenciado. Na segunda metade do século XIX, desenvolveu-se no Centro-Sul a produção do café, "um verdadeiro olho de furacão a drenar e concentrar os recursos da economia brasileira" (Oliveira, 1987). Enquanto no Nordeste, entre 1871 e o advento da República, ocorre uma estagnação. Para tanto, contribuiu a convergência de três momentos críticos: a

depressão mundial de 1873/96, que "praticamente eliminou o açúcar e o algodão nortistas do mercado internacional", a decadência do regime monárquico e as crises internas provocadas, inclusive, pela seca (Melo, 1984). A nova divisão regional do trabalho então estabelecida teve como resultado a diminuição da importância relativa da economia do Nordeste em relação ao conjunto do Brasil, o que foi visto por muitos analistas – e em especial pela elite nordestina – como evidência do agravamento dos conflitos inter-regionais.³

O Nordeste algodoeiro-pecuário se integrava agora a um nascente mercado interno, num momento em que emergia no Brasil – e em especial no Centro-Sul – um "modo de produção de mercadoria" (Oliveira, 1985), com o aprofundamento de uma maior divisão de trabalho imposta pelo trabalho livre. O algodão produzido no semi-árido nordestino atenderá à nascente indústria têxtil, tanto local como de outras regiões, no "momento de crescimento e consolidação do capital industrial" entre 1888 e 1933 (Mello, 1986, apud Takeya, 1985), cuja vanguarda era o setor têxtil. Porém, a agricultura era ainda o setor econômico mais forte do país e sua oligarquia controlava o Estado brasileiro, a partir do seu segmento mais importante, os cafeicultores paulistas. Era essa importância da agricultura que assegurava as bases de sustentação da Velha República, e nela os coronéis do Sertão tinham sua parcela. Com a República, estabeleceu-se um novo pacto de classe a nível nacional, de que os coronéis do Sertão participaram de forma subordinada à famosa composição do café-com-leite nacional. As ações estatais da Velha República, no Nordeste, passavam pela mão dos coronéis. Os vários aparelhos do Estado foram "capturados" (Oliveira, 1977), por esta oligarquia regional.

O novo modo de inserção do Nordeste no mercado nacional não rompia e até recriava as relações não capitalistas de produção, condição fundamental da dominação pessoal coronelista. Do outro lado, a ampliação da cidadania através da maior participação eleitoral foram, no plano político, os ingredientes que possibilitaram um jogo de compromisso entre os coronéis e as esferas

³ Em 1872, o Nordeste era responsável pela produção da metade do valor bruto da produção agrícola nacional, reunindo 46,7% da população. Em 1970, a população não passava de 30% e a participação no valor bruto da produção agrícola tinha caído para 22%. Esta relação seria ainda mais assustadora se levada em conta apenas a produção do semi-árido.



FOTO: LIA SILVEIRA/CESE

As marcas do flagelo na terra.

estadual e federal do poder. Com isso, os coronéis consolidaram a autonomia local e o poder de controlar as massas camponesas, seja pela dependência, pelo clientelismo ou pela força das armas dos jagunços. Esse poder, porém, era assegurado pela esfera mais ampla e dependia da capacidade de barganha e da fidelidade dos coronéis. Um dos mecanismos de assegurar essa subordinação dos coronéis ao governo estadual foi dado pela Constituição de 1891, que transferia para as oligarquias estaduais a responsabilidade sobre as terras públicas e a possibilidade de cedê-las a quem interessassem. Com a recente abolição da escravatura, a terra passa a ser "o principal instrumento de subjugação do trabalho" (Martins, 1983). O afã dos coronéis no sentido de assempar-se das terras está na raiz dos vários conflitos de então (messianismo de Canudos, banditismo social dos cangaceiros, disputas entre os clãs dos coronéis, etc). Esta situação vai perdurar até o governo de Vargas.

Dos anos 30 em diante, sem que se alterassem as características da agricultura sertaneja, baseada no crescimento extensivo (pelo menos até os anos 70), as relações de poder vão se modificando. As transformações da economia brasileira implicaram o deslocamento do poder dos coronéis, que, apesar de importantes na manutenção dos currais eleitorais conservadores, perderam peso político em detrimento de outros atores sociais que serão incluídos na estrutura do poder. Ademais, o Sertão foi perdendo sua importância relativa na economia brasileira; seu então principal produto (o algodão) foi substituído pelo do Sul,⁴ emergindo o Nordeste em atividades de subsistência cuja finalidade era manter o suprimento de mão-de-obra barata, da qual o Sertão é o celeiro nacional.⁵ A generalização constante das formas capitalistas de produção no campo impôs uma redefinição do sistema coronelista, que tentou, dentro dos limites, modificar sua forma de dominação.

Quanto à região açucareira, sua situação também não era alentadora. Por todo o século XIX, o açúcar, quase sempre a produção mais importante do Nordeste, continuou atravessando uma profunda crise. A concorrência do açúcar das Antilhas e do açúcar de beterraba europeu praticamente havia aniquilado as possibilidades de penetração no mercado mundial. Com a abolição do tráfico negreiro (que diminui a provisão de mão-de-obra, o que se agrava com a exportação de escravos para o Sul cafeeiro) e a baixa produtividade que inviabilizava a concorrência, fazia-se necessária uma renovação tecnológica. Em 1875, financiados pelo capital inglês, instalaram-se os engenhos centrais, que não fun-

cionaram. A separação entre fase agrícola e fase industrial não agradou aos senhores de engenho (convertidos em meros fornecedores), vendo-se na iminência de perder o monopólio da atividade produtiva, que garantia a sua dominação, além de outras adversidades.

Com a República, as elites conseguiram angariar recursos do Estado para implantar uma nova alternativa: as usinas de açúcar. O Estado entrou com crédito e impôs um zoneamento que definia as áreas de influência de cada usina. Essa organização perdurou até a crise de 29, quando se retraiu a demanda do café no mercado internacional e vários produtores promoveram uma diversificação de sua pauta de produção; assim, o açúcar e o algodão começaram a ser produzidos no Centro-Sul, em condições tecnológicas e de mercado mais propícias. A partir dessa época, tornou-se imperioso adotar medidas de proteção para o setor açucareiro. Em 1933, foi criado o Instituto do Açúcar e do Alcool, o IAA, que estabeleceu um sistema de cota de produção diferenciado para as várias regiões, assegurando um preço "mínimo" para o Nordeste e garantindo-lhe uma fatia do mercado. Esta medida esvaziou a necessidade de aumentar a produtividade dos canaviais nordestinos, que tinham seus mercados garantidos; teve porém um efeito positivo de modernização no Sul, que, auxiliado por outros fatores, pôde aumentar a produtividade e transformar os preços estabelecidos em "máximos" bastante lucrativos. A própria distribuição de cotas foi por isso modificada, favorecendo o Sul. Com isso, estagnou-se a produção nordestina e fortaleceram-se as relações não capitalistas de produção, como o cambão, o foreiro, o morador de condição, etc.

Daí em diante, o processo de modernização através da industrialização só veio favorecer o Centro-Sul. As várias medidas de proteção industrial permitiram a transferência de renda para lá e mesmo os setores capitalizados do Nordeste aplicaram nos centros industrializados seus capitais, em busca de maiores taxas de lucro. Por

⁴ O algodão nordestino, então já orientado para o mercado interno, não resistiu à concorrência. Em 1931, São Paulo produzia 10.000 t e o Nordeste, 52.281 t; em 1940, São Paulo evoluiu para 307.377 t e o Nordeste, para 91.500 t (Cohn, 1978).

⁵ A partir de 1930, "as migrações nordestinas para o Sul tornaram-se mais regulares, menos dependentes das expulsões provocadas pela seca, incorporando, em consequência, uma proporção maior de indivíduos economicamente ativos" (Alencastro, 1987).



FOTO: UA SILVERA/CESE

Carcaca de uma rês abatida pela seca.

sua vez, os produtos industriais do setor moderno desestruturaram as modestas indústrias, manufaturas e artesanatos nordestinos, principalmente na medida em que os mercados nacionais foram se integrando, inclusive pelo sistema rodoviário, acentuando ainda mais as disparidades inter-regionais.

No setor agrícola nordestino, premido pela crise permanente, foi se acentuando cada vez mais um modelo de desenvolvimento baseado na extensão das atividades de subsistência. Este movimento estava assentado sobre a pequena produção, que se desenvolvia à medida que se atrofiava a produção comercial, seja na fronteira interna desta última, através do aumento da parceria, do arrendamento, da agregação, etc, como na fronteira externa, com a incorporação de novas áreas. Esta expansão era reflexo do aumento da pressão demográfica sobre a terra, advinda do crescimento vegetativo da população. A produção, calçada nas atividades de subsistência, tinha no consórcio com algum produto comercial a fonte de seu parco rendimento monetário, necessário à compra de artigos não fabricados na própria unidade familiar. O auge deste modelo aconteceu na década de 50, com o aumento relativo dos pequenos estabelecimentos, o que por sua vez implicou maior participação destes nas áreas de lavoura e no valor da produção agrícola. Segundo Sá Júnior, "esse dinamismo tem sua raiz na integração de uma parte do setor não monetário (o de subsistência) no setor internamente monetário" (Sá Júnior, 1975), impulsionado pela expansão do mercado urbano e pela criação de estradas de rodagem, que permitiram uma maior circulação dos bens produzidos nas unidades familiares. Esta expansão da pequena produção aconteceu "principalmente na forma de pequenos arrendamentos dentro de propriedades maiores" (*idem*), que cresceram num percentual de 246% na década.

O Nordeste, porém, atravessava sérias dificuldades em seu desenvolvimento econômico. Descapitalizadas, enfrentando a concorrência do Centro-Sul, dilaceradas por crises internas, assustadas com o aparecimento dos camponeses como atores políticos com face própria através das Ligas Camponesas e dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, sofrendo os efeitos das secas (como a de 1958) e sobretudo o recrudescimento da luta de classes no período, as elites locais não conseguiam mais controlar a região. Uma nova fase se abre, com a tentativa de industrialização representada pela criação da Sudene; a busca de racionalização via "desenvolvimento planejado" e, em especial, a repressão com o golpe mi-

litar de 1964 permitiram o estabelecimento de uma nova divisão inter-regional do trabalho, com o Nordeste participando de um mercado agora nacional, sob hegemonia do Centro-Sul. A consequência disto foi a implantação do modelo de modernização conservadora.

A ESTIAGEM E A ESTRUTURA POLÍTICA E FUNDIÁRIA

Um dos ingredientes necessários e importantes para entender o processo de desenvolvimento nordestino através dos tempos é o papel desempenhado pela seca; parte ativa da história da região, incide diferentemente sobre os diversos segmentos da população das áreas atingidas e, por extensão, sobre todo o Nordeste. O relatório do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), que serviu de base para a criação da Sudene, diz que "analisando-se os efeitos da seca nas três camadas da economia nas zonas semi-áridas — a da agricultura de subsistência, a do algodão mocó e a da criação —, vemos que a gravidade do fenômeno e seu prolongamento em crise social se devem ao fato de seus efeitos incidirem de forma concentrada na primeira das referidas camadas" (GTDN, 1967).

Os pequenos produtores, ligados às atividades de subsistência, são as vítimas preferenciais da seca, sejam eles pequenos proprietários, posseiros, meeiros, parceiros, etc. Já num estudo desenvolvido pela Sudene acerca da condição social dos flagelados que em 1970 se alistavam nas frentes de emergência, ficava atestado que 30,7% eram pequenos proprietários; 69,3% eram produtores sem terra; 42,2% eram parceiros (correspondendo a 60,9% dos produtores sem terra) e 85,0% tinham menos de 10 ha (Sudene, 1973). O clima adverso revela as frágeis condições do trabalho do pequeno produtor, exposto a todo tipo de espoliação, obrigado a cultivar produtos comercialmente desvalorizados e muito sensíveis às vicissitudes ecológicas. Portanto, a raiz do problema está na organização da sociedade nordestina, baseada numa estrutura típica de latifúndio, que se apropria do sobretrabalho gerado pelos camponeses integrados ao consórcio algodão-pecuária-cultura de subsistência.

A seca, nesta engrenagem, tem o papel de "acelerador histórico da expropriação sucessiva" (Andrés, 1976), ou seja, parte ativa (condição objetiva) do enfrentamento de classes típico da agricultura do semi-árido. As relações de produção que se desenvolveram no Nordes-

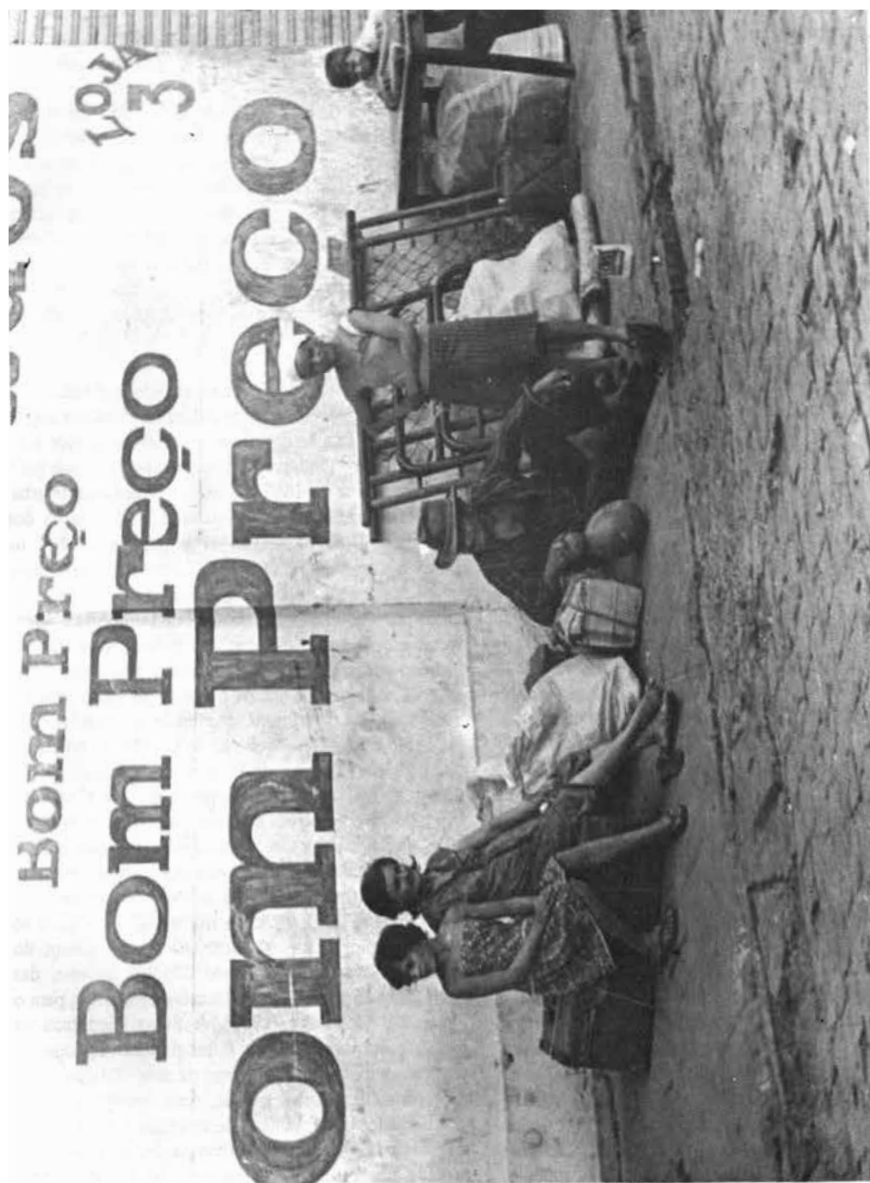


FOTO: MILTON MENDES FILHO/CESE

Família de retirantes procedente da Paraíba à procura de trabalho (Irecê, Bahia).

te, baseados no complexo latifúndio-minifúndio, impõem aos trabalhadores a produção de bens de baixo valor cujo excedente vai ser apropriado pelos setores dominantes através da comercialização, da usura, das diversas modalidades de pagamento de renda, etc. Por todo o período de estruturação da economia do Nordeste semi-árido, assentada no consórcio entre algodão, pecuária e culturas alimentares, foi o estado de miséria das populações rurais da região que possibilitou a reprodução do latifúndio local. O fazendeiro/negociante, forma por excelência do capital mercantil e usurário na região, intermediava com o mercado extra-regional os produtos comerciais e parte dos de subsistência internamente produzidos e distribuía os bens não produzidos na área (sal, querosene, ferramentas, etc). O círculo girava em torno do camponês e de sua frágil produção, expropriado de forma sucessiva, sob o domínio do fazendeiro.

Este processo de expropriação é inevitavelmente acelerado por ocasião das secas. O fazendeiro compra na folha, e ao mínimo preço, gado-terra-produtos dos "flagelados". O gado do fazendeiro invade — pela razão óbvia de sua superioridade mercantil (valor de troca) — as terras do camponês, em especial a do arrendatário, inclusive por causa da palha do algodão, produto que nos contratos de parceria pertence ao fazendeiro. Afinal, "o FAZENDEIRO come GADO que come CAPIM-TERRA-FOLHAS DE ALGODÃO que come TRABALHO DE PEQUENO PROPRIETÁRIO-ARRENDATÁRIO-PARCEIRO que come FEIJÃO-FAVA-RENDIA NEGATIVA DA 'VENDA' DO ALGODÃO que come FORÇAS DO TRABALHADOR que é comido pelo FAZENDEIRO, etc" (Andrés, 1976). Esta é a roda vida do trabalhador rural nordestino.

A força do latifúndio na região, via apropriação do excedente, é o reverso da fragilidade da agricultura. Segundo Sá Júnior, "dispussem os agricultores de condições para uma cultura de mercado alternativa e seu poder de barganha se elevaria, fazendo diminuir, provavelmente, o excedente que os compradores obtêm por unidade de produção" (Sá Júnior, 1975). É fácil compreender, então, por que não tem havido tanto interesse em modificar esta situação e por que as ações do Estado, voltadas para as soluções de engenharia hidráulica, antes de resolver, têm fortalecido este modelo, como se verá adiante.

As secas do período que vai do século XIX aos anos 60 do nosso século foram parte constitutiva dos vários ciclos econômicos que se redefiniram historicamente em cada sub-região e/ou setor da economia nordestina. Ou seja, sempre houve uma imbricação dialética entre a seca e a situação econômica; os efeitos de uma incidindo sobre a outra. A partir da penetração do algodão e da constituição do complexo algodoeiro, as secas no Nordeste tornaram-se um problema de monta, principalmente nos núcleos mais densamente povoados, onde a importância relativa das culturas alimentares era maior. Foi assim que a seca veio significar calamidade social, com seu espectro de fome, doenças, mortes, privação e migração.

A estiagem de 1824/25 se deu quando o algodão nordestino havia perdido seu quinhão no mercado inglês, com a reordenação da produção americana, após a segunda guerra de independência, que abalou aquele país. Durante a seca de 1857/61, houve alguns motins urbanos em Salvador e Recife relacionados à carestia dos alimentos. Uma das rebeliões populares recebeu na Bahia o nome expressivo de "Carne sem Osso". Estimase que a seca de 1877, a maior seca do século passado, provocou entre 120.000 e 500.000 óbitos. Aconteceu no momento da crise acima descrito, quando o algodão nordestino perdeu sua importância no mercado externo, refletida na grande baixa do preço do produto e na retração do volume produzido (em 1871/72, a produção foi de 22.876 t, caindo para 2.590 no biênio 1878/79, na Província de Pernambuco, a maior produtora da época). A partir daí, a produção será dirigida ao mercado interno, até a nova crise ocorrida a partir de 1915, quando outra seca penalizava intensamente o Nordeste. Nesses períodos, engrossou o fluxo migratório de nordestinos para outras regiões. Raimundo Girão mostra que só no Ceará, no período que vai de 1869 ao fim do século (o auge da borracha foi no começo do século XX), saíram da região 300.902 pessoas, das quais 255.526 foram para o Amazonas e 43.376, para o Centro-Sul (Monteiro, 1980). A Bahia encontrou na nascente cultura cacauera o canal para desafogar as pressões demográficas das áreas de seca. Esta corrente migratória foi possível porque, como ressalta Martins, "a liberdade do camponês é nessa época marcadamente exercida como liberdade de locomoção, de deixar uma fazenda por outra, de deixar uma região por outra" (Martins, 1983).

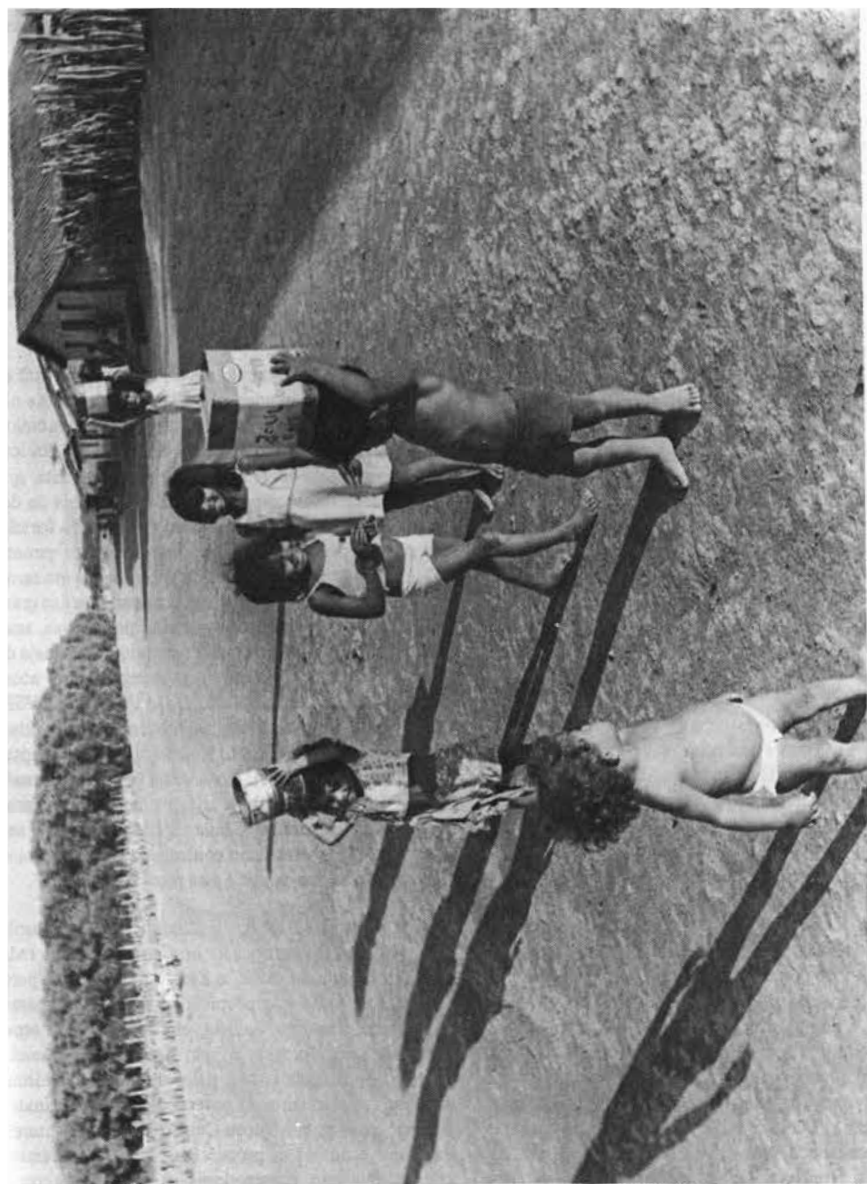


FOTO: MILTON MENDES FILHO/CESE

Xique-Xique, Bahia.

O ESTADO E SUAS POLÍTICAS (CONTRA ?) A SECA

O Estado marcou presença em todos estes períodos de seca. Sua participação tem sido um dos mecanismos de reafirmação da superioridade do latifúndio através dos tempos. Atua como instituição que consubstancia as relações de força entre classes e setores de classe, da maneira como se apresentam e posicionam no espaço de seus próprios aparelhos, perpassados pelos interesses hegemônicos.

A política do Estado em relação à seca, num primeiro momento, foi perpassada pelos interesses da oligarquia latifundiária, que, ao deter o monopólio da terra e os vários mecanismos de reprodução do Nordeste seco, pode também se apropriar do poder de Estado, em especial dos aparelhos estatais voltados para a questão. Num segundo momento, após a criação da SUDENE — e mais precisamente, depois do golpe de 1964 — os interesses em jogo correspondem a uma simbiose entre o capital nacional hegemônico, cada vez mais monopolista, e as oligarquias, resultando na modernização conservadora da agricultura, que, sem alteração das estruturas, cresce excluindo. Toda a política em torno da seca não é outra coisa senão o alimentar constante destas estruturas de poder que conformam a indústria da seca.

Assim, o conjunto de políticas governamentais de tratamento da seca não é um mero paliativo, emergencial, conjuntural. Faz parte de toda uma política mais global no sentido de garantir e preservar os marcos de dominação existentes.

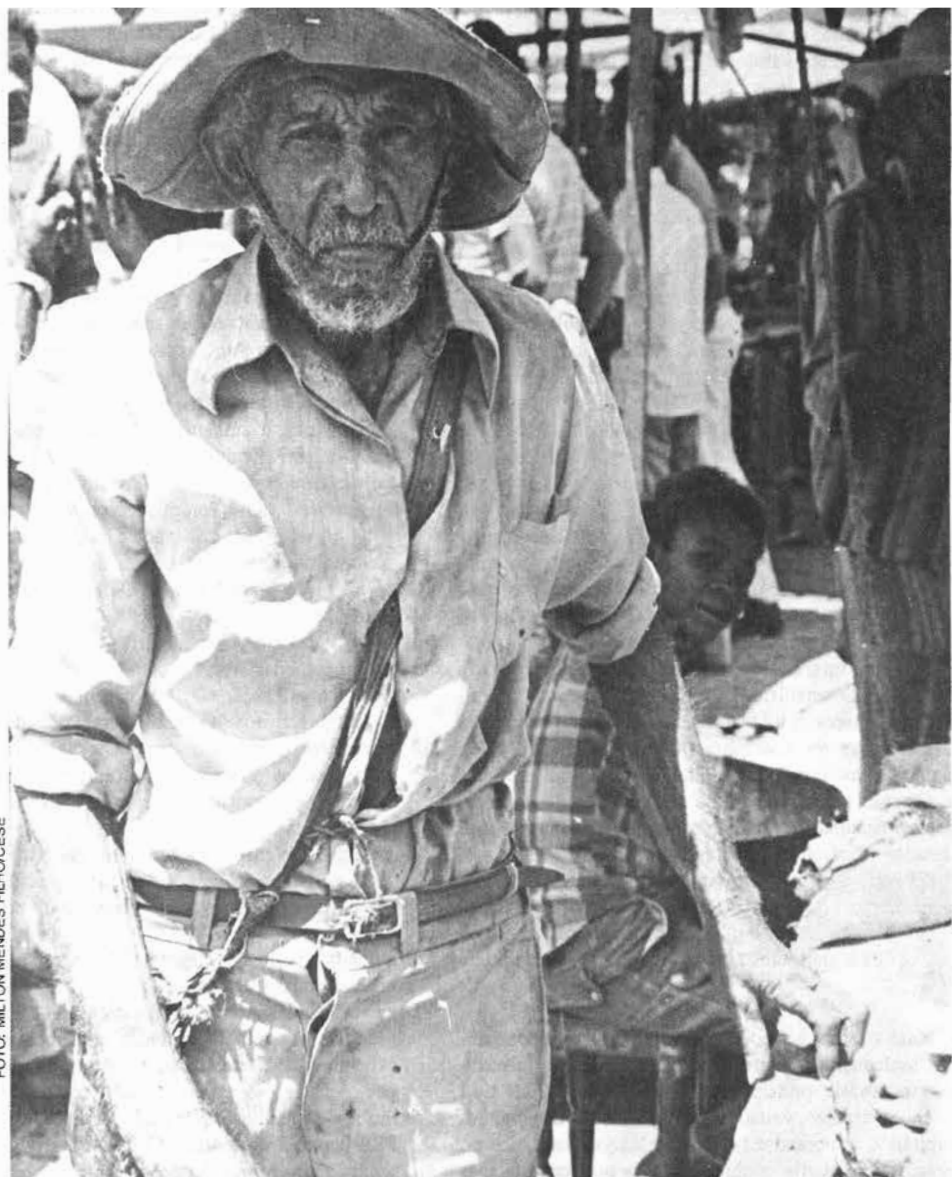
As primeiras ações do poder público se deram ainda no século XVIII, quando tiveram início as frentes de trabalho. No século XIX, as ações do Estado, além das ajudas localizadas de emergência, se caracterizaram pela criação de comissões de estudo que percorriam o Nordeste para depois, em relatório, arrolar soluções. Em 1856, a comissão cujo relator foi o Barão de Capanema chegou a propor a importação de camelos, o que foi ensaiado sem resultados positivos. Com a seca de 1877, o Imperador, sensibilizado, prometeu vender as jóias da coroa. Não as vendeu, mas criou uma nova comissão comandada pelo Conde D'Eu, que, depois de percorrer o Nordeste, sugeriu a construção de açudes, represas e canais de irrigação, além da transição São Francisco/Jaguaribe. Com isso, inaugura-se a "Política Hidráulica", assentada em obras de engenharia voltadas para a captação e acumulação de água, de certa forma

até hoje em uso. Nesta linha, em 1884 começou a ser construído o nosso primeiro açude, o Cedro I, que só veio a ser concluído em 1906!

No nosso século, a seca de 1915 impulsionou a reestruturação do Instituto de Obras Contra a Seca, IOCS (atual DNOCS) em função dos fazendeiros; "a de 1952 provocou a criação do BNB; a de 1958 provocou a criação da Sudene e a de 1970, a criação do Polonordeste (1974) e do Projeto Sertanejo (1976)" (Andrade, 1985). Manoel Correia de Andrade se pergunta sobre a importância da seca de 1979/83 para a criação do Projeto Nordeste, o Nordesteão.

A atuação do IOCS, criado em 1909 para construir estradas, barragens, açudes, poços, etc não somente não contribuiu para alterar as estruturas sócio-econômicas da região, como ainda as reforçou. O DNOCS foi logo "capturado" pela oligarquia algodoeira-pecuarista, que utilizou seus recursos para viabilizar o sistema de dominação. A construção de açudes assegurou o fortalecimento da pecuária, com a aguada dos gados garantida, já que a maioria destas obras foi realizada em terrenos de particulares, ou seja, nas propriedades dos grandes e médios fazendeiros. As estradas, por sua vez, asseguravam a circulação da grande mercadoria sertaneja da época, o algodão. Os outros órgãos criados para atuar na área (a Companhia do Vale do São Francisco, CVSF, por exemplo) também tiveram destinos semelhantes, dadas as fragilidades de um "Estado imobilista e capturado" (Maranhão, 1984). Basta lembrar que o "coronel" Manuel Novais foi até hoje o político que mais vezes ocupou uma cadeira na Câmara Federal, graças à sua rede clientelista baseada no controle da CVSF. O único órgão que fugiu um pouco a esta regra foi a CHESF.

A partir da seca de 1958, numa conjuntura de consolidação do capital monopolista no Centro-Sul e de radicalização da luta de classe, o Estado redefiniu sua perspectiva. Numa situação propícia, as Ligas Camponesas, a partir do Engenho Galiléia, em Pernambuco, espalharam-se pelo Nordeste e pelo Brasil afora, fazendo convergir a luta pela terra e pelos direitos trabalhistas. A reação foi alarmante. O governo dos Estados Unidos se preocupava com a "nova Cuba"; a Igreja se interessava pelos camponeses procurando evitar o alastramento do comunismo; governadores comprometidos com a Reforma Agrária venciam eleições; o governo federal lançava sua Operação Nordeste, que mais tarde resultou na criação da Sudene, depois de um extenso diagnóstico elaborado pelo GTDN.



Trabalhador rural das Frentes de Emergências na feira da cidade (Irecê, Bahia).

Segundo o GTDN, a SUDENE se pautaria inicialmente em quatro diretrizes básicas: a) intensificar os investimentos industriais; b) reformular os quadros da economia canavieira; c) elevar a produtividade e fortalecer a economia do semi-árido; d) expandir a fronteira agrícola na direção de áreas não sujeitas à seca, em especial o Maranhão. O ponto principal desta nova investida do Estado era a industrialização, proposta como uma espécie de substituição de importações que absorvesse mão-de-obra. Esse diagnóstico baseava seus postulados teóricos nas teorias do desenvolvimento de Celso Furtado.

Na prática, porém, principalmente com a redefinição autoritária do pacto político de 1964, coube à Sudene o papel de implementar a industrialização do Nordeste e a modernização agrícola dentro dos moldes impostos pelo capital monopolista do Centro-Sul. O mecanismo de intervenção governamental utilizado foi a chamada resolução 34/18, que se aplicou principalmente na indústria, mas também nos grandes projetos agropecuários. Segundo Francisco de Oliveira, "se se analisa corretamente a instituição do crédito fiscal do 34/18, a característica principal que ressalta é a de que representa uma diminuição – subsidiada, é claro – do custo do capital" (Oliveira e Reichstul, 1973) das empresas que se transferiram para o Nordeste. Estas empresas não vieram interessadas simplesmente em seu mercado ou no seu desenvolvimento. Em parte, estavam interessadas no mercado de bens de capital que a implantação destas novas unidades representaria, mas acima de tudo na alta remuneração do capital aí aplicado. Esta industrialização pressupunha uma certa homogeneização do espaço nacional. As indústrias aqui implantadas, consideradas "dinâmicas", não estavam voltadas para o mercado regional, mas "em função do mercado nacional mais amplo" (Oliveira e Reichstul, 1973). Neste processo, os mais importantes grupos monopolistas atuantes no Brasil passaram a ter no Nordeste algum tipo de filial.

Quanto ao setor agrícola, a atuação da Sudene consistiu na implementação setorial da modernização introduzida no Brasil, principalmente nos anos 70. Este tipo de modernização, voltada para os interesses dos grandes capitais e dos grandes fazendeiros, cujos resultados no Brasil são bastante conhecidos, teve no Nordeste suas especificidades. Aqui, a modernização que incorporou insumos modernos se limitou a alguns locais e produtos, sobretudo aqueles mais ligados ao mercado (cana, cacau, café, hortigranjeiros, etc). A modernização do

campo nordestino debilitou ainda mais a condição dos pequenos produtores. Um de seus resultados foi o esgotamento do modelo extensivo de crescimento da agricultura baseado nas atividades de subsistência, que se revela com a perda de importância daquele setor. Nesse período, impõe-se uma nova redivisão social do trabalho que tem na pecuarização sua tendência dominante, embora não a única. (Convém lembrar também os projetos de irrigação, o algodão melhorado, o Pro-álcool, a Ceplac no caso do cacau, etc). Esta mesma redefinição da divisão social do trabalho, que no Brasil passou pela emergência do complexo agroindustrial, relegou o Nordeste a uma condição secundária, ficando as unidades camponesas na função de celeiro de mão-de-obra sustentado pelas atividades de subsistência. No Nordeste, esta nova situação gerou as seguintes consequências:

- a) concentração fundiária e grilagem. Vários estudos demonstram o aumento da concentração fundiária no Nordeste (como de resto em todo o Brasil) a partir do processo de modernização. Parte considerável destas terras foram incorporadas aos grandes produtores através da fraude e da grilagem, ao custo de centenas de mortes, principalmente nas áreas de fronteira do Maranhão e do Oeste e Extremo Sul da Bahia.
- b) valorização das terras e aumento da renda cobrada para sua utilização. Os vários projetos e suas obras de infraestrutura, de modo geral, possibilitaram o crescimento assustador do preço da terra, com as várias formas de especulação fundiária, alterando o valor da renda exigida aos arrendatários e parceiros.
- c) expulsão dos meeiros e agregados para expansão das áreas de pastagens. É por demais conhecida a retração destes tipos de relação na agricultura nordestina.
- d) aumento da pressão demográfica sobre os pequenos estabelecimentos. De 1940 a 1975, a área média dos estabelecimentos com menos de 10 ha caiu em 33% e aquela dos estabelecimentos com menos de 5 ha caiu em 44%. Neste último estrato, a população ocupada, que representava 34% da força total de trabalho na agricultura, aumentou para 47% de toda a PEA agrícola nordestina. Com isso, retraiu-se a área média ocupada por pessoa, ocorreu a intensificação do uso da terra e o aumento da subutilização da mão-de-obra aí residente, que terá de buscar no assalariamento outra fonte de subsistência.

FOTO: MILTON MENDES FILHO/CESE



- e) redução da produção de subsistência. A concentração da terra, a pecuarização e a dificuldade de acesso à terra por parte dos trabalhadores tem se refletido numa "substancial queda no ritmo de crescimento da produção de alimentos básicos para o abastecimento interno no Nordeste" (Melo, 1982). A agricultura capitalista, beneficiária da modernização, não se interessa pela produção de alimentos dado o alto risco natural destes produtos e a sua "baixa elasticidade-renda da demanda", fazendo reduzir ainda mais este tipo de produção. A cada ano, o Nordeste importa mais produtos de outras regiões.
- f) intensificação do processo migratório. Sem condições de se manter em suas terras, os camponeses deixam o Nordeste, definitiva ou temporariamente. Em geral, buscam a fronteira norte ou os grandes centros urbanos. Dos 28,446 milhões de brasileiros que deixaram o campo entre 1960 e 1980, 9,363 milhões (um terço) eram camponeses nordestinos (Martine, 1987).
- g) fechamento das áreas livres do antigo refrigério do gado (a criação é o fundo de reserva mais valorizado dos camponeses) e esgotamento da fronteira agrícola. O resultado do primeiro processo tem sido a redução do poder de criação do pequeno produtor, e o do segundo, a concentração da terra nas áreas de fronteira. Dos 3 milhões de ha incorporados ao setor agropecuário da Bahia, entre 1970 e 1975, 2,8 milhões (93%) ficaram para os estabelecimentos com mais de 100 ha.
- h) maior monetarização do pequeno produtor, com uma exigência de cada vez maior participação no mercado, em detrimento de seu auto-consumo.
- i) aumento indiscriminado das áreas de pastagens. Segundo Marcos Antônio Melo, "em vista das transformações nas relações de produção, da concentração da propriedade e do crescimento do mercado urbano de carne bovina, as pastagens tendem a se ampliar em todo o contexto do setor agropecuário nordestino" (Melo, 1982). Em 1975, mais de 40% das terras propícias à agropecuária no Nordeste estavam reservadas às pastagens.

O nível diferenciado do desenvolvimento das forças produtivas, cujo crescimento desigual e combinado delineia as chamadas desigualdades regionais, impõe que o Estado implemente, além das políticas globais, certas

políticas particulares aplicáveis em cada região. O Nordeste foi alvo de várias destas voltadas para o setor agropecuário, tendo sempre como paradigma o centro coordenador a Sudene. Tais programas, justificados sempre como solução para os problemas da região, têm como meta fundamental assegurar a integração do Nordeste à política nacional de desenvolvimento e assegurar maior eficácia às grandes e médias propriedades, público preferencial das políticas de modernização. É importante ressaltar que estas políticas específicas não chegam a ter o mesmo impacto da política global implementada para o setor agrícola.

POLÍTICAS DE IRRIGAÇÃO

O problema da irrigação sempre esteve presente na estratégia da chamada "solução hidráulica" da seca. Com o aparelhamento da Sudene e o consequente início da fase de "desenvolvimento planejado", decresceu a importância atribuída à irrigação, para voltar a crescer durante os governos militares, através do DNOCS e da Codevasf.

As metas de irrigação jamais foram cumpridas. O caso da Codevasf é um exemplo. Até 1976, das metas propostas para implementação, esse órgão só tinha alcançado o equivalente a 11% da área prevista. Cada projeto implementado foi palco de uma série de conflitos envolvendo os antigos moradores. Para cada família assentada, o DNOCS expulsou 5 famílias! (Hall apud Sampaio, 1979). Os perímetros instalados possibilitaram a implementação de empresas e de colonos sujeitos ao mercado monopsônico das agroindústrias. As imposições do órgão executor dos programas chegaram ao ponto de definir o que plantar, como e onde vender, etc. Os colonos, quando não marginalizados, estão totalmente subordinados à agroindústria. Hoje, a despeito dos novos programas de irrigação da Nova República, há quem ponha em dúvida a premissa de que tais projetos possibilitariam a tão propalada diferenciação camponesa.

Um dos problemas mais sérios da irrigação é o risco da salinização, tornando impréstável a terra. Em várias regiões do mundo, isto tem acarretado perda substancial da produtividade e esterilização dos terrenos. Estudos de Jorge Coelho (Coelho, 1982) demonstram que em alguns perímetros irrigados do Nordeste já é sentida a salinização/esterilização. Os métodos corretivos em voga, além de muito dispendiosos, têm efeito discutível.



FOTO: MILTON MENDES FILHO/CESE

Farmácia ambulante de ervas medicinais na feira livre (Central, Bahia).

OS PROJETOS RECENTES

A partir da seca de 1970, o governo instituiu o Proterra, irmão gêmeo do Programa de Integração Nacional, PIN, e do Programa Especial para o Vale do São Francisco, Provale. Enquanto o PIN se propunha a construção da Transamazônica e da Cuiabá-Santarém, possibilitando a colonização das margens destas estradas como forma de transferir o excedente demográfico do Nordeste para a região amazônica ("muita terra sem homens para muitos homens sem terra"), o Proterra pretendia promover uma reforma agrária pacífica no Nordeste através da compra de terras aos fazendeiros, de modo espontâneo e por preço de mercado. Este programa transformou-se num grande negócio agrário para os fazendeiros, que assim podiam se desfazer de suas terras inférteis por bom preço, além de ver valorizadas suas propriedades conservadas. Num segundo momento, pressionado pelos fazendeiros, o Proterra transformou-se claramente num instrumento da modernização agrícola. De 1971 a 1977, foi a principal fonte de crédito rural subsidiado para os latifundiários.

Ainda em 1974, surgia o Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste, o Polonordeste. Assentado com base nos chamados Programas de Desenvolvimento Rural Integrado, PDRI, criados e implementados pelo Banco Mundial em diversos continentes, pretendia atuar em áreas especiais cujos efeitos se irradiassem por outras. Propondo conjugar os esforços de vários órgãos estatais para promover (com crédito, obra de infraestrutura, assistência técnica, etc) a modernização da agropecuária, serviu de instrumento para a concentração e a valorização das terras dos grandes produtores. Com o Polonordeste, também, intensificou-se o esforço de criar uma camada de produtores familiares capitalizados que viriam a ser a tão aguardada classe média rural, totalmente integrada ao mercado. Esta tentativa não foi bem sucedida. Nos últimos anos, a estratégia do Polonordeste esteve voltada para os médios produtores de alimentos de certas regiões, usando métodos modernos e fortemente subsidiados, como no caso do feijão em Irecê, Bahia.

Outro projeto amplo da época foi o Projeto Sertanejo, criado em 1976, ano seco, para atuar nas áreas do semi-árido e com isso reforçar o suporte produtivo dos estabelecimentos, proporcionando-lhes meios de enfrentar o problema das estiagens. Em outras palavras, o objetivo básico estabelecido pelo Projeto Sertanejo foi tornar a economia do semi-árido mais resistente aos efei-

tos da seca, principalmente pela associação entre agricultura irrigada e agricultura seca. Este programa se propunha beneficiar quatro estratos: (I: pequeno produtor sem terra; II: pequeno produtor com terra; III: médio produtor; IV: grande produtor) levando-lhes crédito, serviços, assistência, etc.

Vale a pena examinar o Sertanejo mais atentamente, já que atua de preferência no semi-árido e por ter estado em plena vigência durante a seca de 1979-83. Como projeto "destinado basicamente a reforçar a estrutura das propriedades rurais do Nordeste", como disse Rangel Reis (ESP, 26.5.76), no fundo se redefiniu como garantia de estabilidade mútua entre os fazendeiros e o governo, ambos em crise, este último se debatendo com as dificuldades do modelo econômico do pós-milagre. Assim, o Projeto Sertanejo, como os outros projetos supostamente criados para solucionar problemas estruturais do Nordeste, integrava a estratégia global das políticas agrárias governamentais, ou seja: envolver-se sem resolver, sobretudo em época de crise estrutural. Foi a forma como a "distensão lenta, segura e gradual" alcançou o campo semi-árido. Uma característica fundamental do Sertanejo, como de outros projetos, é a seletividade do público atendido. Isto se evidencia em vários pontos do projeto.

- quanto ao público: tendo como meta os quatro estratos acima mencionados, as ações "concentrar-se-ão nas propriedades dos agricultores pertencentes aos estratos III (...) os agricultores pertencentes aos estratos I e II poderão ser beneficiados pelo crédito fundiário, quando passarão a integrar o estrato III (...) mediante a incorporação de outras áreas (...) e, em tais condições terem acesso aos demais benefícios" (MINTER/SUDENE, 1977).
- quanto aos locais de atuação: às áreas escolhidas estavam, prioritariamente, situadas em torno dos projetos de irrigação do DNOCS. Contudo, alguns núcleos foram implantados a partir de decisões políticas dos governos estaduais.
- quanto à aplicação de capitais: buscava combinar agricultura seca com a irrigada, incentivada em torno dos perímetros irrigados do DNOCS, dada "a existência de um centro de prestação de serviços agrícolas, necessitando apenas de uma pequena expansão (...). As possibilidades amplas de integração que surgem entre um centro moderno de agricultura irrigada, com elevada eficiência, e a área adjacente,

em intenso processo de modernização" (MINTER/SUDENE, 1977).

- quanto à resistência à seca: a adoção, nas áreas previstas, de práticas que combinem agricultura seca e irrigada "pode elevar o coeficiente de resistência às secas dos 30% para 65%", segundo Roberto Cavalcanti de Albuquerque, então chefe do Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA).

Dentro de tantos limites e seletividade, vê-se que o alcance real do Projeto Sertanejo foi pouco significante. Outra sua característica foi ter servido como acelerador da modernização agrícola, principalmente da pecuária.

Por fim, cabe ressaltar o projeto Nordeste, implantado por imposição do Banco Mundial com a finalidade de incorporar os projetos anteriores, já considerados falidos. Propondo-se erradicar a pobreza absoluta, o Nordeste teve como novidade a destinação de recursos para os pequenos produtores de forma a integrar os diversos problemas (terra, crédito, financiamento, recursos hídricos, etc) num todo. Para isso, uma das linhas de atuação do Projeto era o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor, o PAPP.

Na sua metodologia, o Nordeste incorpora o "planejamento participativo", que envolve os agricultores em associações por eles mesmos criadas. Da parte do Banco Mundial, era o afã de criar a classe média no campo. Impunha-se também a necessidade de acomodação política entre o governo federal e os governadores do Nordeste em época de sucessão presidencial e, acima de tudo, a necessidade de legitimação do Estado num período de crise, quando os trabalhadores começavam a romper os laços de dominação tradicional e se colocavam como atores políticos, construindo suas próprias mediações. O próprio mecanismo de "planejamento participativo" tem sido utilizado na cooptação dos movimentos sociais, já que sua participação fica relegada a certos espaços do micro, previamente concedidos pelo projeto (Carvalho, 1987). O Projeto Nordeste acabou tendo o mesmo destino daquilo que viera substituir.

Estes vários projetos (houve outros como Pro-hidro, Procanor, Pro-várzea, etc), portanto, integram a estratégia global da modernização da agricultura assentada na grande empresa capitalista, sem contudo cumprir a função (mesmo porque de fato não se propunha a isto) de potencializar a agricultura camponesa para enfrentar os problemas trazidos pela seca. A modernização da

agricultura, cujos traços foram antes caracterizados, incide de forma perniciosa sobre os camponeses, de várias maneiras: perda do acesso à terra (nos casos mais gritantes do posseiro e do meeiro); espoliação comercial; migração constante; aumento da renda da terra; monetarização crescente da sua economia. Desta forma, quanto mais este processo se intensifica, mais os camponeses se tornam vulneráveis às variações climáticas.

A modernização, enquanto aumenta a capacidade de resistência da grande produção, acentua a incapacidade de resistência dos pequenos, agravando em proporções diferentes a calamidade, como atestam os dados sobre o aumento do número de flagelados inscritos nas frentes de serviço (tabela 7) e da área atingida, como é o caso do Maranhão e da Bahia.⁶ Daí se pode concluir que a seca, "enquanto drama da pequena produção,

⁶ A delimitação do chamado Polígono da Seca tem variado consideravelmente. Muitas vezes, os políticos locais conseguem incluir seus municípios na relação das áreas atingidas, visando a captar os benefícios dos projetos. Outro fator são as próprias transformações ecológicas acontecidas por conta da exploração agrícola, frequentemente predatória. O motivo mais fundamental, contudo, é a expansão contínua das atividades agrícolas. Empurradas pela pressão demográfica, as atividades econômicas vão se espalhando cada vez mais pelas áreas de fronteira, reproduzindo sempre as condições das áreas antigas, onde as relações de produção impõem aos trabalhadores a função de produzir alimentos sensíveis às variações climáticas, o que pereniza a fragilidade da pequena produção. Vejamos os três casos mais significativos: 1) No Piauí, a seca só começa a aparecer como calamidade social a partir de 1877, com a chegada em massa dos migrantes cearenses. Em 1915, depois de um curto período de florescimento do babaçu, que se constitui na base da agricultura de subsistência, é que a seca veio se incorporar definitivamente como calamidade à paisagem do Piauí; 2) O Maranhão, considerado área úmida, tem sido desde o século passado o destino dos retirantes. Em 1959, o documento do GTDN que propunha reorganizar a economia agrícola do semi-árido tinha entre seus objetivos a abertura de frentes de colonização no Maranhão, já que esta era uma área "não sujeita ao flagelo da seca" (GTDN, 1967). O Maranhão inteiro foi alcançado pela estiagem de 1979/83. Este fato, considerado "inusitado" pela Sudene, coincide com a incorporação do Maranhão ao circuito mais amplo da produção, o que se acentuou com a chamada "modernização conservadora", que concentrou a propriedade, fez aumentar a renda e dificultou o acesso do camponês à terra; 3) O Oeste da Bahia é o caso mais recente. Consideradas, em outros tempos, o celeiro do Vale do São Francisco, as terras do Oeste garantiam, durante a seca, o sustento. Com a expansão do capital no campo, que implicou uma concentração e pecuarização naquela área, a produção de alimentos caiu acentuadamente, determinando um considerável decenso da qualidade de vida do povo. Neste limiar de pobreza, a última seca agravou a crise da pequena produção e esta sub-região foi incluída, oficialmente, entre as áreas de emergência.

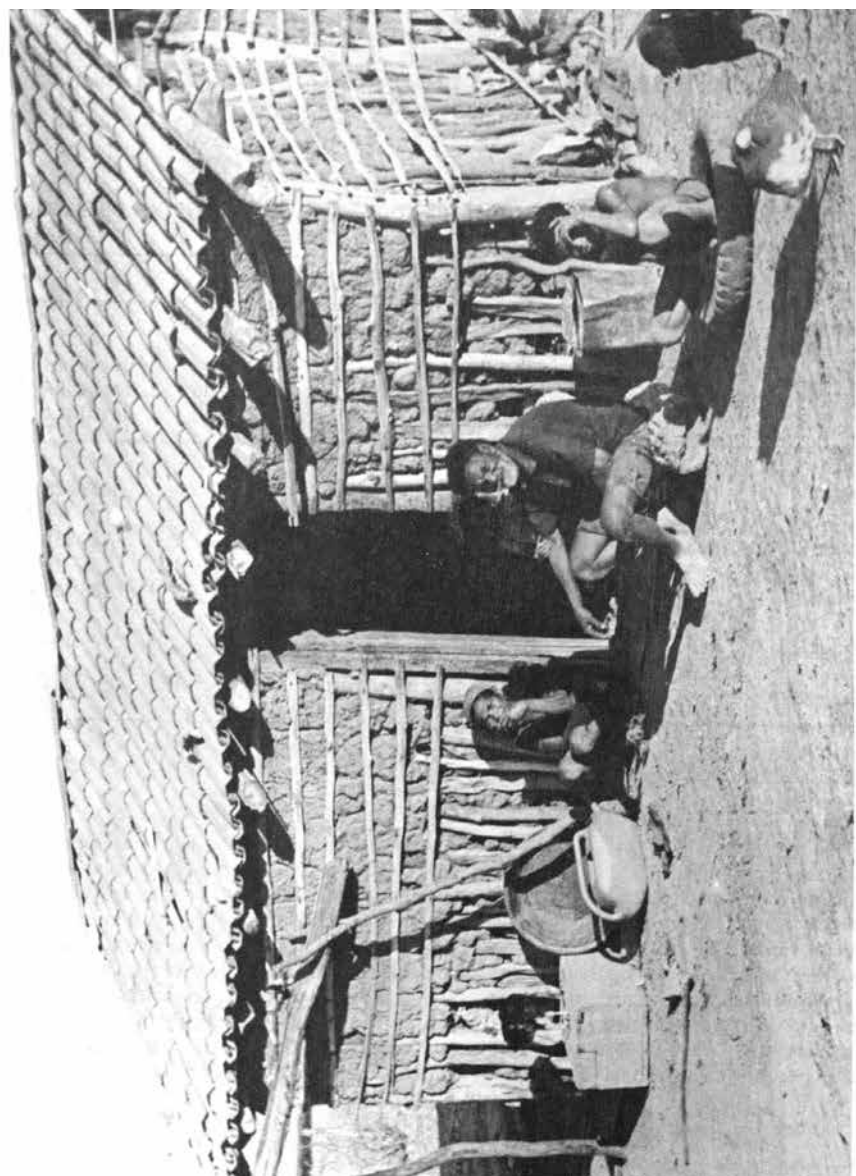


FOTO: MILTON MENDES FILHO/CESE

Povoado de Riacho, município de Irecê, Bahia.

não pode deixar de ser um produto engendrado no quadro da estrutura econômica como um todo. Quando os interesses hegemônicos no meio rural cobram insistentemente maiores contribuições da pequena produção, fatalmente reduzem as condições de sobrevivência

dos produtores; ampliam a vulnerabilidade dos clientes preferenciais da 'seca' " (Domingos Neto, 1983).

É sob esse prisma que se pode analisar as consequências da seca de 1979-83.

TABELA 7

ABRANGÊNCIA ESPACIAL E DEMOGRÁFICA DAS SECAS NO PERÍODO DE ABRIL/1979 A DEZEMBRO/1983, INCLUSIVE QUANTIDADE DE ALISTADOS NAS FRENTES DE SERVIÇO.

Secas	EM EMERGÊNCIA					
	Nº de Municípios Atingidos	Área (km ²)		População Residente		Nº de empregados nas frentes de trabalho
		Quantidade	% com relação do total do NE	Quantidade	% com relação do total do NE	
abril/79 a fev/80	513	538.709	32,45	9.144.314	27,67	459.625
maio/80 a maio/81	988	1.399.086	84,27	19.487.201	59,18	719.851
junho/81 a maio/82	1.100	1.441.624	86,83	23.526.979	65,49	1.168.730
junho/82 a maio/83						746.804
junho/83 a dez/83	1.126	1.439.418	86,69	24.047.211	66,94	2.643.500*

Fonte: SUDENE / CORDEC / BOC

* Comissão Interministerial do Projeto Nordeste, fev. 1984.

A SECA DE 1979/83

A última grande seca, como as anteriores, atingiu em cheio os pequenos produtores rurais. Segundo dados de Clóvis Cavalcanti para 1979, 20,1% dos alistados nas frentes de serviço eram pequenos proprietários e 75% eram não proprietários, incluindo aí meeiros, posseiros, assalariados, etc. Quanto aos proprietários alistados, 59,9% tinham menos de 20 ha e 32,3%, entre 20 e 100 ha. As chuvas irregulares no período tinham feito com

que os trabalhadores que plantavam roças (suas ou cedidas) perdessem 67% do feijão, 72% do milho, 81% do arroz, 65% do algodão e 90% da mamona (Cavalcanti, 1984). E esta produção é basicamente o que garante a sobrevivência da família, seja através do auto-sustento ou da venda ao mercado.⁷ Uma retração de tal monta na produção de subsistência provoca inevitavelmente uma crise na pequena produção, que, somada às condições excludentes em que se processa a modernização, torna as proporções de uma calamidade social.

⁷ Estudo desenvolvido em Quixeramobim, Ceará, em 1977, mostra que, da produção disponível dos pequenos proprietários na faixa de 0 a 25 ha, destinam-se ao mercado apenas 23,5% do milho, 10% do feijão e 14,3% do arroz. Apenas o algodão teve toda a sua produção destinada ao mercado. No caso dos par-

ceiros, para o pagamento da renda foram destinados 35% do feijão, 28,8% do milho e 48,2% do algodão. Do que sobrou para o parceiro, foram destinados à venda 9,5% do milho, 14% do feijão e todo o algodão (Bernal e Oliveira, 1981).

Estabelecida a situação da seca, rapidamente se arma mais uma vez o circo para a encenação do trágico drama da seca. No sofrimento, o peso recai sobre os trabalhadores. Na frente do palco, a cena principal é tomada pelos políticos locais, que podem, novamente, esquentar a caldeira e acionar a indústria da seca. A ponta do novo da políticas em relação à seca passa necessariamente pelos apaniguados do poder local e seus donos. Como diz um trabalhador: "o dinheiro liberado para os projetos da seca é todo planejado e bolado por esses ricos e políticos que estão no comando do país. São eles os latifundiários, os industriais, os fazendeiros. E nos municípios é a mesma coisa. Quando falamos de governo, estamos falando de prefeito, de qualquer tipo de políticos. Quando falamos de políticos, estamos falando de governo, e também de ricos e patrões" (Cader-nos de Educação Popular, 1984).

A seca é o tempo propício para as elites do Nordeste barganharem recursos federais, incentivos, créditos, tudo a baixo custo e muitas vezes a custo perdido. Os fazendeiros estão organizados para captar dinheiro, obras e anistias fiscais, principalmente por reterem parcelas de poder; ou melhor, por serem poder. Frequentemente, o poder local, para aproveitar a propaganda da seca em favor próprio, critica as "políticas concretas do governo", pois sabem que desta forma o governo pode reformular tais políticas dentro da mesma orientação política geral que reforça a estrutura de exploração e expropriação sucessivas.

O aproveitamento econômico da seca pelo poder local tem como contrapartida o aproveitamento político: o prefeito (última instância) centraliza as atividades emergenciais, atendendo preferencialmente ao público que lhe é fiel e impondo sempre a mediação dos cabos eleitorais e dos vereadores na alocação de qualquer recurso. Ao mesmo tempo que negocia recursos em instâncias superiores, tem o poder de fornecer água e caminhão-pipa, abrir frentes de serviço, nomear técnicos, escolher os alistados, etc. É com base na miséria que se conserva o domínio destes políticos, ainda que vão sendo obrigados a se redefinir e modernizar em função das transformações por que passa o Nordeste. E é dentro desses espaço que acontecem os enfrentamentos dos trabalhadores, estudados no capítulo 4.

A política de combate à seca, neste sentido, termina reforçando a própria estrutura política e econômica, cumprindo assim o papel de manter a dependência do povo e as bases da pescaria de votos.

A ação do Estado no enfrentamento dos efeitos imediatos da seca se desdobra em dois vetores complementares entre si: política de retenção e aproveitamento da água (através de irrigação, barragens, açudes, poços, etc) e frentes de emergência, que, embora assim chamadas, constam em toda a história da seca. Quando se fala em "emergência", frequentemente esta palavra está associada à construção de açudes, poços e barragens. Estas ações, por sua vez, estão integradas aos vários programas que compõem as políticas setoriais para o Nordeste (Prohidro, Polonordeste, Sertanejo, etc). Por vezes, são estes que financiam e/ou estão associados à execução dos programas diretos de combate à seca.

As frentes de trabalho foram conceituadas pela Sudene como um "plano de defesa civil destinado a prevenir e limitar os riscos e perdas a que está sujeita a população, os recursos e os bens materiais de toda ordem, assistindo-os no que concerne à prestação de socorro e recuperação das áreas atingidas, em caso de calamidade pública" (Sudene, 1981). Demonstrem ao próprio governo que "no fundo, a política de longo prazo formulada para a região, até o ponto em que pôde ser colocada em aplicação, ainda não fora capaz de dotar a região do desejado poder de resistência às violentas contrações da produção agrícola, que são um legado da irregularidade pluviométrica" (Sudene, 1973).

A partir da própria constatação do governo, através de seu órgão que centraliza a política para a seca, poderíamos supor um fiasco de tal política. Contudo, ela foi concebida para desempenhar o papel que lhe cabia enquanto política oficial de fortalecer o latifúndio. E isto foi eficiente. Quem pode duvidar?

Da seca de 1970 até hoje, os programas de emergência já sofreram modificações fundamentais, que alteraram substancialmente sua forma de ação. Por conseguinte, modificou-se também o modo de apropriação de seus benefícios, sem contudo alterar a composição dos beneficiados. Em 1970, prevaleceu o sistema de "frente de trabalho", cuja meta principal era construir/melhorar rodovias, açudes, poços, etc; ou seja, obras de infraestrutura mais gerais que garantiam uma maior produção/circulação dos produtos agrícolas, porém voltadas para os interesses hegemônicos, já que somente o seu produto (ou o produto por eles apropriado) havia para escoar e o processo de retenção de água interessava sobretudo à pecuária (garantia de aguadas para o gado), incentivada, já naquela época, pela política de modernização. Muitos e grandes açudes foram construídos em



latifúndios, passando como obras de interesse comunitário. Constataram-se, depois, vários entraves na política até então adotada, como custos elevados, tecnologia atrasada e despreparo da mão-de-obra, determinando a má qualidade das obras, que não resistiam muito aos rigores do tempo.

Os trabalhadores protestavam muito contra a distância entre as obras e a moradia e a precariedade dos alojamentos, sem conforto algum. Estes protestos, somados ao poder de pressão das elites, tiveram como efeito algumas mudanças no plano de emergência: a linha adotada era a realização de obras e serviços em propriedades particulares dos fazendeiros, "que tornassem as propriedades mais resistentes às secas, beneficiando o proprietário, pela valorização do imóvel" (Sudene, 1981).

Os recursos das obras de emergência eram repassados para as mãos dos proprietários. O montante era fixado de acordo com a área a ser beneficiada. Parte do dinheiro era repassado a fundo perdido, parte como financiamento subsidiado. Só no Piauí, em 1980, 800 latifundiários receberam do governo 120 milhões de cruzeiros; a mesma quantia foi distribuída entre 33.000 pequenos produtores, correspondendo a 88.000 pessoas ocupadas.

Somando o número de flagelados inscritos nas frentes de emergência dos anos de 1979 e 1980, temos 1.142.000 que trabalharam em fazendas particulares a baixo preço, prestando entre outros, naqueles dois anos, os seguintes serviços para uso privado dos fazendeiros:

- construção/recuperação de 17.166 açudes e aguadas;
- construção/recuperação de 35.328 cacimbas;
- construção de 28.798 barreiros;
- desmatamento/destocamento de 1.419.054 ha;
- tratos culturais/preparo para plantio em 372.255 ha;
- construção de 2.074 armazéns;
- construção de 488 silos-trincheira;
- construção/recuperação de 363.617 km de cercas;
- outros trabalhos como construção de casas, estradas vicinais, barragens e cisternas públicas.

Como os fazendeiros tinham toda liberdade para gerir os fundos públicos, administrar a obra, escolher trabalhadores e tudo pagar e dirigir, não é difícil concluir daí que destino teve o dinheiro e as obras. Também é difícil supor a corrupção e desmandos de poder que este quadro gerou.

O clientelismo fazia surgirem trabalhadores fantasmas, que recebiam sem trabalhar: afilhados políticos a dever favores para sempre aos padrinhos, mulheres e homens solteiros que não tomaram da enxada. Por outro lado, descontava-se do salário miserável, por motivo de ausência de uma jornada, quantia superior à diária; descontava-se o custo do transporte, mesmo que o alistado chegasse a pé; atrasava-se o pagamento; pagava-se em espécie; emitiam-se cheques falsos. Foi comum, também, a extorsão de uma parcela do salário, alegando "não haver o trocado...". Vários jornais do Nordeste e a imprensa sindical denunciavam estas práticas.

Ao propor alterações no programa de emergência, inclusive por causa da pressão popular, a Sudene, cinicamente, afirma que a preocupação antes se centrava em obras nas pequenas propriedades rurais; "todavia, após dois anos contínuos de atividade com o pessoal inscrito pelo programa de emergência, as pequenas propriedades tiveram praticamente esgotados seus serviços, deixando muita gente ociosa". Assim é que se institui, conforme o mesmo documento, o que já vinha se fazendo em "segundo plano" em 1980, como a grande meta em 1981, ou seja, "a realização de obras públicas e comunitárias, de efeito duradouro e benefício comunitário (...) a cargo do DNOCS, 19 GPTE, CODEVASF e algumas Secretarias Estaduais" (Sudene, 1981).

A execução dos programas passava, então, às mãos dos órgãos do Estado. Tudo, como normalmente acontece, sob o controle dos políticos e/ou latifundiários.

A corrupção e os desvios acima descritos continuaram medrando, tomando em alguns casos formas mais coerentes com a nova realidade. Através de vários mecanismos (legais ou não), o programa de emergência continuava atendendo aos interesses hegemônicos do sertão, direta ou indiretamente.

Os gastos com o programa de emergência na seca de 1979 a abril de 1983 totalizaram cerca de 780,5 bilhões de cruzeiros (preço de abril de 1983), dos quais 631,5 bilhões foram empregados diretamente com emergência propriamente dita e 149 bilhões, com crédito. Segundo o relatório do Projeto Nordeste, financiado pelo Banco Mundial, esta quantia bastava para comprar, na época, a preço de mercado, 6 milhões de ha de terra. Distribuído 6 ha para cada família, seriam atendidas 1 milhão delas, correspondendo a parte significativa das famílias flageladas!...



CPT/BAHIA

Born Jesus da Lapa, Bahia.

É necessário, portanto, compreender esses projetos como algo mais do que uma providência emergencial. Eles integram um projeto mais amplo que as classes dominantes têm para o Nordeste. Associando o programa de emergência ao de retenção de água, podemos perceber o papel que cumprem na estratégia de aproveitamento político da seca e da dinâmica político-econômica da região como um todo articulado.

CONCLUSÃO

As estratégias de combate à seca têm tratamentos diferenciados para fazendeiros e trabalhadores. Se para os trabalhadores a emergência é a única forma de sobrevivência no seu lugar de origem, para o fazendeiro ela representa ganhos inquestionáveis. É através do Estado e de suas políticas que se equacionam as perdas e ganhos, de acordo com a capacidade que cada classe ou fração de classe tem de influir nas decisões. O conjunto dessas estratégias desempenha papéis importantes na dominação política, social e econômica.

Politicamente, é uma resposta do governo ao problema colocado, o que facilita à classe dominante canalizar os resultados tanto do ponto de vista de assegurar sua hegemonia ideológica como de arrebanhar votos através da concessão desenfreada de favores. Como disse um trabalhador: "O dinheiro liberado para o projeto da seca é tudo planejado e bolado para esses ricos e políticos... esse dinheiro fica mesmo nas mãos deles. Para o povo, só é o nome do projeto. Porque o povo recebe estes trabalhos como uma ajuda, ou favor, ou benefícios que os políticos estão fazendo. Como não tem com que pagar, pagam com o voto..." (Cadernos de Educação Popular, 1984).

Do ponto de vista da resposta social, a preocupação maior é evitar as tensões e saques. "Em casos de tensões sociais, o governo federal poderá garantir eventualmente a distribuição gratuita de alimentos de primeira necessidade... devendo cessar tão logo sejam ofertados empregos em obras públicas às populações carentes" (Sudene, 1981), salvaguardando assim as riquezas acumuladas pela exploração do mesmo trabalho.

Na função econômica está uma parte vital desta política. É por seu intermédio que os fazendeiros retroalimentam pressupostos de produção, já que conseguem valorizar suas propriedades pela construção de obras de

infraestrutura que não teriam condições de empreender por conta própria. Conseguem com essas obras reforçar e aparelhar sua propriedade para defender-se da seca, utilizando vários recursos que lhes garantem manter sua posição. Os programas asseguram mão-de-obra extremamente barata, que, cessado o período de emergência, voltará aos latifúndios para continuar trabalhando por baixos salários e pagando rendas. A política de emergência garante "a manutenção da demanda de bens e serviços, permitindo que a economia não entre em crise". Daí o crescimento da arrecadação de impostos de 1978 a 1981 em todos os estados (com exceção do Piauí), a indicar uma economia em expansão. Com a emergência, foi possível desmatar, destocar, limpar terra, construir cercas, etc.

O conjunto das estratégias governamentais de combate à seca tem como consequências mais importantes:

- a) retenção de mão-de-obra, interessando sobretudo aos fazendeiros, que vêem assim assegurada a abundância do suprimento de força de trabalho, ainda o principal fator de sua produção;
- b) favorecimento da pecuária. Este ponto já estava inscrito nos marcos mais gerais da política agrícola do governo. Isto se relaciona à ampliação da rede de açudes, aguadas e represas e à concentração da terra;
- c) valorização das propriedades, através das obras de infraestrutura em propriedades particulares, possibilitando ao fazendeiro aumentar os benefícios como reserva de valor e a renda da terra;
- d) expulsão do meeiro. Com a valorização das terras, expande-se a pecuária, aumentando a renda da terra e expulsando o meeiro. As obras de limpeza e desmatamento possibilitam ao fazendeiro aumentar a renda cobrada sob o pretexto de que a limpa está feita;
- e) fechamento das áreas livres, com a construção de cercas, que dificultam ao pequeno produtor a criação de animais (reserva de valor para as grandes necessidades), tornando-os mais expostos à seca;
- f) redefinição (juntamente com outros fatores) da divisão social do trabalho que se está processando hoje como forma de expansão do capital em seu conjunto.



Isto tudo colocado, é possível compreender a seca como um grande negócio para o latifúndio e sua aparelhagem política, desde os pequenos governantes municipais até os altos escalões estaduais e federais. No outro lado, os espoliados apresentam as cores reais dos resultados mais sórdidos que a exploração capitalista já alcançou no Brasil. Com a redefinição regional do trabalho engendrada pelo processo de expansão do capital, que integrou o mercado nacional, a solução dos proble-

mas do Nordeste já não cabe nos seus limites. Estes problemas só serão superados através de profundas transformações sócio-econômicas de âmbito nacional. Sem uma reorientação da economia nacional que modifique o histórico panorama da especialização regional do trabalho, revertendo o quadro de miséria, não terão êxito as tentativas locais de transformação. E a seca continuará merecendo, provavelmente ainda por muitos, abordagens como esta.

BIBLIOGRAFIA

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de: "A pré-revolução de 30" in *Novos Estudos Cebrap*, nº 18, São Paulo, Setembro de 1987, p. 17 - 21.
- ANDRADE, Manuel Correia de: *A Terra e o Homem no Nordeste*, 4ª ed., São Paulo, Livraria Editora de Ciências Humanas, 1980, 278p.
- ANDRADE, Manuel Correia de: *A Seca: realidade e mito*, Recife, Ed. Asa Pernambuco, 1985, 90p.
- ANDRÉS, Manuel: *A Seca entrou na conjuntura política*, Salvador, 1976, 15p, datilografado.
- ANTONIL, Pe. André João: *Cultura e Opulência do Brasil por suas drogas e minas*, Salvador, Ed. Progresso, 1950, 312p.
- BERNAL, Maria Cleide Carlos e OLIVEIRA, Alfredo Augusto Porto: "Formação do excedente e comercialização de alimentos básicos no Nordeste" in *Revista Econômica do Nordeste*, Vol. 12, nº 1, jan/mar. 81, Fortaleza, BNB/ETENE, 1981, p.119 a 186.
- CARVALHO, Horácio Martins de: "A Ideologia do Planejamento Participativo" in *Cadernos do Ceas* mar/abr 1987, Salvador, p.33 a 38.
- CASTELLAR, Luiz Ivan M. e ARRAES, Ronaldo A.: "Pequena produção agrícola do Ceará: eficiência e tecnologia" in *Anais do XV Encontro Nacional de Economia*, Salvador, ANPEC, Vol. II, 1987 p.379 a 406.
- CASTRO, Josué de: *Sete Palmos de terra e um caixão: ensaio sobre o Nordeste, área explosiva*, 2ª ed., São Paulo, Ed. Brasiliense, 1967, 229p.
- CAVALCANTI, Clóvis et al.: *Nordeste do Brasil: um desenvolvimento conturbado*, Recife, Ed. Massangana, 1981. 116p.
- CAVALCANTI, Clóvis: "O Flagelo das secas nordestinas: condições sócio-econômicas observadas em 1979" in CARVALHO, Inaiá M. M. de, e HA-GUETTE, Teresa M. F. (organizadores): *Trabalho e Condições de vida no Nordeste Brasileiro*, São Paulo, Hucitec; Brasília, CNPq, 1984. p.189 a 215.
- CAVALCANTI, Maria Nelly: *A fome não tem partido*, Texto UFPB-NDIHR nº 10, João Pessoa, setembro 1985, 96p.
- CEPAC: *A Seca e sua História*, Teresina, s/d.
- COELHO, Jorge: *Irrigação no Nordeste brasileiro: tecnologia para o trópico semi-árido*, Recife, 1982, 86p mimeografado.
- COHN, Amélia: *Crise Regional e Planejamento (o processo de criação da SUDENE)*, 2ª ed., São Paulo, Ed. Perspectiva, 1978. 165p.
- C.P.T.: "Pela Vida no Nordeste" in *Cadernos do Ceas*, nº 91 maio/jun 1984, Salvador, p. 8 a 29.
- DIÉGUES JÚNIOR, Manoel: *Regiões Culturais do Brasil*, Rio de Janeiro, MEC/INEP, 1960. 537p.
- DOMINGOS NETO, Manoel e BORGES, Geraldo Almeida: *Seca Seculorum, flagelo e mito na economia piauiense*, Teresina, Fundação CEPRO, 1983. 154p.
- DUQUE, José Guimarães: *O Nordeste e as Lavouras Xerófilas*, 2ª Ed., Fortaleza, BNB, 1973, 238p.

- FURTADO, Celso: *Dialética do Desenvolvimento*, 2ª ed., Rio de Janeiro, Ed. Fundo de Cultura, 1964, 183p.
- FURTADO, Celso: *Formação Econômica do Brasil*, 16ª ed., São Paulo, Ed. Nacional, 1979, 248p.
- GTDN (Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste): *Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste*, 2ª ed., Recife, SUDENE, 1967, 92p.
- IANNI, Octávio: *Origens Agrárias do Estado brasileiro*, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1984, 256p.
- "O impulso ao desenvolvimento das regiões rurais do Nordeste brasileiro" in *Planejamento / Desenvolvimento*, órgão da Coordenação de Relações Públicas da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, Ano 3, número 35, Rio, abril 1976, p. 46-53.
- MARANHÃO, Sílvio: "Estado e Planejamento Regional: a experiência do Nordeste brasileiro" in MARANHÃO, Sílvio (organizador): *A Questão do Nordeste*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984, 137p.
- MARTINE, George: "Êxodo Rural, concentração urbana e fronteira agrícola" in MARTINE, George e GARCIA, Ronaldo Coutinho (organizadores): *Os impactos sociais da modernização agrícola*, São Paulo, Ed. Caetés, 1987, p.59-80.
- MARTINS, José de Souza: *Os camponeses e a política no Brasil*, 2ª ed., Petrópolis, Ed. Vozes, 1983, 185p. acrescidas de apêndice fotográfico.
- MELLO, João Manuel Cardoso de: *O Capitalismo Tardio*, 5ª ed., São Paulo, Ed. Brasiliense, 1986, 183p.
- MELO, Evaldo Cabral de: *O Norte agrário e o Império (1871-1889)*, Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira e Brasília, INL, 1984, 299p.
- MELO, Marcos Antônio de: "Considerações sobre a tendência ao esgotamento do modelo de crescimento da agricultura nordestina baseada nas atividades de subsistência" in *Revista Econômica do Nordeste*, Vol. 13, nº 3, jul/set.82, Fortaleza, BNB/ETENE, 1982, p.399-458.
- MELO, Mário Lacerda de: *Regionalização Agrária do Nordeste*, Recife, SUDENE, 1978.
- MENEZES, Djacir: *O outro Nordeste*, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1937.
- MONTEIRO, Hamilton de Mattos: *Crise agrária e luta de classes: o Nordeste brasileiro entre 1850 e 1889*, Brasília, Ed. Horizonte, 1980, 203p.
- OLIVEIRA, Francisco de e REICHSTUL, Henri-Philippe: "Mudanças na divisão inter-regional do trabalho no Brasil" in *Estudos Cebrap*, nº 4, São Paulo, Ed. Brasileira de Ciências, 1973.
- OLIVEIRA, Francisco de: *Elegia para uma Re(li)gião – Sudene, Nordeste, planejamento e conflito de classe*, 2ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, 132p.
- OLIVEIRA, Francisco de: "A emergência do Modo de Produção de Mercadorias: uma interpretação teórica da economia da República Velha no Brasil" in *História Geral da Civilização Brasileira* (Direção Boris Fausto) – *O Brasil Republicano*, Tomo III, Vol 1, nº 8, 4ª ed., São Paulo, Difel, 1958, p.391-414.
- OLIVEIRA, Francisco de: *O elo perdido: classe e identidade de classe*, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1987, 135p.
- O que é a seca (Narrativa de um camponês), Caderno de Educação Popular, nº 4, 2ª ed., Petrópolis, Ed. VOZES/NOVA, 1984, p.79 a 99.
- PRADO JÚNIOR, Caio: *Formação do Brasil Contemporâneo*, 18ª ed., São Paulo, Ed. Brasiliense, 1983, 391p.
- ROLIM, Francisco Sales Cartaxo: *Cajazeiras, o domínio do clientelismo eleitoral*, Textos UFPB-NDIHR nº 14, João Pessoa, 1986.
- SÁ JÚNIOR, Francisco: *O Desenvolvimento da agricultura nordestina e a função das atividades de subsistência*, Seleções Cebrap nº 1, São Paulo, CEBRAP/Brasiliense, 1975, p.79-135.
- SÁ, Maria Auxiliadora de: *Dos Velhos aos Novos Coroneis: um estudo das redefinições do coronelismo*, Recife, PIMES, 1984.

- SAES, Décio – "Coronelismo e Estado burguês: elementos para uma reinterpretação" in *Nova Escrita*, Ensaio, 2ª ed., Ano IV, nº 9, São Paulo s/d.
- SAMPAIO, Yone et al.: *Política agrícola no Nordeste: intenções e resultados*, Brasília, BINAGRI, 1979, 360p.
- SETRABES: *A seca na Bahia: um modelo de intervenção do Estado*, Salvador, SETRABES/CODESCO, 1986. 144p.
- SILVA, Janice Theodoro da: *Raízes da ideologia do Planejamento: Nordeste (1889-1930)*, São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1978. 120p.
- SILVA, Marlene Maria da e LIMA, Diva M. de Andrade: *Sertão Norte: área do sistema gado-algodão*, Recife, SUDENE, 1982. 344p.
- SODRÉ, Nelson Werneck: *Formação Histórica do Brasil*, 3ª ed., São Paulo, Ed. Brasiliense, 1964. 417p.
- SORJ, Bernardo: *Estado e classes sociais na agricultura brasileira*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1980. 152p.
- SUDENE: *Caráter e efeito da seca nordestina de 1970*, Recife, SUDENE, 1973. 115p.
- SUDENE/MINTER: *Projeto Sertanejo*, Recife, Sudene, 1977.
- SUDENE: *Calamidade Públicas no Nordeste, Plano de Defesa Civil para 1982*, Recife, SUDENE/CORDEC, 1981. 76p.
- SUDENE: *O longo flagelo e as ações do governo*, Recife, MINTER/SUDENE, 1983a.
- SUDENE: *A ação do Governo Federal no combate às secas no Nordeste (1979-83)*, Recife, MINTER/SUDENE, 1983b. 64p.
- TAKEYA, Denise Monteiro: *Um outro Nordeste: o algodão na economia do Rio Grande do Norte (1880 a 1915)*, Fortaleza, BNB/ETENE, 1985. 138p.
- VALVERDE, Orlando: *Estudos de Geografia Agrária Brasileira*, Petrópolis, Vozes, 1985. 268p.
- WILKINSON, John: *O Estado, a agroindústria e a pequena produção*, São Paulo, Ed. Hucitec; Salvador, CEPA, 1986. 219p.

Aqui nós somos 12 pessoas e eu sou doente de asma, não posso trabalhar, não sei como escapamos da seca. Foi um tempo muito difícil, ninguém tinha nada, parece mentira, mas nós passamos de oito dias sem botar panela no fogo.

Muitas vezes, meio quilo de bolacha e 250 gramas de açúcar serviu de almoço para 12 pessoas. Só duas pessoas trabalhavam nas frentes de serviço e ganhavam 30.600,00 que não dava para nada. Muitas vezes nem se via o cheque, ficava logo com o fornecedor que acompanhava o pessoal sempre quando iam receber dinheiro.

As crianças choravam de fome e eu não sabia o que fazer, passamos dias inteiros sem provar nada nem uma garapa de açúcar tinha para dar a criança pequena, que

só ficaram o couro e os ossos.

Nesta época, eu fiquei grávida e tive que ir para o hospital. Fiquei tão doente que não conhecia nem as minhas próprias filhas, tudo por causa da fome. Quando melhorei, chorava de vontade de comer mas não tinha o que, chorei muitas vezes de fome. Para completar, muitas vezes era obrigada a trocar o pouco arroz que se arranjava pedindo nas casas por água, pois só tinha água muito longe (12 km) e nós não tínhamos animais para pegar. Foi muito sofrimento, espero nunca mais alcançar outro tempo daquele.

Família de Manoel Corpe da Silva
e Expedita Viana da Silva.
Comunidade Lagoa da Cruz
Itapipoca, Ceará.

3. NORDESTE: A SECA TEMPORÁRIA E A FOME PERMANENTE*

*Emília Pessoa Perez
Leda Maria Teles
José Francisco Gomes***

* Este capítulo corresponde ao texto de nome "Seca - Saúde e Alimentação", do Centro Josué de Castro de Estudos e Pesquisas, de Recife, produzido para esta pesquisa em agosto de 1986. Foi ligeiramente revisto para esta edição.

** Os autores integram o grupo de pesquisadores do Centro Josué de Castro de Estudos e Pesquisas.

O problema da saúde e alimentação do Sertão nordestino em época de seca pode ser percebido como exacerbação do quadro de fome e doença anterior à seca. Podemos dizer que a época de maior penúria apenas torna o genocídio — há muito instalado na Região — mais aparente e transparente. A face da miséria, então, se dá a conhecer mais duramente, sendo, ao mesmo tempo e contraditoriamente, encoberta e mascarada pela seca como a causa dos problemas da fome, doença e morte no Nordeste.

É importante desvelar a situação de miséria crônica a que estão submetidas as populações pobres do Nordeste. Com um nível médio de renda de 870 dólares per capita (46% da renda per capita do Brasil) e apenas um terço daquela do Sudeste, o Nordeste é uma das áreas mais pobres do mundo, com um cortejo de cerca de 5 milhões de desempregados e subempregados. 82,5% das famílias do semi-árido nordestino não alcançam uma renda anual per capital de 40 dólares/ano, e no período de seca este nível desce até 25 dólares para 45% da população (Centro de Estudos e Pesquisa Josué de Castro, 1985).

Neste quadro geral, a região abriga (com relação ao total para o Brasil):¹

- 51% dos analfabetos brasileiros com mais de 10 anos;
- 45% das habitações subnormais do país;
- 45% dos trabalhadores com rendimento até um salário mínimo;
- 54% dos trabalhadores com rendimento até meio salário mínimo;
- 63% da população com deficit calórico superior a 200 cal/dia;
- esperança de vida média de 52 anos em 1980, inferior em 10 anos à vida média para o Sudeste;

- uma taxa de mortalidade infantil 40% superior à do Sudeste;
- número de leitos hospitalares e de médicos por habitante correspondendo a praticamente metade da média nacional.

Perez e outros autores, fazendo uma revisão sobre o consumo alimentar no Nordeste, observaram que mais de 50% da população consomem abaixo de 2.000 cal/dia, havendo áreas onde este percentual ultrapassa 70% (Perez et alii, 1983), conforme a Tabela 8. Bazante, investigando em quatro localidades da Zona da Mata de Pernambuco, mostrou que a maior frequência de percentuais situava-se entre consumos abaixo de 1.700 cal/dia.

Um fato que exacerba essa situação é a superposição de doenças infecciosas e parasitárias que contribuem para um menor aproveitamento biológico dos alimentos e, portanto, para o agravamento do seu baixo consumo. E fecha-se o círculo doença/má alimentação/doença, que apenas aumenta de magnitude nos períodos de secas.

É este o perfil de saúde e alimentação da população do Nordeste. Aí se encontram os maiores índices de incidência de doenças infecciosas (inclusive as evitáveis) e de desnutrição do país. As doenças carenciais resultantes da fome crônica, embora no contexto médico e de pesquisa sejam sempre relegadas a um plano secundário, são as que mais têm contribuído para a morbi-mortalidade, especialmente na infância, e para a baixa produtividade dos trabalhadores. Entre estas, a desnutrição,

¹ Sobre a caracterização socio-econômica da Região Nordeste, ver, entre outros: MINTER/SUDENE: *Uma Política de Desenvolvimento para o Nordeste*, Recife, 1985.

as anemias, a hipovitaminose A, o bócio endêmico e a cárie dental são as carências de maior frequência, relacionando-se a manifestações patológicas mais graves, levando à morte e à incapacidade física.

Nenhum ser humano acometido de desnutrição durante a fase de crescimento e desenvolvimento consegue chegar ileso à idade adulta. Principalmente quando a carência se instala nos primórdios da vida e quando se torna

crônica. No Nordeste, a desnutrição é predominantemente crônica, muitas vezes desde a vida intrauterina. As anemias, segundo estudos isolados em comunidades do Nordeste desenvolvidos por Salzano, Batista, Amigo e outros (citados por Perez et alii, 1983) apresentam índices de mais de 30% em gestantes e menores de 5 anos, chegando a 50% dos escolares.

Em *Alimentação e Nutrição no Nordeste*, Perez e outros

TABELA 8

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DO NORDESTE POR CONSUMO CALÓRICO

REGIÕES	CALORIAS				
	1700	1700 a 2000	2000 a 2500	2500 a 3000	3000
Oeste do Maranhão	37,8	15,99	18,29	13,00	14,93
São Luís	43,27	19,72	16,53	12,28	8,21
Leste do Maranhão	31,96	12,07	22,13	15,75	18,09
Sul Maranhense	52,45	7,80	12,48	7,88	19,39
Norte do Piauí	40,38	15,53	23,01	9,29	11,79
Teresina	44,97	16,82	17,11	9,41	11,70
Sul do Piauí	38,47	14,44	19,09	13,71	14,30
Noroeste do Ceará	46,73	12,96	19,20	8,95	12,16
Fortaleza	55,65	16,13	15,42	6,71	6,08
Centro Leste do Ceará	62,00	11,70	10,98	6,77	8,55
Sul Cearense	36,37	12,76	20,77	14,05	16,05
Oeste Potiguar	56,08	12,94	22,39	16,20	12,39
Central Potiguar	69,49	7,35	17,00	5,16	1,00
Natal	56,89	11,18	14,23	7,90	9,80
Sertão Paraibano	26,16	12,26	19,50	17,71	24,37
Agreste e Brejo Paraibano	54,62	15,52	15,26	6,74	7,85
João Pessoa	57,29	13,33	14,35	6,77	8,26
Sertão Pernambucano	40,68	12,11	17,10	9,70	20,40
Agreste Pernambucano	40,22	15,38	21,19	10,90	12,32
Mata Pernambucana	46,40	15,61	18,67	9,76	9,55
Recife	48,82	16,81	18,65	7,90	7,81
Sertão e Agreste de Alagoas	42,52	12,51	21,36	9,57	14,04
Mata de Alagoas	50,72	10,63	20,06	11,17	7,42
Maceió	65,72	10,86	13,53	5,53	4,36
Sergipana	46,10	19,52	18,03	6,21	10,15
Aracaju	47,06	17,87	16,59	10,05	8,42
Oeste Baiano	46,69	14,21	17,89	9,79	11,43
Leste Baiano	50,69	14,87	17,64	8,59	8,20
Salvador	56,43	14,27	15,56	7,18	6,57
Litoral Sul Baiano	55,13	13,90	12,48	6,67	11,81

Fonte: Ref. 2

autores afirmam que aproximadamente 22% das gestantes do Nordeste apresentam baixo ganho de peso, em contraposição a gestantes de São Paulo, onde este percentual é de 12,2% (Perez, 1983). Como consequência, geram crianças de baixo peso, com desnutrição intra-uterina. Nunes, pesquisando em 3 maternidades do Recife, encontrou um percentual de aproximadamente 15% de crianças de baixo peso (Nunes, 1976). Nos países desenvolvidos, a taxa de recém-nascidos com baixo peso não ultrapassa 5%. Este autor chama atenção para o alto risco do baixo peso em recém-nascidos, desde que 50% a 75% dos casos vão a óbito.

Vários estudos (veja, por exemplo: IBGE, Parahym, Chaves, Batista Filho e Perez) têm demonstrado como a desnutrição compromete o crescimento e desenvolvimento das crianças do Nordeste. Segundo informes dos últimos oito anos, a desnutrição acomete mais de 70% dos menores de 10 anos, nas suas diferentes formas e tipos. Informações divulgadas pelo Estudo Nacional de Despesa Familiar, ENDEF, compreendendo dados sobre peso, altura e perímetro braquial de crianças nordestinas, revelam diferenças marcantes de crescimento (peso e altura) com relação ao "padrão". A curva de crescimento das crianças da região só se compara àquela das crianças pobres da Nigéria, Índia, Chile e Guatemala, as de menor tamanho do mundo (IBGE, 1975), como se visualiza na Figura 1.

Os resultados da fome são desastrosos para a população infantil nordestina. Como já dizia Nelson Chaves, a respeito da população da Zona da Mata Sul de Pernambuco, *está se formando nesta área de desnutrição crônica uma geração de nanicos e de débeis mentais...* (Chaves, 1980).

Um estudo realizado pelo Interdepartmental Committee on Nutrition for National Development, ICNND, mostrou que a estatura média das mulheres da região, em áreas onde a fome é endêmica, é de 1,50 m (ICNND, 1965). E Dobbing chama a atenção para as alterações do sistema nervoso decorrentes da desnutrição precoce, que se traduzem em alterações quantitativas e qualitativas do mesmo sistema (Dobbing, 1982). Quando a desnutrição acomete o feto no terceiro trimestre da gestação e a carência alimentar se prolonga até o primeiro ano de vida, o número de células cerebrais pode ficar reduzido a 40% do seu número real; ou seja, há um prejuízo de 60% das células cerebrais. Pode-se imaginar o que isto significa em termos de redução da capacidade intelectual.

Magalhães de Carvalho afirma que são os mais fortes que conseguem sobreviver à desnutrição; os mais fracos morreram no ventre materno ou não conseguiram ultrapassar 5 anos de vida, principalmente o primeiro ano. O que desencadeia essas mortes é a própria desnutrição, que diminui a resistência a todo tipo de infecção a que os indivíduos portadores de desnutrição estão submetidos. Assim é que, entre os menores de 1 ano, as enterites, desidratação, pneumonia e doenças infecciosas "próprias" da infância (sarampo, difteria, coqueluche...) são os fatores que se combinam para provocar a morte.

Vários estudos médicos (ver, dentre outros: Marcondes, Mata, Bringle e Scrimshaw) têm demonstrado a relação sinérgica entre desnutrição e infecção. A Pesquisa Inter-Americana de Mortalidade Infantil, PIMI, realizada pela Organização Mundial de Saúde, desenvolvida no Recife e em duas áreas de São Paulo (capital e Ribeirão Preto), revelou que as doenças infecciosas tiveram uma participação marcante nas causas básicas dos óbitos das crianças menores de 5 anos, enquanto a desnutrição estava presente em mais de 46% dos casos estudados, como causa básica ou associada (Puffer e Serrano, 1973). Taxas elevadas de mortalidade nesta faixa etária expressam com segurança o efeito sinérgico desnutrição x infecção, a ponto de se poder tomar a mortalidade por doenças infecciosas em crianças como indicador indireto da desnutrição. Outro dado da PIMI é a discrepância entre a taxa de mortalidade no primeiro ano em Recife (90 por mil) e São Paulo (60 por mil).

Ainda sobre mortalidade na infância, há o estudo do IBASE² sobre a mortalidade de menores de 2 anos, realizado em diversas áreas do Nordeste (IBASE, 1983). Na análise dos seus resultados, devem ser considerados alguns aspectos:

- os dados foram coletados em época de seca na região estudada;
- a seca agrava a situação de fome, predispondo à doença, desnutrição e morte;
- no Nordeste, o registro de causas de óbito nos atestados não deixa clareza sobre o que de fato levou o indivíduo a morrer;
- a desnutrição está intimamente associada às doenças infecciosas, e portanto as mortes por infecção podem ser tomadas como decorrente da fome.

Isto considerado, pode-se presumir que a maior parte das mortes referidas por este estudo decorrem da asso-

² Trata-se da mesma pesquisa referida na Introdução, à pg. 8.

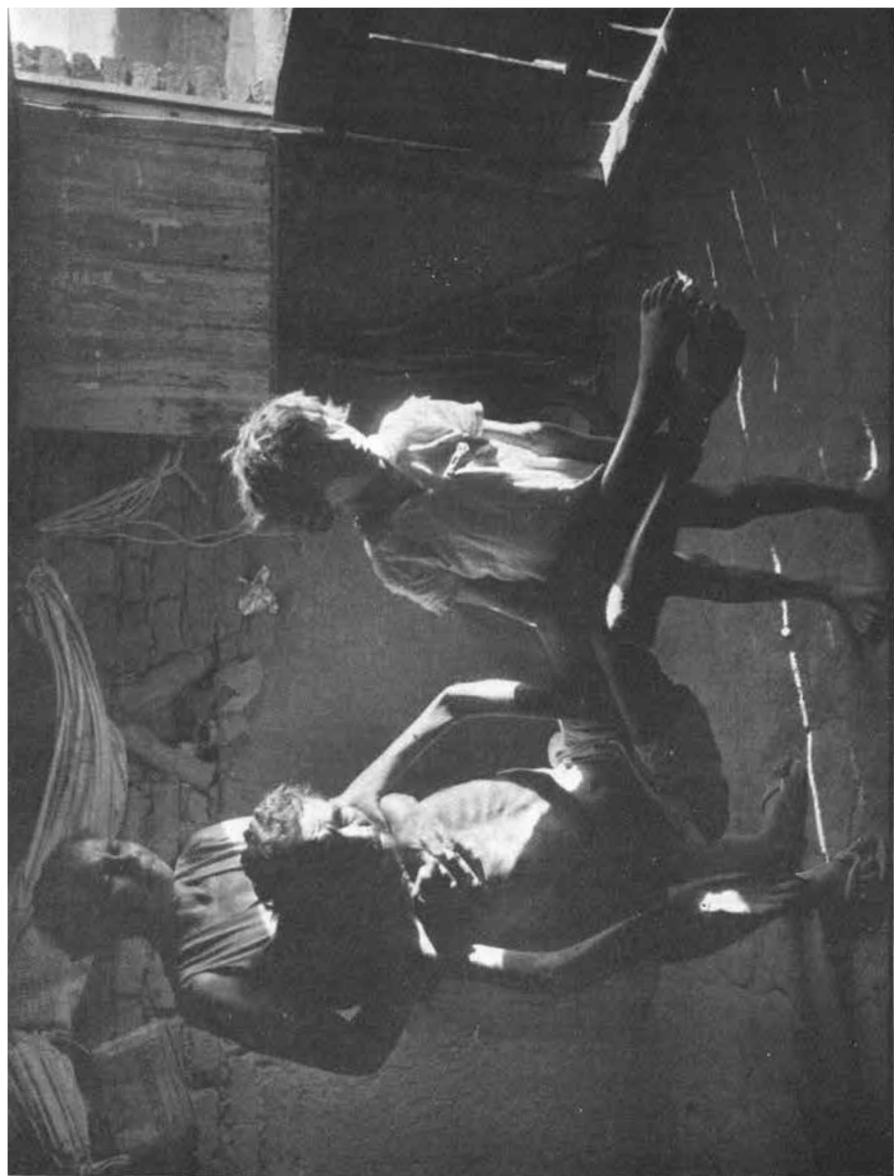
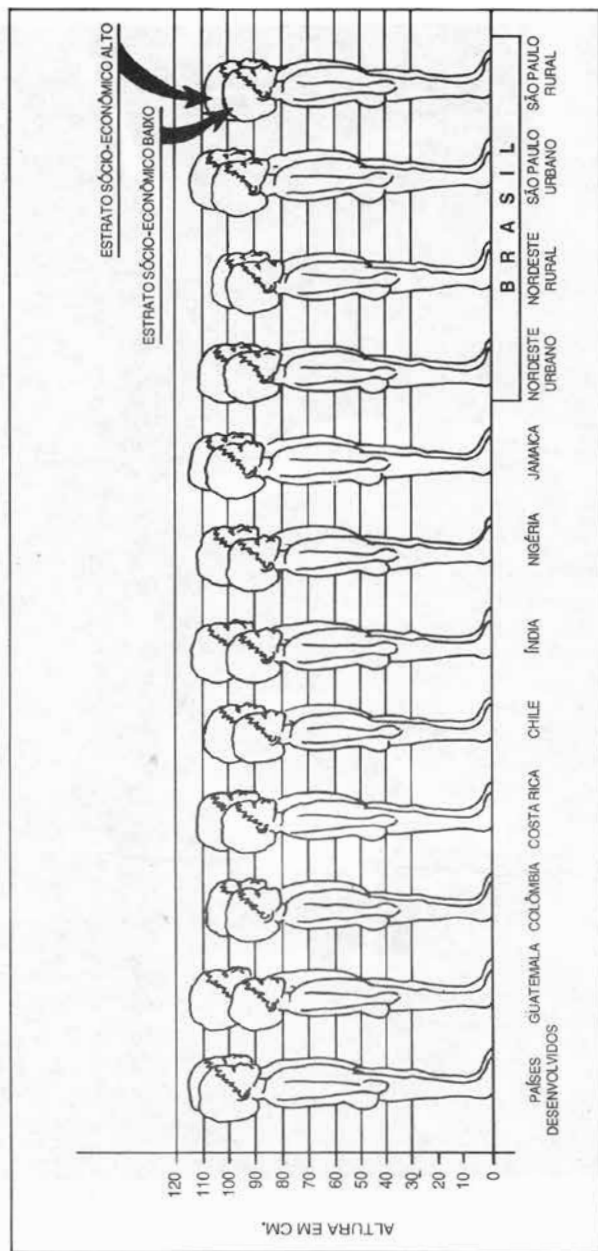


FOTO: SEBASTIÃO SALGADO/CCESE

Adulto de 42 anos em grave estado de subnutrição, carregado por mulher e filho.

FIGURA 1

ALTURAS MÉDIAS DE MENINOS DE 5 ANOS DE IDADE DE PAÍSES DESENVOLVIDOS E DE ESTRATOS SÓCIO-ECONÔMICOS ALTOS E BAIXOS DE PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO



Fonte: MORTORELL, R. et al.: "Small Stature in Developing Nations: its Causes and Implications", in MARGEN, S. e OGAR, R.A., eds: *Progress in Human Nutrition*, Westport; VI Publ., 1978 e IEGE, ENDEF, 1974-75.



Este casal do Ceará teve 9 filhos dos quais 6 morreram de desnutrição.

ciação desnutrição/infecção. De fato, quando se reagrupam os dados segundo os critérios "sem causas", "desnutrição/infecção" e "sem assistência médica", observa-se que mais de 87% dos óbitos ocorrem pelo item desnutrição/infecção. Os casos identificados como "sem assistência médica" podem ser distribuídos de forma semelhante, já que estão sujeitos à mesma distribuição estatística.

Se em épocas normais a desnutrição está associada a mais de 46% dos óbitos em menores de 5 anos, e considerando que o problema da morbi-mortalidade na infância é mais grave nos dois primeiros anos de vida, nos períodos de estiagem o risco de morrer de fome duplica (IBASE, 1983).

Em 1976, Simmons, em pesquisa realizada em hospitais de diversas cidades do Nordeste, levantou 1.000 casos de perda de visão em crianças provocados pela hipovitaminose A (Simmons e Melo, 1975). Há referências de aumento do número de cegos nas épocas de seca.

O índice de cárie dental é 7,2 (CPDO) para o país. No

Nordeste, aos 3 anos a cárie já atinge a média de 4 dentes; aos 6 anos, de 7,5 dentes; aos 20 anos, de 19 dentes. Este quadro é considerado o mais grave do mundo nestas faixas etárias. A gengivite tem incidência de 65% na puberdade e 100% aos 35 anos.

O Nordeste apresenta nível endêmico de doenças infecciosas, como a doença de chagas, schistosomose, tuberculose, hanseníase, tracoma e filariose, além das enfermidades que assumem níveis epidêmicos em determinadas épocas do ano e que acometem de preferência crianças menores de 5 anos, como as enterites agudas — bacterianas, virais e parasitárias.

É neste quadro pre-existente de doenças carenciais que o genocídio vem se instalar como um terrível agravante, junto à escassez dos equipamentos de saúde e à precariedade do atendimento médico em geral. Neste contexto em que fome e doenças se integram e complementam, a seca acontece, contraditoriamente, como denúncia e ocultamento do genocídio já efetivamente instalado na região há muito tempo.

BIBLIOGRAFIA

- BATISTA FILHO, M.; AMIGO, H. C.: *Epidemiologia das Principais Endemias Carenciais no Brasil*, Brasília, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq, mimeografado, 1981.
- BATISTA FILHO, M.: "Problemas de Nutrição no Brasil" in DE ANGELIS, R.: *Fisiologia da Nutrição*, Edart Editora, Universidade de São Paulo, 1977.
- BAZANTE, M. O.: *Consumo alimentar em crianças menores de 6 anos de idade do município de Ferreiros — Zona da Mata Seca de Pernambuco*, Recife, 1974 (tese).
- BRINGEL, G. M.: *Aleitamento Materno, Artificial e Misto em Lactentes de 0 a 4 meses de idade. Incidência de Diarréia e Evolução Pondo-Estatural* (tese), Recife, Instituto de Medicina Infantil de Pernambuco, 1980.
- CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS JOSUÉ DE CASTRO: *Relatório da Pesquisa Estado, Emprego, Subemprego e Condições de Subsistência na RMR*,
- Recife, 1985.
- CHAVES, Nelson: *Nutrição Básica e Aplicada*, Rio de Janeiro, Editora Koogan — Guanabara, 1980.
- CHAVES, Nelson: "Panorama Nutricional do Brasil" in LACAZ, C. S.; BARUZZI, R. G.: *Introdução à geografia médica do Brasil*, São Paulo, Ed. Edgard Blucher, 1972.
- DOBBING, J.: *Carência Nutricional, Retardamento do Crescimento e Sistema Nervoso*, São Paulo, Anais Nestlé, nº 107, 1982.
- IBASE: *Pesquisa sobre o genocídio no Nordeste no período de secas. Cruzamento de dados JUAZEIRO/Bahia*, 1983.
- IBGE: *Estudo Nacional de Despesa Familiar, Consumo Alimentar e Antropometria — Região Nordeste*, Rio de Janeiro, 1975.
- IBGE: *Perfil Estatístico de Crianças e Mães no Brasil*:

Perdi cinco filhos. Três antes da seca e dois na própria seca. A primeira nasceu em 74 e depois de seis meses morreu. Em novembro de 74, nasceu outra, que morreu em 75. De 77 para 78 nasceu outra e morreu com quatro meses de vida. Todas morreram de diarreia. O primeiro que morreu na seca foi o Francisco, em 1982. Morreu com cinco meses. Em 1983, Luizinho também morreu com dois anos. Quando Francisco morreu, eu estava em casa. Morreu em consequência da desnutrição. A gente levava ao médico, mas se sabia que a doença era falta de alimentação. As crianças já nasciam doentes, tinham problemas no intestino. O médico nunca sabia o que era direito o que matava as crianças. Achava que era desnutrição, depois achava que era diarreia. Nunca dava as causas.

A gente ficava muito preocupado e sem entender. Era um apanheio, um desespero. Era uma alegria quando a criança nascia e depois era um desespero, uma preocupação porque naqueles poucos dias de vida a gente ia vendo aquela criança se acabando, se acabando e terminava morrendo. Era uma procura de uma solução que não se encontrava. Tudo que a gente fazia gastava com de comer, e ainda gastava 50% com medicamentos, coisas assim.

Luizinho era um pouco sadio. Era mais sadio que os outros. Tinha quase dois anos e já estava começando a caminhar. Neste tempo, sai de casa para um encontro em Teresina, deixando ele com uma gripe. Essa gripe piorou, e aí minha mulher trouxe ele para a cidade. Morreu de um dia para o outro. O médico disse que era pneumonia, que teria curado se a gente tivesse corrido urgente. Não deixa de estar ligado à alimentação. O médico dizia para que as crianças se alimentassem com bastante leite. Os alimentos da região eram normalmente arroz e feijão, principalmente naquele tempo que o que eu ganhava na frente de emergência era Cr\$15.000,00 para sobreviver. Trabalhava nas frentes

administradas pelo 2º batalhão de Engenharia e Construção, distante de casa 24 quilômetros. E do que ganhava, deixava um pouco de arroz e feijão em casa e levava outro tanto para passar uma semana fora de casa, porque não tinha tempo para dormir em casa.

As mortes das crianças trouxeram muitas consequências para a nossa própria vida. Aquele período era de grande preocupação. A gente pelejava para atravessar uma crise, ameaçada pela fome e tudo. Como também aquela crise que estava sentindo na família. E tinha hora de se desesperar e sair para outro lugar. Só não saía porque não tinha para onde ir. A gente pensou em sair para a cidade, para pelo menos arrumar a família. Como a gente não tinha condições, ficava lá mesmo...

Naquele tempo, a gente se sentia culpado pela morte das crianças. Tinha noite que, com minha mulher Teresa, ficava conversando que a gente poderia ter saído para procurar outros meios. Agora é que sabemos que as crianças morreram em consequência da fome, da desnutrição e da poluição das águas. Porque quase todos os casais que moram aqui perderam crianças. Nem só nós perdemos crianças. Todos os casais perderam meninos, porque a gente bebe, com as crianças, água de barreiro contaminada de vermes. Isto já foi constatado pelos médicos.

O problema que a gente sentia era o problema de todos: a fome, o trabalho duro, a opressão e principalmente a falta de comida, porque no dia que a gente almoçava não jantava. No dia que jantava não almoçava. Assim nem crianças nem adultos aguentavam.

Mas as crianças que a gente perdeu nunca vai esquecer e não sabe como conseguimos sobreviver.

Depoimento de Luis Balbino de Oliveira,
30 anos, trabalhador rural na comunidade de Boa Vista,
em Itainópolis, Piauí.

4. RESISTÊNCIA POPULAR AO GENOCÍDIO

*Luís Eduardo de Souza**

* Membro do Secretariado da CPT/NE III (Bahia e Sergipe).

ANTECEDENTES

A luta do homem rural nordestino pela sobrevivência não se reduz aos momentos de seca. No seu cotidiano, pequenos agricultores – posseiros, arrendatários, pequenos proprietários, parceiros – e assalariados do campo travam uma luta desigual e diferenciada em toda a região.

Apesar de diversificadas e aparentemente fragmentadas, estas lutas têm um eixo que lhes dá unidade: a luta geral contra o monopólio da propriedade da terra e da água por parte da classe que os escraviza e mata. Esta mobilização, que já vinha de longe, teve um ponto de estrangulamento no período da grande seca de 1979-83.

Nos anos que precederam o golpe de 64, o Nordeste era uma região explosiva, onde alguns movimentos, como as Ligas Camponesas, exigiam Reforma Agrária radical. O Regime Militar os sufocou com prisões e assassinatos, apresentando um projeto alternativo de Reforma Agrária que contemplava mais ainda os latifundiários da região, via incentivos fiscais, para que modernizassem suas propriedades. Ao mesmo tempo, o governo central favoreceu a aquisição de terras e instalação de empresas agro-industriais, forçando assim a modernização no campo nordestino. O próprio Estado investiu na produção através de projetos de colonização sempre aco- plados à agro-indústria. Em vez de Reforma Agrária radical, o Regime Militar respondeu aos trabalhadores rurais com a política agrícola do Estatuto da Terra, reservando a desapropriação somente para casos de tensão social.

As classes populares (sobretudo as rurais), alijadas do processo político e silenciadas pela repressão, sofreram a investida desses grandes proprietários e empresários que acumularam mais terras ainda, auferindo mais renda e aumentando seu poder político regional.

Apesar do imobilismo a que foi reduzido o sindicalismo rural, transformado, na maioria das vezes, em postos do Funrural e atrelado aos poderes locais, a resistência popular se dava através de pequenas lutas, intensas e geralmente coletivas.

Posseiros e pequenos agricultores enfrentaram a ação violenta de jagunços e da própria polícia, acobertados pelos poderes locais, resistindo à tomada de suas terras. Contrapondo-se à cerca dos grileiros e pretensos proprietários, questionaram a legalidade desse tipo de propriedade que favorecia a especulação financeira contra seu direito de trabalhar e de sobreviver com suas famílias.

Rendeiros passaram a questionar a cobrança de rendas abusivas e outras “obrigações” impostas pelos proprietários de terra, cobrando na justiça os seus direitos expressos no Estatuto da Terra (Carvalho, 1983, p.37-47).

Assalariados da zona canavieira de Pernambuco, em 1979, e da zona cafeeira na Bahia, em 1980, passaram a organizar greves como resposta à exploração a que os patrões os submetiam, afrontando a legislação de greve em vigor.

Outra vertente de resistência popular é o enfrentamento, por parte de populações inteiras, das grandes obras do governo, sobretudo barragens, projetos de irrigação e açudes. A política de desenvolvimento centrada em grandes obras, sem levar em conta as populações atingidas, foi denunciada pelo movimento popular e a justiça foi acionada contra órgãos públicos federais. Diante da inoperância da justiça, o movimento foi elaborando uma estratégia que se consolidou na exigência organizada de terra por terra, na borda das represas, e casa por casa. Não foram poucos os trabalhadores que en-

frentaram máquinas de empreiteiras, forçando a parada de obras enquanto órgãos e autoridades responsáveis não respondessem a suas reivindicações de assentamento (Rodrigues, 1981, p. 513 ss).

Desses vários enfrentamentos e das mais variadas formas, o movimento popular enfrentou também a opressão e a prepotência dos poderes locais, cobrando direitos e não se curvando a supostos favores que geravam dependência e submissões políticas.

Essas lutas foram permeadas de discussões coletivas acerca das estratégias e táticas e da reflexão sobre a própria estrutura de classe da sociedade. As CEBs serviram muitas vezes, nesse período, como instrumento de organização para os pequenos trabalhadores. Com sua dinâmica de reflexão sobre os problemas à luz do Evangelho e com o impulso para o enfrentamento coletivo, proporcionaram aos trabalhadores uma visão crítica a partir da prática, tirando-os do isolamento cotidiano. Os sindicatos passaram a ser questionados a partir das lutas e uma nova postura, não assistencialista e não atrelada aos poderes locais, era então cobrada.

A grande seca, de 1979-83, atingindo 86,69% do território nordestino, criou uma unidade circunstancial na região. O conjunto das mobilizações se sobrepôs às diversas lutas populares localizadas, apontando para a necessidade de mudanças profundas na política agrária e agrícola da região e do país. A seca tornou-se, então:

- para as classes dominantes, uma oportunidade de reafirmar, diante da opinião nacional, a concepção ideológica de que o problema do Nordeste seria a falta d'água, obstruindo assim a compreensão dos problemas estruturais da região;
- para o movimento popular nordestino, uma chance de politizar a própria seca, passando pelo entendimento da estrutura de dominação, que se reforça e agudiza nas épocas de estiagem.

Nos anos de seca, o conflito pela terra se acirrou. Dos 273 assassinatos de trabalhadores entre 1964 e 1986, no Nordeste, 27 (9,8%) aconteceram entre 1964 e 1970; 35 (12,82%) entre 1971 e 1977; 141 (51,64%) entre 1978 e 1984; e 70 (25,64%) entre 1985 e 1986.

Mantendo-se a progressão, teríamos, entre 1985 e 1991, 210 crimes de morte, configurando-se um genocídio institucionalizado, convivendo com o outro, circunstancial.¹

A grande seca coincidiu também com a crise econômica e política. O esgotamento do modelo econômico e o colapso do regime militar faziam com que o movimento popular reagisse a nível nacional contra a carestia, o desemprego generalizado e a inflação galopante, exigindo a convocação de eleições diretas para presidente e a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte para redefinir os rumos políticos do Brasil.

Neste contexto, é possível afirmar que a resistência ao genocídio foi um componente desta mobilização nacional por mudanças, recebendo, em contrapartida, o reforço e legitimação do conjunto.

Contudo, da mesma forma como as mobilizações nacionais tiveram um filtro, que não foi o movimento popular, mas as elites, aconteceu também com a resistência dos nordestinos. As elites lograram instrumentalizar a própria insatisfação emergente em função de seu objetivo político principal: garantir a transição planejada desde o regime militar.

A RESISTÊNCIA AO GENOCÍDIO DE 1979/1983

A resistência popular que acontecia no Nordeste (lutas pela terra, água, salário, etc) teve na seca de 1979-1983 um novo desafio. Se as lutas precedentes trouxeram algum tipo de experiência, esta agora exigiria descobertas novas e outros níveis organizativos; a multidão dos flagelados convulsionou o cenário social. O objetivo deste capítulo é resgatar alguns pontos centrais dessa resistência e perceber o seu significado, partindo das formas de resistência e discernindo o conteúdo novo em gestação.

¹ Cf. Movimento dos Sem Terra, p.557 ss. morreram: 2 pescadores, 2 reendeiros, 5 presidentes de Ligas Camponesas, 9 advogados, 11 assalariados, 11 crianças, 14 mulheres, 17 presidentes de STR, 18 líderes sindicais e de comunidades e 186

posseiros e pequenos lavradores, com a seguinte distribuição por Estado: Alagoas: 24; Bahia: 116; Ceará: 29; Paraíba: 10; Pernambuco: 77; Piauí: 4; Rio Grande do Norte: 10; Sergipe: 3.



FOTO: SEBASTIÃO SALGADO/CESE

Distribuição de alimentos a preço de custo.

FORMAS DE RESISTÊNCIA

Aqui, interessa-nos compreender sobretudo as formas de resistência mais coletivas que se generalizaram na grande seca: os saques e as lutas nas frentes de serviço.

OS SAQUES

A. DADOS GERAIS

Paraíba – Bonito de Santa Fé: 5.000 flagelados invadiram e saquearam. (*Jornal do Brasil*, 11.3.81).

Ceará – Mauriti: 2.000 flagelados, loucos de fome, invadiram (...) saquearam armazéns, mercado central e cooperativa agrícola, levando 1.200 sacos de feijão, arroz, farinha e outros gêneros alimentícios. Prefeito informou que a cidade está em pânico. (*Diário de Pernambuco*, 02.07.82).

Pernambuco – São José do Belmonte: 900 flagelados invadiram o distrito de Carmo e arrombaram o principal armazém: 70 sacos de milho, feijão e outros alimentos. (*Diário de Pernambuco*, 21.07.82).

Piauí – Itaueira: 500 flagelados (...) levaram 6 toneladas de arroz, leite em pó, feijão. (*Estado de São Paulo*, 22.10.83).

Rio Grande do Norte – Jardim de Piranhas: mais de 1.000 agricultores invadiram depósito da CIDA e levaram toneladas de alimentos. (*Jornal do Brasil*, 28.09.83).

Sergipe – Nossa Senhora da Glória: saques na cidade (*Globo*, 12.09.83).

Alagoas – Arapiraca: 3.000 flagelados saquearam (...) porque há 50 dias não recebiam o dinheiro das frentes (*Diário de Pernambuco*, 09.03.84).

Maranhão – Gonçalves Dias: 300 flagelados levaram 10 toneladas de leite, café, fubá de milho, arroz e farinha (*O Globo*, 15.09.83).

Bahia – Irecê: 500 pessoas invadiram a cooperativa e saquearam 3 mil quilos de alimentos. (*A Tarde*, 30.08.83).

Para verificar a intensidade dos saques e sua abrangência em termos de região, foi feita uma amostragem, a partir sobretudo de jornais do sul do país, dada a impossibilidade de acesso a jornais de todos os estados do Nordeste.

Esses periódicos não são uma fonte exaustiva, pois não publicaram todos os saques ocorridos. Apesar deste limite, podemos afirmar que houve saques em todos os estados do Nordeste, embora de maneira bastante diferenciada. Alguns estados apresentam maior incidência: no Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte

se deram 82,11% do total, contra 17,89 na Bahia, Sergipe Alagoas e Piauí. O Ceará foi o estado onde houve mais saques: 38,21% do total. Os jornais demonstraram também quais os anos mais críticos. Em 1981, aconteceram 26,01% dos saques; em 1982, 16,26%; em 1983, 42,27% do total – o drama havia se intensificado. No mês de setembro daquele último ano de seca, aconteceu como que o afunilamento deste tipo de reação popular, havendo saques até no Maranhão: 21,13% do total do período 1981-84 e 49,05% do total de 1983. Se juntarmos os saques do trimestre agosto a outubro, temos 35,75% do total de saques na região e 84,90% do total de 1983. Em síntese, excetuando-se os meses de janeiro, abril e junho, em todos esses anos (1981-84) o Nordeste foi palco destas ações através das quais a massa reagia violentamente ao genocídio.

B. OS SAQUES SEGUNDO OS FLAGELADOS

Em 79, a gente trabalhava de agregado em terras alheias. Meu marido se empregou nos bolsões. Eu e os meninos era quem tomava conta dos roçados. Meu marido, quando tinha tempo, ia pescar. Mas era coisa muito pouca por causa de não ter material de pesca... era só uma tarrafa. Com o dinheiro do peixe, dava para se comprar o pão dos meninos. Mas a dificuldade era grande, como ainda hoje. Em nosso bairro, havia gente muito pior do que nós.

Na grande seca de 1979-83, não só no nosso bairro, mas nos outros lugares que a gente andava, via-se muitas necessidades. As mães de família diziam para nós que passavam até 3 dias sem botar a panela no fogo. Outras diziam para nós que passava uma semana inteira sem ter o que comer. Muita doença, muita gente morreu de fome. A desculpa era dizer que tinha sido doença, mas a gente sabe de certeza que foi a fome que matou essas pessoas. Conheci muita gente que morreu de fome, por exemplo: lá no açude Farias de Souza, seu João Charito e minha mãe... Ela não tinha alimentação suficiente. Quando ela adoeceu, nós levamos ao médico e lá o médico disse que era o problema de pulmão. Na hora que ela tomou o remédio, morreu logo. Se fosse pulmão, tinha resistido mais tempo. Mas como passava fome, não resistiu e se acabou. Muitas crianças sobrinhas do meu marido e outras pessoas morreram nessa época. Fizemos até uma pesquisa aqui em nosso bairro e não estou lembrada agora quantas pessoas foram, mas foram muitas que morreram de fome.

Diante da situação, vimos que não era bom esperar só pela morte, parado, de braços cruzados, olhando para o céu. A gente sabe que Deus não queria que ficasse assim, esperando por Ele que descesse do céu para resolver o problema. Então, quando foi em 83 nós resolvemos, através de nossas reuniões e refletindo a Palavra de Deus, se movimentar, porque só tinha emprego para os homens casados. Nada para os rapazes e mães de família. A gente então se mexeu, fez documentos, manifestação nas ruas para tentar encontrar soluções. Numa família de 10 pessoas como a nossa, não dava para viver com um salário de 15.300 cruzeiros. A gente se reuniu um grupo de mulheres, fomos no dia 5 de setembro daquele ano, ocupamos a Prefeitura. No começo da manhã, já se contava 500 mulheres. Levamos documento. Avisamos com antecedência ao prefeito que a gente ia. Quando chegamos lá, não encontramos ele. Parece que ele teve medo de nós e se escondeu. Apareceu apenas um capanga dele dizendo que ele estava no escritório do GESCAP, mas nós mandamos apenas um grupinho para garantir. Quando a gente verificou que ele não estava no escritório, continuamos dentro da Prefeitura. Por volta das 10 horas, ele chegou e disse que não podia fazer nada. "Algumas bolsas que chegaram já distribuí todas". Então a gente disse a ele que ia ficar até sair uma solução.

Ficamos lá, ouvindo as piadas dos vereadores e dos colegas do prefeito. Enquanto a gente ficou dentro da prefeitura, o pessoal que vinha dos bolsões sabia que havia distribuição de alimentos na prefeitura. Então passava logo para lá. Quando foi 12 horas mais ou menos, já era gente, tinha para mais de 2 mil pessoas. O pessoal pobre dos bairros e um vereador da oposição mandou alguma comida para nós, mas era coisa séria quando chegava um pouco de comida. Não dava tempo nem de distribuir. O povo voava em cima da comida, que não chegava nem a gente ver o que era. O povo era uma fome que fazia dó. Uns choravam. Teve um mulher que desmaiou de fome.

Nós ocupamos a prefeitura de 8 às 14 hs. Quando a gente viu que não tinha solução nenhuma, procuramos outras saídas. Só sei que eu tinha ido tomar água numa casa vizinha quando ouvi que o pessoal tinha saído para buscar alguma coisa para comer. Corri atrás do pessoal. Quando cheguei no primeiro armazém, já tinham tirado alguma coisa. Saíram para a estação. Lá foi quebrada uma porta, mas não encontramos nada. Voltamos para o comércio e foi onde se tirou bolacha, massa de milho

e outras coisas de comer. (Raimunda Ferreira Vasconcelos Alves, Nova Russas, Ceará).

Do relato de Raimunda e de tantos outros, é possível marcar alguns elementos fundamentais, tendo presente que há variedades e intensidades diferentes em cada um dos itens seguintes:

Primeiro, a origem dos saques está na fome pre-existente da população, que se agrava nos períodos de seca. O depoimento acena para isso quando fala que eram *agregados em terras alheias* e que o marido de Raimunda era biscoiteiro para complementar a subsistência.

A fome, em tempos "normais", é considerada problema pessoal, e cada um procura escapar dela como pode, inclusive "aceitando" a convivência com os maiores índices de desnutrição e de mortalidade infantil. Em tempos de seca, a doença e a morte se generalizam, tornando-se a desgraça geral, que todos sentem e comentam.

Um segundo elemento constitutivo dos saques é a desilusão coletiva face ao descaso dos responsáveis. O povo só parte para os saques como última medida, depois de percorrer todos os caminhos da denúncia, seja através de documentos, de manifestações, de ocupações de prefeituras ou órgãos públicos. Face ao não reconhecimento da gravidade da situação, manifestado pela falta de medidas, por maus tratos e até pelo não pagamento dos salários das frentes de emergência, só resta procurar outras saídas.

Aí chegou também uma semente. Aí chegou o dia deles distribuir. Aí o pessoal todo mundo na fila, desesperado, sem ter o que comer. Ninguém se controlava nas filas para receber. O técnico lá da Emater se enojou com o pessoal, dizendo que não ia mais despachar nada para ninguém. Fechou a porta e foi embora. Aí um grupo de trabalhadores decidiu derrubar a porta. E fizeram. Quebraram a porta e invadiram. Aí tiraram muitas coisas. Mas quando o prefeito soube, pegou a polícia, veio com o carro da prefeitura, foi em casas de alguns companheiros, tomou as sementes, trouxe e botou na cadeia. (...) A gente vê que na hora que a pessoa está assim fraco, com medo, com um problema desses, a gente cresce, a gente fica mais corajoso. (Francisco Benedito de Souza. Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pio IX, Piauí).

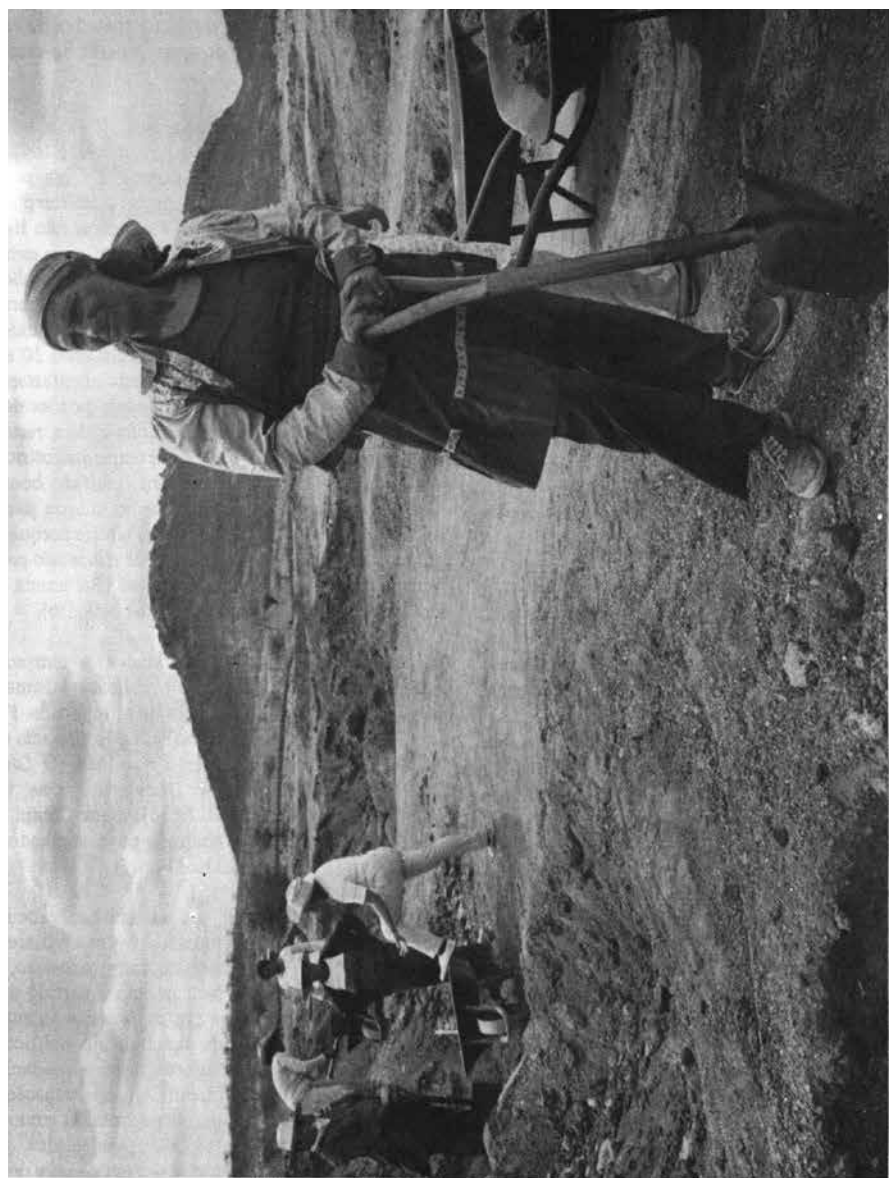


FOTO: SEBASTIÃO SALGADO/CESÉ

Mulheres numa frente de trabalho.

Em Caruaru, Pernambuco, os flagelados saquearam porque os responsáveis estavam vendendo o feijão bom que lhes era destinado, entregando-lhes outro, de péssima qualidade (*Diário de Pernambuco*, 28.05.81). Onde os comerciantes e autoridades entenderam a situação e distribuíram alimentos, não houve saques, como em Santa Quitéria, Ceará (*Diário de Pernambuco*, 07.03.81).

Um terceiro elemento é a mediação. Os saques significam uma negação radical do direito sagrado da propriedade privada dos bens. Para que um grupo de excluídos possa se levantar contra uma norma tão fundamental, é preciso que se constitua um sujeito coletivo – a multidão – amalgamado pela fome e pelas condições-limite de sobrevivência, que não pode esperar mais pelas providências “normais”. Para este sujeito, um confronto desta natureza é a alternativa à morte. Quando a gente viu que não tinha solução nenhuma, procuramos outras saídas (Dona Raimunda, depoimento acima). Aí um grupo de trabalhadores decidiu derrubar a porta (Francisco Benedito de Souza, *idem*).

O quarto elemento é a diferenciação das experiências subjetivas dos saqueadores. O gesto de ruptura radical com a sociedade, vista como quem tem alimentos guardados, num acinte à fome aguda e urgente, é percebida de várias maneiras pelos flagelados, conforme seus posicionamentos políticos anteriores. Isto tem consequências variadas para os indivíduos participantes do saque, grupos e entidades, determinando diferentes qualidades de repressão.

Se o posicionamento anterior dos flagelados, grupos e entidades era de crítica à sociedade vigente e vontade política de fazer crescer o poder popular para transformá-la, os saques confirmam esta postura, aumentando o desejo de crescer em organização.

Se a posição política era de submissão e dependência dos poderes locais, esperando deles favores, os saques podem significar a percepção do nível de miséria em que estão ou se transformar na maneira de simplesmente cobrar favores não atendidos, continuando na dependência. No caso de grupos ou entidades atrelados aos poderes locais, os flagelados podem questionar seu comprometimento ou omissão.

Por outro lado, os saques podem esconder, no anonimato, indivíduos cuja postura se identifica com o roubo e o furto propriamente ditos, aproveitando-se do mo-

mento para apanhar mercadorias. Isto é muitas vezes noticiado pela grande imprensa, na tentativa de caracterizar o comportamento do grupo a partir de exceções individuais.

O quinto elemento é a repressão.

Não foi possível tirar mais porque a força policial chegou. O dono do armazém chegou num carro e botou em cima de todo mundo. Se o pessoal não tivesse saído tão ligeiro, ele tinha matado muita gente esmagado. Desceram a porta do comércio numa brutalidade tão grande que se tivesse gente embaixo tinha cortado pelo meio. Fecharam a porta do comércio deixando 10 pessoas presas lá dentro. Depois tiraram esses 10 e botaram no sol quente. ...Com essa nossa manifestação e tirada de alimentos em dois armazéns, prisões de 10 companheiros, depois ficando dois na cadeia, resultou num processo criminal contra 4 companheiros nossos que ainda hoje corre. Tivemos um resultado bom no meio dessas tempestades. O trabalho chegou para as mulheres e jovens. Daí tivemos uma vitória porque melhorou mais as nossas condições. Daí a luta não parou. Continuamos nas frentes de serviço... (Raimunda Ferreira Vasconcelos, continuação do depoimento).

No primeiro momento, as autoridades, se têm condições, acionam indistintamente a polícia, reafirmando seu poder de controle e o direito de propriedade. Foi o caso de Catolé do Rocha, Paraíba, onde a polícia usou gás lacrimogêneo para conter a multidão (*O Globo*, 29.09.83); em Mossoró, Rio Grande do Norte, usou jatos d'água (*O Globo*, 01.09.83) e em Canapi, Rio Grande do Norte, atirou contra o povo, matando um trabalhador. (*A Tarde*, 28.11.81).

Num segundo momento, as autoridades procuram apontar indivíduos isoladamente. Aí vem os diferentes procedimentos: se se posicionam como oposição, são presas e incriminadas. Se fecham com o partido da situação, são liberadas. Se há órgãos de classe ou entidades de apoio desenvolvendo um trabalho político de oposição junto aos trabalhadores, mesmo que tenham programado outra coisa (manifestação, ocupação de prefeitura, etc) e não o saque, são apontados como responsáveis. Estes momentos são privilegiados para “acertos de conta”, cobrando-se das entidades e órgãos de classe um papel de neutralidade política, de “manter a ordem pública”. Assim se “absolve” o povo, julgado incapaz de tais atos, incriminando-se pessoas e entidades como agitadores. Conforme o grau de acirramento

da questão política e dos interesses em jogo, as autoridades podem acionar os mecanismos do aparelho judiciário contra lideranças de trabalhadores, agentes e/ou sindicalistas, na tentativa de desmoralizá-los perante a opinião pública local.

A turba, composta aproximadamente por 500 pessoas, antecipadamente convocadas para a reunião daquele dia e horário pela "Irmã Cleide" e instigada por ela, dirigiu-se ao estabelecimento comercial... e, em lá chegando, invadiu o referido comércio, usando para esse fim delituoso e condenável a violência contra a pessoa de... que foi esmurrado, violentamente, ao opor resistência ao roubo. Desta empresa criminosa, surrupiaram as mercadorias constantes às fls. 48. Concluído esse saque, a multidão foi induzida mais uma vez por seus líderes, Irmã Raimunda Cleide Fontes e Sebastião Rodrigues Mano, ao estabelecimento do Sr.... com o mesmo fim devasso e rapinador, mas, em vista do ostensivo aparato policial que protegia aquela mercancia, não logrou êxito a investida criminosa. Em razão de tal frustração, a multidão, maquiavelicamente orientada por seus cabeças-chefes, dirigiu-se ao Mercantil... (Processo 16999/83 - Comarca de Nova Russas, Ceará, p.3 a 5).

A polícia exerce papel estratégico, sobretudo na invenção de depoimentos falsos para culpar as pessoas visadas e que exercem alguma liderança perante a comunidade. A novidade é que isto não aterroriza mais os trabalhadores, como antes acontecia. É o que se pode depreender do seguinte depoimento: (...) exibidos os instrumentos apreendidos, o interrogando reconheceu a foice, a qual lhe pertencia e que a conduzia dentro de um saco, no dia do fato narrado na denúncia; e que o referido instrumento o interrogando conduzia de seu trabalho, como fazem todos os trabalhadores; que não é verdadeira a imputação que lhe é feita; (...) que de longe o interrogando avistou uma multidão, muita gente; que o interrogando então indagou a componentes daquela multidão para onde a mesma se dirigia; que pessoas da multidão disseram ao interrogando que estavam em busca de comida e que se destinavam à Prefeitura Municipal; que o interrogando então resolveu acompanhar aquela multidão porque está passando fome há cinco (5) dias; que ao chegar em frente à Prefeitura, o interrogando verificou que ali estava sendo distribuída alimentação para pessoas que ali se encontravam; que então o interrogando se dirigiu a alguém e pediu um prato de comida, obtendo como resposta que aquela comida era para aquelas pessoas que ali se encontravam; que o interrogando então pon-

derou dizendo que também era trabalhador do Bolsão e que também estava com fome; que então foi servido ao interrogando pequena quantidade de comida, comida essa que não chegou a matar a fome do interrogando (...).

Não incriminam ninguém: que não conhece o vereador Raimundo Jorge; que na realidade tinha um homem distribuindo pão, bolacha e o povo apanhando no chão, mas não sabe dizer se era o vereador Raimundo Jorge que assim procedia; que é verdade ter o interrogando uma filha de nome Maria Barbosa Amorim e de ser a mesma alistada no Bolsão da Seca, mas embora tal declaração conste do seu termo de fls. 24, prestado por ocasião do inquérito policial, não é verdade que a tenha declarado; que a filha do interrogando não esteve na porta da Prefeitura por ocasião do fato narrado na denúncia; que também não é verdade ter declarado na Polícia que foi divulgado aviso na frente de serviço onde trabalha o interrogando, convidando os lavradores que ali trabalham para comparecerem naquele dia à porta da Prefeitura; (...) que o interrogando não presenciou pessoas levando mercadorias do armazém; que não conhece as pessoas que estavam distribuindo alimentos na porta da Prefeitura, mas viu que havia homens e mulheres fazendo a distribuição; que o interrogando não conhece a outra acusada de nome Irmã Cleide; que tem visto falar dela apenas através do rádio (...) (Idem Processo nº 16999/83, p. 106-108. Depoimento do trabalhador rural Sebastião B. de Amorim).

Finalmente, os saques foram, para as autoridades locais, uma oportunidade de recorrerem aos superiores (governadores, Sudene), solicitando a abertura de frentes de emergência ou o aumento do número de alistados, do que se vai tratar a seguir.

FRENTES DE EMERGÊNCIA

A. CONTEXTO

As frentes de emergência e a distribuição de água através de carros-pipa foram as ações do Estado que atingiram mais diretamente os flagelados. Esta forma de "socorro" já vinha desde 1966. A novidade foi a exacerbação do seu direcionamento político, pois representaram parte da estratégia mais geral do governo para conter a mão-de-obra nordestina na região. Isto por dois motivos: a crise econômica, com altos índices de desemprego reinante no sul do país, e o risco político, visto que

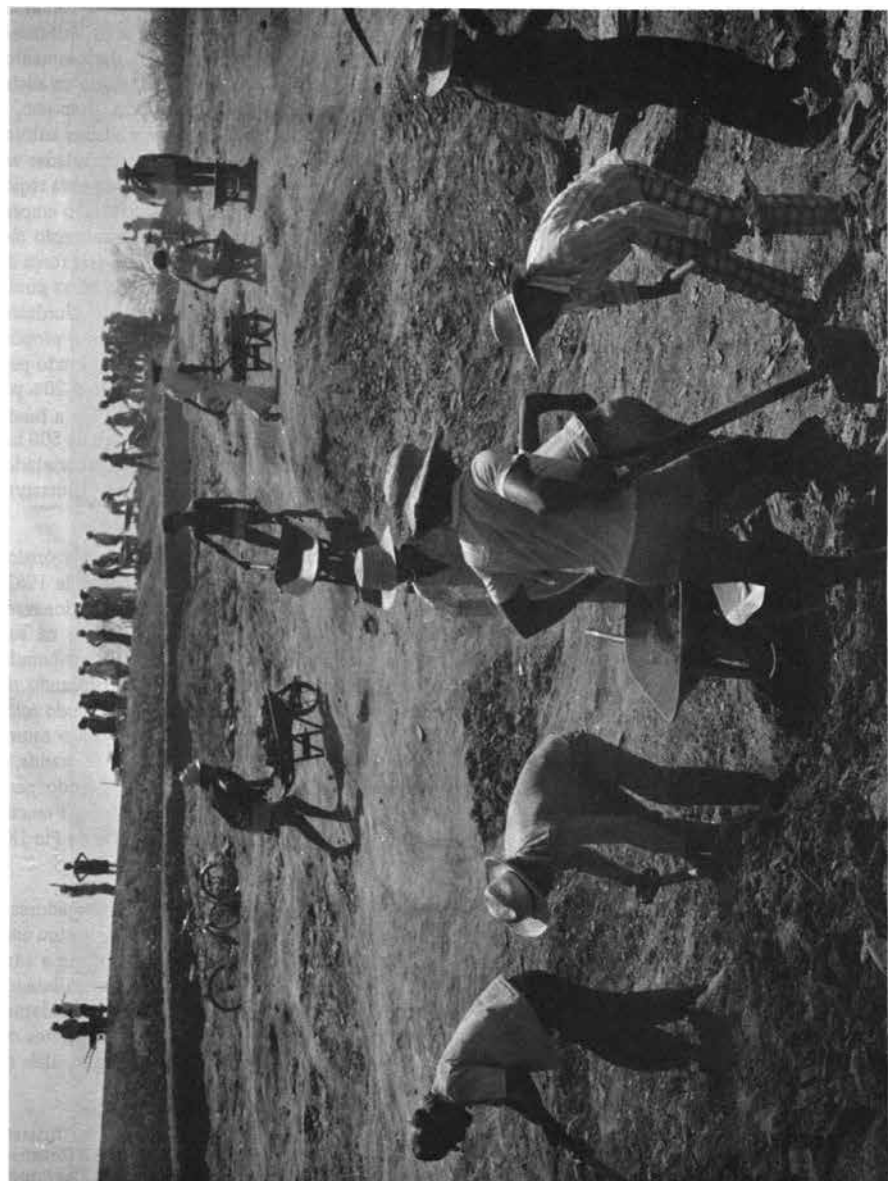


FOTO: SEBASTIÃO SALGADO/CESE

Frente de trabalho.

as grandes cidades (sobretudo as capitais) se transformavam em polos de movimentos populares de oposição ao regime. O poder central se preocupava com as eleições de governadores e de deputados federais (1982), tendo em vista o Colégio Eleitoral que escolheria o futuro presidente (1985). O peso político do Nordeste, representado majoritariamente pelo PDS, poderia garantir a transição "lenta, gradual e segura" do regime.

Em 1981, o então governador da Bahia se dirigiu ao Ministro do Interior nos seguintes termos: *Se o programa de assistência aos flagelados não tiver o sucesso esperado, haverá uma derrota do PDS na próxima eleição (Diário de Pernambuco, 01.09.81). Quinze dias antes, o Ministro Andreazza afirmara: O Ministério do Interior, cumprindo determinação expressa do Presidente Figueiredo, vem adotando todas as providências para que não falte a devida assistência às populações das áreas atingidas pela seca, sob coordenação da Sudene, em estreita articulação com os Governos Estaduais (...)* (Diário de Pernambuco, 15.08.81).

Em 1982, o SNI denunciava que as verbas estavam sendo mal aplicadas: parentes dos prefeitos, comerciantes e até grandes proprietários estavam inscritos nas frentes, desviando dinheiro destinado aos flagelados. Na véspera de uma eleição importante como a de novembro próximo, a manutenção de um programa de assistência direta ao trabalhador rural é de toda conveniência para os políticos do PDS... A cada líder ou chefe político de um município ou região, era destinado um lote de 50-100 vagas nas frentes de emergência. Ele levava sua lista e as pessoas por ele inscritas só precisavam comparecer para receber o dinheiro, no fim do mês. (Folha de São Paulo, 18.07.82).

Em 1983, depois das eleições, os governadores do Nordeste, em reunião na Sudene, reclamando da redução de recursos do Finor, deixaram evidente os compromissos assumidos com eles pelo Planalto: *Conscientes de que o apoio às decisões do Governo é basicamente fornecido pela bancada nordestina, os Governadores sentem-se, hoje, órfãos por parte dos responsáveis pelos destinos econômicos do país (...). Para tanto, pretendem exigir, em troca de votos na Convenção do PDS que ratificará o nome do sucessor de Figueiredo, compromissos formais garantindo (...).*

Dentro dessa estratégia, as frentes receberam em 1979-80 um novo direcionamento e, em vez de frentes de "emergência", passaram a ser "de serviço". A diferença

é que nas frentes de serviço os flagelados trabalhavam nas grandes propriedades, em obras que os latifundiários definiam: açudes, barragens, cercas, destocamento, etc, enquanto que nas frentes de emergência os alistados eram aproveitados em obras públicas. Com isso, o governo federal cevou seus tradicionais aliados latifundiários do Nordeste que tiveram suas propriedades valorizadas e rebaixaram ainda mais a mão-de-obra regional. Nos anos de 1979-80, a força de trabalho empregada foi utilizada para fortalecer a capitalização das propriedades privadas. Nos anos seguintes, essa força de trabalho foi dirigida para a construção de obras públicas (Comissão Interministerial do Projeto Nordeste, 1984). Os financiamentos seguiam a seguinte proporção: para quem tivesse de 0 a 20 ha, 100% a fundo perdido; de 21 a 100 ha, 80% a fundo perdido e 20% pagos pelo proprietário; de 101 a 500 ha, 70% a fundo perdido e 30% pagos pelo proprietário; mais de 500 ha, 50% a fundo perdido e 50% pagos pelo proprietário; com 12 anos para pagar e 3 anos de carência (Bursztyn, 1984, p. 72 ss).

Mesmo quando as frentes foram entregues a órgãos como CODEVASF, DNOCS e BEC, a partir de 1982, os prefeitos de quase todos os municípios direcionavam e definiam quem seria alistado, continuando na sua costureira política clientelista. Andavam distribuindo as cestas e fazendo política partidária, colocando na cabeça do povo que aquilo era assim: eles ficando agradecidos, porque era uma coisa que o prefeito estava dando ou o deputado. Tinha um depósito lá, grande, e teve gente que viu eles à noite transportando para outro salão para depois fazer outra campanha (Francisco Benedito de Souza, Presidente do STR de Pio IX, Paiú).

Paralelamente à aliança do Planalto com governadores e políticos do PDS, o Ministro Andreazza manifestou uma outra: a continuidade das grandes obras, como a adução de água do rio São Francisco para alguns estados nordestinos. Com isso, buscava apoio à sua candidatura junto a outros segmentos das classes dominantes do Nordeste e das grandes empreiteiras nacionais, aliás os grupos de sua predileção.²

² Andreazza, ao receber do DNOCS o título de "Irrigante Honorário", foi alvo de elogios por parte da Andrade Gutierrez: *Nós da Andrade Gutierrez temos sido testemunha e participantes dessas realizações. Por isso e na medida em que o nosso trabalho tem contribuído para a transformação do semi-árido numa região fértil como deve ser, sentimos igualmente responsáveis pela concessão desse título a quem de direito (Correio da Bahia, 23.10.81).*

Outro aspecto que merece tratamento nesta questão é a propaganda apresentada sobre o socorro aos flagelados, que na verdade tinha bem outros destinos.

O Presidente Figueiredo prometeu ajuda, quando de sua visita às áreas atingidas. Participou de reunião extraordinária da Sudene em cuja pauta constavam 29 projetos relacionados à implantação, ampliação e modernização de empreendimentos industriais e agropecuários, redução de impostos, reinvestimentos do Imposto de Renda e outros benefícios fiscais e financeiros, envolvendo recursos da ordem de Cr\$15 bilhões e 400 milhões... Do setor industrial, constavam 17 pareceres dos ramos de produtos minerais não metálicos, matéria plástica, material elétrico e de comunicação, química, metalúrgica, material de transporte, couro e peles, têxtil, vestuária e indústria extrativa mineral (cf. *Diário de Pernambuco*, 28.06.81).

Aureliano Chaves, em visita ao Nordeste como Presidente em exercício, proclamou a liberação de 131 bilhões para os nordestinos. Isto em setembro de 1983, o pior momento da seca. Tudo levava a crer que era para socorrer quem estava morrendo no Nordeste. Os jornais noticiaram que esses 131 bilhões eram destinados ao financiamento para pequenas e médias empresas, transportes urbanos, alimentação e nutrição (Finsocial), desenvolvimento do semi-árido e melhoria de estradas vicinais e regularização fundiária (cf. *Diário de Pernambuco*, 30.08.83).

B. A RESISTÊNCIA NAS FRENTES DE EMERGÊNCIA

Através das frentes, a população recebia do Estado o mísero salário de Cr\$15.300,00, que significava, na época, 50% do salário regional.

Apesar de tão pouco, as frentes condicionaram a resistência popular, por dois motivos principais: eram a única alternativa de trabalho para a grande massa de flagelados, tornando-se referência de suas próprias lutas. Todos queriam inscrever-se nas frentes, apesar do que sofriam. Com esse parâmetro bem definido, foi fácil para o Estado e as classes dominantes negociar os favores.

Se nos saques a força social da multidão operava a ruptura momentânea e violenta da sociedade, aqui o processo se desdobrou em várias direções:

— parte dos flagelados, geralmente aqueles com expe-

riência de organização, cresceu em consciência política e contestou violentamente as arbitrariedades e imposições. Generalizou-se o uso de se fazer "Cartas Abertas ao Povo e às Autoridades". Realizaram-se muitas manifestações de reivindicações e de denúncia dos horrores sofridos nas frentes. "*O Camponês faminto não é cão sem dono. São responsáveis pela mortalidade das crianças de nosso município todos aqueles que prendem e torturam os nossos companheiros e impedem a organização dos trabalhadores. A pressão executada pelos policiais deixou todos os trabalhadores indignados. Não pode o pai de família deixar o seu filho morrer de fome. Por isso apoiamos a luta dos trabalhadores e afirmamos que é legítima defesa*". (Carta Aberta ao Povo e as Autoridades, Tauá, Ceará).

- outros se impuseram e não aceitaram como "apontadores" cabos eleitorais, designando gente da própria comunidade para esta tarefa.
- já no final da seca, depois de tantas denúncias apresentadas e solicitações, os trabalhadores conseguiram trabalhar somente 3 dias nas frentes e 3 dias nas suas roças, para preparar o plantio.
- outros aprenderam a desenvolver a solidariedade, como o grupo que não trabalhou enquanto o companheiro injustiçado esteve preso por ter reagido contra o "feitor" que não queria apontar o seu dia trabalhado.
- outros pressionaram, através dos saques, o não pagamento das frentes (Delmiro Gouveia, *Alagoas, O Globo*, 9.9.83).
- outros lutaram localizadamente contra injustiças praticadas, sendo presos por exigirem os mais elementares direitos. Diante de um salário mesquinho de Cr\$15.300,00, do atraso de pagamento e ainda de uma carestia incontrolável, os trabalhadores, calmamente, sentados no chão, com a barriga vazia em frente ao batalhão, aguardavam solução. Nisso, o sub-tenente mandou o pessoal sair da pista. Nesta hora, o trabalhador Manoel Antonio da Silva disse: *Vamos sair pois aqui foi feito por eles. Neste instante o companheiro Manoel recebeu palavrões que desfiguram um cidadão. Então Manoel pediu respeito ao sub-tenente e ele, como sempre, agrediu o trabalhador dando-lhe bastante murros, inclusive rasgando a camisa de Manoel, sendo o mesmo barbara-*

mente preso. O vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Tauá, Miguel Rufino de Freitas, quando defendia seus companheiros, como é sua obrigação, foi também preso pela polícia, ficando incomunicável no quarto escuro da cadeia pública de Tauá. Não havendo justificativas, foram soltos após três horas de prisão. Foram presos mais quatro trabalhadores do município de Tauá e dois de Independência (idem).

- outros opuseram pequenas resistências, não se submetendo a carregar latas ou cargas completas de pedras, a única maneira de sobreviver, gastando o que ainda restava das forças.
- em Morada Nova, Ceará, 8.500 trabalhadores entraram em greve e pararam 200 pequenas obras na sede e em 7 distritos. Os flagelados compareciam pela manhã, assinavam a folha de pagamento e voltavam para casa. E o Presidente do Sindicato afirmou: *Só voltaremos a trabalhar quando nos pagarem. Assim já é demais. Ganhamos um salário miserável que nem é pago em dia. A greve continua e só terminará quando recebermos os atrasados (Folha de São Paulo, 15.10.83).*
- muitos grupos resistiram a trabalhar em terras de latifundiários e exigiram obras públicas nas comunidades.

Se levarmos em conta a extrema debilidade física e psíquica dos flagelados e sua dominação pelos latifundiários, concluímos que foram pequenas/grandes resistências. Do ponto de vista dos pequenos, o governo os ajudava. Isso era maciçamente propagandeado pelos cabos eleitorais, prefeitos, etc. Já os grandes proprietários diziam que tinham recebido um financiamento e isso lhes facultava fazer com que a mão-de-obra produzisse ao máximo. Esta opressão e estas exigências eram praticadas à risca pelos cabos de turma, pessoas de confiança dos patrões, chamados pelo povo de feitor, numa evocação do tempo da escravidão.

O cruzamento dessas duas lógicas — a de quem pensa que está recebendo um favor e por isso “deve” e a de quem “tomou emprestado” dinheiro do Estado e por isso pode exigir — pode descortinar o sofrimento e o inferno que os flagelados suportaram sob o sol e o céu nordestinos. O movimento popular guarda denúncias horribles dos maus tratos que os flagelados receberam

nas frentes de serviço e depois nas de emergência. Mulheres deram à luz no campo; crianças de meses morriam porque o apontador não permitia que as mães saíssem e lhes dessem cuidado, sob pena de descontar o ponto; atestados médicos não eram aceitos e os doentes eram obrigados a permanecer no trabalho; mesmo terminada a tarefa do dia, não podiam sair, etc.³

Em termos políticos imediatos, a grande maioria, encurralada pela necessidade e pisoteada nos mais elementares direitos da pessoa humana, mesmo enterrando seus mortos nos cemitérios clandestinos, pagou com o voto ao favor/serviço que acreditava dever ao Estado, ou seja, aos políticos. Se para sobreviver a condição era votar no PDS... o povo preferiu viver... e já pagou a dívida... *Todo poder de dominação se compõe de dois elementos indissolivelmente entrelaçados que lhe dão força: a violência e o consentimento... e... a força mais forte não é a violência dos dominadores, mas o consentimento dos dominados em sua dominação... Só resta um meio de explicar como os indivíduos e os grupos dominados podem “consentir espontaneamente” na sua dominação. É preciso que esta dominação lhes apareça como um serviço que lhes prestam os dominadores (Godelier, 1981).*

CONTEÚDO NOVO

No início deste capítulo, vimos a resistência dos nordestinos face ao genocídio cotidiano a que está submetido pela estrutura política e econômica da região. Num segundo momento, tentamos captar a luta travada por ocasião do genocídio conjuntural de 1979-83. Cabe agora indagar se houve avanço em termos de consciência e organização dos nordestinos a partir da grande seca.

TOMADA DE CONSCIÊNCIA

O povo vivia aí meio disperso. Não tinha uma comunidade. Não tinha um movimento de luta de sua classe. Já tinha... mas o povo estava meio disperso... Então chegou a seca e o povo revolucionou... Então nós da área pastoral juntamos os grupos. Muitas vezes eles iam não porque era a igreja ou o sindicato que estava chamando, mas por um querer sair daquela seca. Nasceram

³ Veja Denúncias feitas pela CONTAG nos Encontros de Fortaleza (1981), Natal (1982) e Teresina (1983).



FOTO: MILTON MENDES FLUXOCESE

Mulheres nas Frentes de Trabalho, (Jussara, Bahia).

várias comunidades nesse tempo... A seca contribuiu para a revolução, sair daquela corrente que estava entre o lavrador e o rico. (Bernardo Amorim, líder comunitário de Esperantina, Piauí). Esse depoimento mostra como a dispersão do povo é a chave da dominação e da miséria. Um grupo articulado revoluciona sua visão da própria realidade, criando a vontade de querer sair daquela seca. E a seca é aquela corrente que estava entre o lavrador e o rico.

O problema da gente do Nordeste devia ser resolvido logo, para cada vez que tem uma seca não ser esse sufoco para quem já vive pobre. Será que o Nordeste não tem jeito? (Adelaide Vieira da Silva, Cratêus, Ceará).

Ao afirmar que o problema devia ser resolvido logo, está dizendo implicitamente que a seca não é o problema do Nordeste, mas o sufoco que advém de sua miséria anterior. E o depoimento termina perguntando: *Será que o Nordeste não tem jeito?* Na lógica do seu pensamento, não estaria a afirmação de que o Nordeste tem jeito porque seu problema não é seca, mas sua miséria? O que foi mais forte durante esses anos de seca foi a nossa luta. Cresceu a nossa consciência de lutar pela terra porque sem ela não podemos progredir e sustentar as nossas famílias. Tem que haver terra para quem nela trabalha e condições de produzir. Se o trabalhador rural esperar somente por essa forma de governo ajudar com migalhas nas épocas de seca, toda vida a gente fica na miséria e na opressão (Maria de Jesus Soares Neres, Cratêus, Ceará). Dona Maria afirmou que a seca deixou claro a necessidade de lutar por uma mudança mais profunda, que supõe terra e condições de produzir. Percebeu que as medidas do governo, durante a seca, não resolveram o problema; se o trabalhador esperar somente por essa forma de governo ajudar vai ficar na miséria e na opressão.

Tudo isso além do próprio ganho de miséria, Cr\$15.300,00 até agora. É um desrespeito aos nordestinos pais de família, sobretudo quando as autoridades nada fazem para controlar esta carestia horrorosa que mata os pobres. É verdade que há o cestão em vários lugares, mas ainda não resolve, pois é descontado no "salário" e até complica a gente com o bodequeiro. As famosas campanhas de esmola podem ter aliviado alguns apertos maiores, mas aonde consegue chegar cria sempre muita confusão. É mais um consolo que engana a gente. Como é que a gente precisa de trabalho e sala-

rio digno e os grandes vêm com esmolas? (Carta Aberta ao Povo e às Autoridades, Cratêus, Ceará, 27.11.83). O documento acena que as autoridades poderiam controlar a carestia horrorosa que mata os pobres, questiona as esmolas e termina falando de trabalho e de salário.

A nossa luta ajudou a conhecer as pessoas, quem os poderes políticos beneficiam, como as autoridades políticas, policiais e até juizes de direito de que lado estão (Maria de Jesus Soares Neres, Santo André, Cratêus, Ceará). O povo, na sua luta pela sobrevivência, abre para si mesmo a consciência de sua situação na estrutura de classe da sociedade.

A ORGANIZAÇÃO

O movimento popular no Nordeste, no período da grande seca, passou por vários canais: movimento sindical, movimentos organizados e grupos informais. Muitas vezes, o movimento sindical assumiu a luta dos trabalhadores, como se viu anteriormente. Outras vezes não se comprometeu, deixando claro, para os trabalhadores, seu atrelamento aos poderes locais, fazendo o jogo dos políticos:

O fato concreto é que nós fizemos duas vezes ocupações do gabinete do prefeito. A primeira, nós levamos 40 homens para reivindicar emergência. Ficamos lá por um dia e sentimos ausência da diretoria do Sindicato, que veio em certo momento, mas que não ficava no meio da gente, discutindo junto; ficava com o prefeito, fazendo acordo que não interessava. Outro fato concreto é que a gente foi uma vez uns 200, 300 lavradores tentar saquear o armazém do DNOCS. E primeiro fomos ao Sindicato para ter o apoio da diretoria do Sindicato. A diretoria não concordou. Nós já com 3 meses que não recebia a mensalidade... nem a cesta. A diretoria não concordou e o movimento enfraqueceu. Apesar de tudo a gente ainda conseguiu alguma coisa no depósito da prefeitura. (Rivaldo Cruz, liderança de comunidade, Coordenação do Movimento dos Sem Terra, Paulistana, Piauí). Foi a percepção desse tipo de comprometimento que fez nascer, em vários lugares, grupos de oposição sindical e futuras chapas para disputar eleições.

Apesar dos esforços de algumas Federações e da CONTAG para renovar seu papel de representante ofi-

cial dos trabalhadores, criando polos, promovendo grandes manifestações⁴ e encontros estaduais e regionais⁵, a partir da grande seca os nordestinos se abriram para novas propostas sindicais discutidas a nível nacional. Os movimentos organizados, sobretudo o das mulheres, espalharam-se pela região, com diferentes níveis e intensidade de organização.

Nesta época, multiplicaram-se no Nordeste muitos grupos informais, como comunidades de base, comissões diversas para reclamar e reivindicar, grupos de oposição sindical e outros que surgiram em várias emergências, terminando logo após a consecução de suas finalidades. Estes grupos se caracterizam por sua ligação com as lutas populares das quais se originaram e pelo poder de pressão tanto sobre autoridades como sobre os grupos de representação oficial dos trabalhadores.

PROJETOS ALTERNATIVOS

Houve experiências alternativas em vários setores: produção, comercialização, infra-estrutura, transporte, etc... A novidade desses projetos é a possibilidade de concretizar pequenas experiências, independentemente das medidas governamentais. Por outro lado, o financiamento ainda é externo, captado de agências internacionais (confessionais ou não). Em muitas comunidades, houve um crescimento no aprendizado do que seria uma gestão autônoma e coletiva. *A gente começou uma roça comunitária... em Caldeirão dos Oliveira. Era uma terra desabitada. Ninguém participava daquela área de terra. A gente organizou um grupo que daí que surgiu também um pouco de fortalecimento para o Sindicato com as comunidades. Um grupo de 7 famílias começou a trabalhar nessa terra fazendo roça e depois construiu uma casa de farinha e uma casa comunitária onde o povo, quando vai, fica naquele local trabalhando, todo mundo conjunto. Todo mundo faz as despesas, o rendimento, quando tem é em comum. A gente só divide o que precisa para a alimentação de cada casa e o resto a gente vende e divide o dinheiro... No momento são 8 famílias num total de 48 pessoas (Joaquim Pedro Batista, líder sindical em Francisco Santos, Piauí).*

Um outro tipo de experiência muito difundida no Nordeste: *As comunidades fizeram o banco de semente. A cada ano, é distribuída para as famílias fazerem o plantio. No período da colheita, é devolvido de novo para o armazém... Em algumas comunidades, era adotado só 50% do que tinham recebido; em outras, o total era*

armazenado na comunidade para o ano seguinte. Não havendo necessidade da semente para plantar... a comunidade vende a semente, deposita o dinheiro e no período da colheita seguinte compra de novo a semente (Luiz Balbino de Oliveira, líder sindical de Itainópolis, Piauí).

Há outros aspectos ainda desses projetos alternativos: *Aí na Boa Vista fizemos um levantamento e vimos que a maioria não tinha terra. Nós trabalhávamos numa terra há mais de 12 anos como rendeiros. Então o patrão ia vender a terra ou a nós ou a quem quizesse comprar. Então a gente fez uma mobilização, inclusive reivindicando dos órgãos do governo para ver se a gente conseguia uma ajuda para ficar com essa terra. Aí não foi possível com o governo, mas a diocese, com amigos que deram ajuda, nós compramos a terra. Compramos a terra, fizemos uma associação. Temos a terra em nome da Associação. Este ano já plantamos 6 ha de roça. Vamos tirar uma safra mais ou menos. Já temos banana plantada lá. Fizemos esse Projeto São Vicente para investir lá. Parece que a gente vai comprar um trator. Está-se pensando em comprar umas bolas de arame. Está-se pensando em aproveitar a sobra da roça para comprar um grupo de porco para botar lá dentro para aproveitar... São experiências comunitárias que vai ajudar na organização não só da nossa comunidade local mas das outras comunidades do município (idem).*

A LUTA PELA TERRA

A última seca foi para muitos grupos de trabalhadores rurais a oportunidade de crescer na compreensão de como a estiagem se relaciona aos problemas estruturais da região, resultando na calamidade social. Neste contexto, muitas iniciativas se desdobraram em lutas organizadas pela terra.

Com a conscientização do sindicato em cima dos direitos dos trabalhadores na área do babaçu é que iniciou uma campanha muito forte em cima da questão dos 10% para o patrão e 90% para o trabalhador. Na Cabeceira, fazenda de 10.000 ha, os trabalhadores começaram a ter consciência dos direitos que tinham e aí começou a exigir que essa lei fosse cumprida. Começou

⁴ Em Afogados de Ingazeira, mais de 5 mil trabalhadores se manifestaram nas ruas da cidade (*Diário de Pernambuco*, 13.08.83).

⁵ Em Fortaleza (1981), Natal (1982) e Teresina (1983).

que as mulheres, que são as que mais quebram o babaçu, começaram a quebrar o coco e a chegar no barracão e exigir os 90% que tinham direito e só dar os 10% que o patrão tem direito. Aí o patrão não aceitou essa proposta, essa exigência e começou a perseguir os trabalhadores. Ameaçar os trabalhadores, a por na polícia, a tomar o coco, a proibir os trabalhadores de pegar o coco. Os trabalhadores continuaram resistindo e isso aí fortaleceu muito a comunidade, porque a comunidade seria como um instrumento de organização, instrumento de força dos trabalhadores com o apoio do Sindicato. Então a comunidade foi se fortalecendo, apesar das ameaças e perseguições, fortalecendo junta, unida, através dos mutirões. Teve um ano que o fazendeiro até proibiu o trabalhador de fazer roça, mas os trabalhadores resistiram. Todo mundo se juntou em mutirão para brocar a roça junto. O fazendeiro ainda contratou pistoleiros para perseguir os trabalhadores, para ameaçar e invadir casa de trabalhador, queimou plantação, casa. Quer dizer, um conjunto de perseguições, mas os trabalhadores resistiram. Com o apoio da Igreja, CPT, CEPAC e outras entidades deram muita solidariedade, muita força e os trabalhadores conseguiram que as autoridades, o governo, desapropriassem a área. Tem que ver que a seca motivou os trabalhadores a enfrentar a luta, que os trabalhadores estavam necessitando de alguma coisa para resistir à seca. E a questão do babaçu terminou se ligando na questão da terra. Porque além dos trabalhadores hoje ter conquistado o babaçu, conquistaram a terra. (Edmilson Araújo, assessor do Centro de Estudos de Esperantina, Piauí).

DESAFIO

A resistência popular passou a enfrentar um novo desafio a partir dos anos 1983-84, representado pela nova estratégia do Estado que nasceu da própria crise econômico-política regional e nacional.

A crise descortinou, para os órgãos de planejamento do Estado, tanto a potencialidade do Nordeste, demonstrada na resposta positiva aos investimentos aqui feitos na indústria, quanto a miséria absoluta da maioria da população.⁶ Esta miséria que era um empecilho ao próprio desenvolvimento capitalista, com sua raiz no campo e seus desdobramentos nas periferias dos grandes centros metropolitanos da região. Era portanto prioritário interferir através de uma política regional que abrisse para a massa de despossuídos do campo e da

cidade caminhos diferenciados de integração ao circuito produtivo.

Basicamente, constava dessa nova estratégia a criação de interlocutores da classe dos pequenos para, através deles, passar a nova proposta de desenvolvimento regional, preenchendo assim espaços vazios entre a opulência de suas elites e a miséria da maioria.

A relação do Estado com esta classe, até então sistematicamente excluída da cidadania, contém uma novidade: o Estado convidou-a para participar do seu planejamento. Uma participação complexa e contraditória. O Estado tem definidos, no planejamento, seus objetivos, estratégias, diretrizes e programas. Dentro disso, há pontos essenciais para a efetivação de sua política de desenvolvimento e outros que são meros serviços que o Estado deveria normalmente prestar às populações. Se há relativo campo de negociação com os interlocutores sobre os serviços e pequenos projetos sem maior importância (saúde, educação, hortas, etc), o núcleo central da política de desenvolvimento, por onde passam os interesses de classe, já está definido, faltando tão somente detalhes de concretização, técnicos e administrativos.

Portanto, a participação dos trabalhadores nesses projetos econômicos do Estado é muito reduzida em termos de poder de decisão. Melhor talvez fosse qualificar essa relação do Estado com as classes despossuídas como negociação do seu projeto de desenvolvimento e nova forma de prestar serviços às populações.

Através do imediato (saúde, escola, etc) de que os trabalhadores precisam há muito tempo, capacitam-se os produtores para manter outro tipo de relação com o Estado, formalizado (através das associações ou do Sindicato) e representativo (mas dependente e clientelista) (Martins, 1986, p.97), que alguns autores chamam de "cooptação orgânica" das classes subalternas (Carvalho, 1987, p.38).

Aí está o desafio para o movimento popular.

Parece que é tempo de aprofundamento em várias direções. Uma delas é a da prática democrática de tomar decisões nos grupos, relativizando as posições das lideranças; outra é a discussão dos rumos do movimento

⁶ MINTER/Coordenação do Nordeste: *Projeto Nordeste - Documento Síntese*, Brasília, agosto 1985, mimeo., p.6-11.

popular em vários níveis: comunidades, grupos e lideranças – locais, regionais e nacionais.

Um outro aspecto, ainda, é a abertura do movimento popular para a realidade dos novos marginalizados, frutos dessa política de desenvolvimento em curso que promove, através dos projetos coletivos, uma diferenciação no interior da mesma categoria de trabalhadores, integrando alguns, através de estruturas de produção financiadas pelo Estado, ao mercado tecnológico.

Por outro lado, o projeto da classe dominante nesse país, que tem no Estado o seu interlocutor qualificado junto aos trabalhadores rurais do Nordeste, traz ao mo-

vimento popular a necessidade de elaborar o seu projeto de mudança desta sociedade, regional e nacional. Na medida em que os trabalhadores do Nordeste perceberem que a transformação não pode se circunscrever a políticas agrícolas que não alteram as relações de propriedade, será mais fácil evitar a cooptação, pois aí o movimento popular estaria renunciando à questão substancial da democratização do país. Na terra, reside o mistério do poder que sempre excluiu os trabalhadores da participação política no país. Os latifundiários e as elites nacionais sabem disso. Os trabalhadores também. Depois da grande seca, parece que sabem com mais clareza.

BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, Manuel Correia de: *A Terra e o Homem no Nordeste*, São Paulo, Ed. Ciências Humanas, 1980, 4ª ed.
- BURSZTYN, Marcel: *O Poder dos Donos*, Petrópolis, Ed. Vozes, 1984.
- CARVALHO, Horácio Martins: "A Ideologia do Planejamento Participativo" in *Cadernos do Ceas* nº 103, Salvador, março-abril 1987.
- CARVALHO, Rejane V. A.: "Pequenos Produtores no Ceará – Mobilização em torno dos Direitos", in *Cadernos do Ceas* nº 86, Salvador, julho-agosto, 1983.
- CASTRO, Josué de: *Geografia da Fome*, Rio, Ed. Antares, 1984, 10ª Edição.
- COMISSÃO INTERMINISTERIAL DO PROJETO NORDESTE: *Projeto Nordeste – Novos Rumos para o Desenvolvimento Regional*, Brasília, fevereiro 1984.
- GODELIER, Maurice: "A parte ideal do real", in *Godelier – Antropologia*, São Paulo, Ática, 1981.
- LEAL, Victor Nunes: *Coronelismo, Enxada e Voto*, São Paulo, Ed. Alfa-Omega, 1978.
- MARTINS, José de Souza: *Os Camponeses e a Política no Brasil*, Petrópolis, Ed. Vozes, 1981.
- *Não há Terra para Plantar neste Verão*, Petrópolis, Ed. Vozes, 1986.
- MEDEIROS FILHO, João e SOUZA, Itamar de: *Os degredados Filhos da Seca*, Petrópolis, Ed. Vozes, 1984, 3ª edição.
- MINTER / COORDENAÇÃO DO NORDESTE: *Projeto Nordeste – Documento Síntese*, Brasília, agosto 1985, mimeo.
- MONTEIRO, Hamilton de Mattos: *Crise Agrária e Luta de Classes*, Brasília, Horizonte Ed., 1980.
- MOVIMENTO DOS SEM TERRA: *Assassinatos no Campo – Crime e Impunidade*, São Paulo, Global Ed., 2ª ed.
- PANDOLFI, Maria Lia: *Na Margem do Lago – Um Estudo sobre o Sindicalismo Rural*, Recife, mim., 1986, tese de mestrado.
- PAULA, Sérgio Góes de e BENJAMIN, César Queiroz: *E o Sertão de Todo se Impropriou à Vida*, Petrópolis, Ed. Vozes, 1986.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de: *O Mandonismo local na Vida Política Brasileira e outros ensaios*, São Paulo, Editora Alfa-Omega, 1976.
- RODRIGUES, D. José: "Depoimento na CPI das Enchentes do São Francisco", in *Revista de Cultura Vozes*, Petrópolis, ano 75, nº 7, setembro 1981.
- SORJ, Bernardo: *Estado e Classes na Agricultura Brasileira*, Rio, Zahar Ed., 1980.

No seminário sobre a seca no Nordeste organizada pela CNBB/Regional Nordeste, comecei a tomar consciência de uma tragédia que o governo do general Figueiredo escondia e o Brasil ignorava: milhares (ou milhões) de pessoas haviam sido programadas em silenciosa ordem e sob a guarda do Estado para morrer de fome.

Discutimos na época a idéia de se fazer um levantamento dessas mortes e de registrar os nomes das vítimas para que ficassem na história como testemunhas de acusação de um crime que algum dia seria apurado, mesmo que depois de séculos. A idéia foi realizada, com todas as dificuldades, e cerca de 5 mil nomes foram escritos nas fichas que as comunidades de base pesquisaram junto às famílias. Resgatamos os João, Maria, Pedro, André, Conceição, Aparecidas através da memória das famílias. E vimos que a maioria esmagadora eram crianças e que o genocídio, portanto, havia sido um infanticídio.

Além dos nomes, dos testemunhos, das fotos e dos relatos, encontramos também a ajuda da fria lógica dos números e dos informes de técnicos e consultores: no último ano da seca (1983), o governo havia inscrito nas frentes de emergência cerca de dois milhões e setecentos mil flagelados, pagando a cada chefe de família um "salário" de 15 mil cruzeiros, cerca de 1/3 do salário mínimo regional na época!

Quando um governo reúne essa multidão para "trabalhar", exige cumprimento de horário e paga a uma família o que não daria para a sobrevivência de uma pessoa, a evidência salta aos olhos: os pobres estavam sendo organizados para morrer sob a vigilância e os cuidados do Estado, em campos de concentração abertos, sem gás, sem tiros, sem muros, sem cerca de arame farpado. Uma solução brasileira, sem "violência"!

E não era um governo qualquer, de um país qualquer. O Brasil era tido como a oitava economia capitalista do mundo e o governo anunciava projetos bilionários como Carajás, da ordem de 60 bilhões de dólares, além de ser exportador de alimentos para o mercado mundial. Portanto, não havia sequer a desculpa da falta de recursos ou mesmo a qualificação de país do chamado quarto mundo, aquele onde morrer de fome é o destino de todos os cidadãos.

No Nordeste, na região da seca, a vida do cidadão valia 15.000 cruzeiros, era o preço da morte, era a prova do genocídio, assinada pelo próprio autor, o Estado.

A partir daí, nunca tive dúvida de que o genocídio era uma política estatal para "resolver" o problema da miséria absoluta. Ao invés de erradicar a pobreza, erradicasse o pobre, preferencialmente, enquanto ainda criança. Também nunca tive dúvida de que os responsáveis políticos pelo genocídio chamavam-se general João Batista de Figueiredo e um ministro de nome Delfim Netto, ajudados nesta obra histórica pelo Coronel Andreazza, ministro do Interior, e vários outros cúmplices menores.

Como provar que mataram se não usavam facas ou metralhadoras? Se não tiveram a coragem de Herodes de assinar e assumir a decisão da morte? Como provar se ao invés da morte anunciavam "ajuda" e pagavam não o enterro mas a fome programada de cada mês?

A prova do genocídio é a lista dos inscritos nas frentes de trabalho e o recibo de seus salários. Os mortos são a obra, o resultado, o objetivo final conseguido.

Mas por que chegamos a essa conclusão? Por que outros não viram esse crime? Por que a opinião pública jamais cobrou desse último período da ditadura o crime do genocídio? Por que somente a CNBB denunciou um crime que matou milhões de crianças no nordeste? Será que a ditadura militar conseguiu matar a consciência nacional a ponto de poder ocultar um crime de tais proporções? Até hoje me pergunto sobre essas razões. Matamos a nossa capacidade de ser humanos, nossa capacidade de saber o valor real de uma vida humana.

Aí está o sentido desse livro: os nomes estão aí, os mortos estão vivos. Gritam em nossos ouvidos: fomos assassinados naqueles dias. Nossas mães abraçaram nossos corpos em desespero. Nossos pais impotentes ainda tinham que voltar às frentes de trabalho para receberem o salário de nossa própria morte. E vocês, o que faziam? E agora, o que estão fazendo?

Herbert de Souza,
Coordenador do IBASE, Rio de Janeiro

CONCLUSÃO

Em janeiro de 1988, boa parte do povo nordestino tornava a experimentar uma nova seca. Em algumas áreas da Bahia, Sergipe e Ceará, o quadro de fome, doença e morte reaparecia. Diante da perspectiva tão catastrófica da repetição de outras secas como a de 1979-83, as entidades responsáveis por esta pesquisa colocam uma reflexão final.

Conhecemos as causas reais de tanta dor e sofrimento, sempre ligados à concentração da água e da terra, à omissão e inoperância dos órgãos do governo e à perversidade dos políticos que ocupam seus cargos de direção. Diante do que foi colocado, não podemos não dizer que houve um crime de genocídio. A visão de homens esqueléticos, mulheres carcomidas pela fome, crianças esvaídas por diarreias sem conteúdo, flagelados quebrando pedras sob um sol causticante nas frentes de serviço... é um clamor de justiça e um apelo à consciência de todos os brasileiros.

Os nomes relacionados neste livro são um documento irrecorrível. Diante da memória das crianças que morreram de fome e sede, aparece como revoltante a postura daqueles que, de seus gabinetes luxuosos, nada fizeram para sequer amenizar a agonia do povo. Estes indivíduos são culpados de pelo menos 700.000 mortes.

Durante a grande seca, os trabalhadores se mobilizaram, denunciando a corrupção dos governantes e a vileza dos latifundiários. Ensaíram reações de vários tipos, como exemplificado no capítulo 4. Muitas vezes, a resistência consistiu em aguentar vivo até o outro dia. Em outros casos, porém, foi possível enfrentar as forças que transformavam a estiagem numa indústria lucrativa.

Estas iniciativas de grupos organizados dos trabalhadores apontam para o verdadeiro caminho de superação

da seca como calamidade social. A experiência da última seca fez ver a muitos que não se pode esperar de um governo como o nosso soluções adequadas para os problemas do Nordeste. A superação da miséria de nosso povo passa por reformas estruturais profundas, principalmente pela redistribuição da terra e pelo apoio do governo ao pequeno produtor, através de políticas orientadas para os interesses do povo. E não há outra via para alcançar os direitos da cidadania que não seja a organização popular. Neste processo, os sindicatos de trabalhadores rurais têm um papel fundamental. Muitos de seus líderes já deram sua vida em defesa dos direitos da classe, como a companheira Margarida Maria Abreu, assassinada em 1983 em Alagoa Grande, Paraíba. Contudo, um grande número de sindicatos de trabalhadores está comprometido com os interesses dos patrões. A caminhada dos sindicatos rumo à autonomia e consolidação se constrói no enfrentamento concreto da classe patronal e do governo, que, aliado e subsidiário dos senhores de terra, implementa projetos onde sequestra o conteúdo organizativo dos trabalhadores, travestindo a cooptação da iniciativa popular em palavras como "participação", "coletivo", "comunidade", etc.

A luta parece muitas vezes irreal, tão desproporcional aparecem as forças de um e outro lado. Mas organizar é preciso.

A seca que volta levanta pelo menos duas questões para a nossa consciência. Uma delas é a incriminação judicial dos culpados pelo crime de genocídio da seca de 1979-83. A outra está ligada à nossa postura ativa de solidariedade: a nova seca encontrará nas comunidades, sindicatos e demais grupos populares uma resposta mais organizada do que aquela ensaiada anos atrás? É o que fica por responder com a prática articulada de todos quantos querem se comprometer com a justiça.



A marca da desnutrição estampada na aparente robustez da criança; na verdade, seu corpo está inchado.

Relação dos nomes dos mortos na seca de 1979-83 levantados pela pesquisa que deu origem a esta edição

Como foi referido na Introdução, um grande número de comunidades populares e entidades de assessoria participaram do levantamento. São mais de quatro mil nomes, de crianças na sua imensa maioria. Muitas vezes, os pesquisadores enfrentaram dificuldades como o transporte, o tempo e a própria fome neste trabalho de resgatar a memória dos que não resistiram à seca.

BAHIA

ANDARAÍ

Emília Maria de Jesus
Evilane Souza Santos
Guilomar Souza Machado
Judite Vitoriana de Souza
Laurindo Bastos Macedo
Lidia Ferreira Pinto
Lucino Teixeira Souza
Manoel Lima Macedo
Marcelina Maria da Conceição
Maria Santos Macedo
Milton Oliveira Rocha
Nilco Gomes dos Santos
Valdete Lima de Jesus

ANTAS

Adailton Antonio dos Santos
Claudia Merena dos Santos
Domingas de Jesus Santana
Edivania Jesus Santana
Gilda Nicolau Santana Bomfim
José André dos Santos
José Charles Ribeiro
José de Souza
José dos Santos
José Manoel de Souza
José Pereira dos Santos
José Raimundo Nicolau Bomfim
José Renato dos Santos
José Silvando de Santana
Josefa Jesus Santana
Josefa Maria dos Santos
Josivaldo Lucio Santana
Josivanda Jesus Santana
Maria da Graça Santana Bomfim

Maria de Fatima Santana Bomfim
Maria de Jesus Santos
Maria Ferreira dos Santos
Maria Josefa de Jesus
Maria Odete de Jesus
Maria Silvanda de Santana
Miriam dos Santos Ferreira
Ozanildo Pereira Ribeiro
Valdenor José dos Santos
Vanda Jesus Santana
Ziziane Rosa de Jesus

BOM JESUS DA LAPA

Abel Leodato Cruz Pereira
Adailton José Ramos
Adão Batista de Jesus Oliveira
Adão Borges Pereira
Adeilma Borges da Rocha
Adeilsa de Oliveira
Adeilson Mendes de Araújo
Adeilton Cardoso da Silva
Adeilton Pereira da Cruz
Adejane Mendes Dourado
Adelmo Martins dos Anjos
Adelson Antonio dos Santos
Ademilson de Sousa Mendes
Adenias Sampaio de Macedo
Adenilson Ferreira Santiago
Adenilson Francisco da Gama
Adeval da Silva
Admilson Cardoso de Souza
Adnaldo Souza de Almeida
Adno Reis Nepomucena
Adriana Olisa Fernandes
Adriana Pereira da Silva
Adriano Alexandre da Silva
Adriano Barbosa Brito
Alexandra Miranda Veira
Alexandre Trindade de Oliveira

Alexandrina Pereira da Silva
Alípio dos Santos Souza
Alzeni José de Souza
Amadeu Araújo de Souza
Ana Ligia de Souza Araújo
Ana Patricia Rodrigues de Souza
Ana Silva Saraiva
Anazia Rosa de Jesus
Anderson dos Santos
Anizia Maria dos Santos
Antonio Carlos da Silva
Antonio Carlos dos Santos
Antonio de Sousa Araújo
Antonio de Sousa Figueira
Antonio dos Santos
Aparecida Pereira Santana
Arionete Conceição Muniz
Assis Ferreira dos Santos
Auro Domingos da Silva
Avermando Rodrigues dos Santos
Aurelino Ribeiro da Silva
Bartolomeu dos Santos
Bartolomeu Gabriel dos Santos
Bastião Motta da Silva
Benedito Pereira da Silva
Bigail Alves da Silva
Carlito Martins dos Anjos
Carlos de Jesus Benevides
Carmelina Pereira de Amaral
Célia Cristina da Silva Vasconcelos
Célia da Silva
Cícero Lopes dos Santos
Claudenice Dionísio da Silva
Cláudia Alves Martins
Claudiana Pereira dos Santos
Cláudio José Antonio dos Anjos
Cláudio Pereira da Silva
Cleonice Caetano Neto
Cleriston Jesus de Souza
Clíselan Evangelista Leitão
Cosma Valeriana de Almeida

Cosme Aquino	Elisangela Marques de Oliveira	Iva da Silva
Cosme Benício de Melo	Elizabeth Fernandes Pereira	Ivanilde Fogasa Sena
Cosme Campos de Sousa	Elizana Brito dos Santos	Ivanildo Vital da Silva
Cosme Ferreira da Silva	Elizangela Cardoso	Ivone Soares Barbosa
Cosme Pereira dos Santos	Elizete Ferreira da Silva	Isabel Ferreira Ramos
Cosme Ribeiro da Silva	Elizeu Rodrigues	Jailma da Conceição
Cosme Vicente da Silva	Elizeuma Antonia de Sousa	Jailma Ferreira
Cosme Xavier Moreno	Elizia Trindade de Oliveira	Jailson Ferreira
Cristina dos Santos	Ely Moreira da Silva	Jailton de Souza
Cristina Ferreira Pinto	Emerson Cardoso de Souza	Janete Soares Pinheiro
Cristina Pereira Bonfim	Emerson da Silva Costa	Janilson de Souza
Cristina Maciel de Jesus	Ercilia Mendes Almeida	Jânio da Silva
Damiana Campos de Sousa	Erinaldo Pereira da Silva	Jeovan Batista da Fonseca
Damião Aquino	Eugenio de Souza Borges	Jesuíta Pereira Borges
Damião Benício de Melo	Eva Francisca de Souza	Jilmar Martins dos Anjos
Damião Café dos Santos	Evanete Alves Gonçalves	Jó Martins de Menezes
Damião Ribeiro da Silva	Evanilda Teixeira Mendes	Joana Alves de Sousa
Damião Vicente da Silva	Fábria Santos de Oliveira	Joana Barbosa Oliveira
Damião Xavier Moreno	Fabiana Silva Freitas	Joana Francisca de Oliveira
Damira Andrade dos Santos	Fábio de Jesus Guimarães	Joana Sabino dos Santos
Daniel Dias dos Santos	Fábio Lopes da Silva	João Batista da Fonseca
Davilson Rodrigues Pereira	Fernanda Gomes de Oliveira	João Batista de Oliveira
Dileusa dos Santos	Francenilson Jesus de Souza	João Batista dos Passos Sandim
Dinei Café da Silva	Francisca da França Pereira	João Batista dos Santos
Domigos Teixeira Mendes	Francisco de Souza Santos	João Carlos Reis da Silva
Donilzete Pereira dos Santos	Francisco Pereira	João Moreira
Edcleide dos Santos Gomes	Francisco Rodrigues Pereira	João Paulo Boa Sorte
Edgar Filho Correia Alves	Francisco Xavier da Costa	João Paulo de Oliveira Santos
Edileide de Melo	Geane Teixeira de Oliveira	João Paulo Neves de Souza
Edilson Alves de Almeida	Geano Soares	João Paulo Rodrigues Filho
Edimar Alves de Almeida	Genaria Ferreira da Silva	Joaquim Alves Barbosa
Edina Francisca de Jesus	Geni Linhares	Joaquim Martins dos Anjos
Edinaldo Dux dos Santos	Genio da Silva	Joaquim Raimundo da Silva
Edineia Vieira da Cruz	Genivaldo Alves da Silva	Jocelia Maria Damaceno
Edjane Borges dos Santos	Geolanda Bispo Aragão	Jodeom Xavier da Mata
Edmar Pires da Silva	Geovam Conceição dos Santos	Joel de Souza Silva
Edmilson Pereira da Silva	Geovita da Silva	Joelma Oliveira da Silva
Edmilson Rodrigues de Souza	Gilberto Ferreira Rodrigues	Joneide Sena da Silva
Edna Gonçalves da Silva	Gileno Antunes Tupina	José Alves Cabral
Ednaldo Viana da Silva	Gilmar Alves da Cunha	José Alves de Souza
Edneia Rodrigues Bispo	Gilmar dos Reis	José Alves Ferreira
Edneza Maria Pereira	Gilmar Ferreira da Cruz	José Alves Novais
Edson Ferreira de Olanda	Gilmar Ferreira Rodrigues	José Antonio Santiago do Nascimento
Edson Oliveira da Silva	Gilmar Franca da Silva	José Aparecido Soares da Fonseca
Edson Rodrigues de Souza	Gilson Francisco Filho	José Barbosa de Jesus
Edson Viana Borges	Gilson Pereira de Souza	José Carlos Souza
Edson Vieira dos Santos	Gilvan Ferreira de Almeida	José Clarindo da Silva
Edvaldo de Jesus Paixão	Gilvan Souza de Oliveira	José da Costa Oliveira
Edvan Silva dos Anjos	Gilvania Gomes dos Santos	José da Cruz
Edvania Borges da Silva	Giselia Linhares	José da Hora
Edvania Leonardo dos Santos	Grecia Soares	José da Rita Santos
Elaina Rodrigues dos Santos	Gregório Cássio Guimarães	José da Silva
Elaine Azevedo da Silva	Hamilton Santos Campos	José da Silva Santos
Eliana Anjos da Silva	Hamilton Barbosa	José de Andrade Macedo
Eliana Ferreira dos Santos	Helena da Silva Santos	José Dias Mariano
Eliane Mendes Fernandes	Helena Luiz da Silva	José do Nascimento
Eliane Silva Freitas	Hélio de Souza Santos	José Doci Ferreira da Silva
Elielma Maria de Jesus	Ina Ferreira de Luna	José dos Santos Barbosa
Eliene Baldes da Silva	Inoquex Pereira dos Santos	José Edison Ferreira de Souza
Eliene dos Anjos Silva	Iracema Coutinho de Oliveira	José Evangelista
Eliezer Alves de Castro	Isabel de Jesus Valentim	José Ferreira Alves
Elisangela Alves Delmondes	Israel Alves Dionísio	

José Ferreira da Cruz	Manoel Alves da Silva	Marcondes Alves Leite
José Ferreira da Silva	Manoel Alves de Oliveira	Marcos dos Passos Landim
José Ferreira da Silva	Manoel Alves de Souza	Marcos Ferreira de Carvalho
José Justino de Andrade	Manoel Alves de Souza	Marcos Paulo Neves da Silva
José Joaquim Vilassa	Manoel Aparecido Pereira Bispo	Marcos Pereira dos Santos
José Lima Almeida	Manoel Araújo dos Santos	Marcosol Alves Ferreira
José Lobato de Souza	Manoel Assis Vieira	Maria Alves de França
José Lopes Clementino dos Santos	Manoel Cassiano Ramos	Maria Alves de Sousa
José Manoel do Nascimento	Manoel Conceição dos Santos	Maria Alves Ferreira
José Martins da Silva	Manoel Correia de Jesus	Maria Alves Maia
José Moraes dos Santos	Manoel Cruz	Maria Alves Soares
José Oliveira Catureba	Manoel da Conceição	Maria Angela Dias de Souza
José Oliveira Flores	Manoel da Silva Nonato	Maria Anselmo Bispo
José Pereira de Souza	Manoel da Silva Oliveira	Maria Aparecida Araújo Dias
José Pereira Nunes	Manoel de Jesus Oliveira	Maria Aparecida Azevedo Silva
José Pinheiro da Silva	Manoel Dias da Silva	Maria Aparecida da Silva
José Pires Barbosa	Manoel dos Reis	Maria Aparecida de Sousa Moreira
José Raimundo	Manoel dos Santos	Maria Aparecida de Souza
José Ribeiro da Silva	Manoel dos Santos Oliveira	Maria Aparecida dos Santos Gomes
José Ricardo dos Santos	Manoel dos Santos Silva	Maria Aparecida Gonzaga de Souza
José Roberto de Melo	Manoel Eduardo de Jesus	Maria Aparecida M. Fernandes
José Roberto Fernandes de Lima	Manoel Ferreira de Jesus	Maria Aparecida Machado
José Rodrigues da Silva	Manoel Figueira de Sousa	Maria Aparecida Pereira da Silva
José Rodrigues de Andrade	Manoel Francisco dos Santos	Maria Aparecida Pereira Pernantes
José Ronaldo Santos	Manoel José Ribeiro	Maria Aparecida Rocha
José Santiago do Nascimento	Manoel Leite da Silva	Maria Aparecida Santos
José Sérgio Ferreira da Silva	Manoel Lima Rodrigues	Maria Arcaña da Conceição
José Silva Couto	Manoel Lopes Pereira	Maria Balbina Rocha
José Silva Lins	Manoel Lopes Pereira	Maria Bispo de Souza
José Viana da Silva	Manoel Maciel de Jesus	Maria Brito dos Santos
Josenilson P. Bispo	Manoel Maia Andrade	Maria Cassiano Sales
Josimarcos da Silva	Manoel Malaquias Nunes	Maria Clementina dos Santos
Josivaldo Rocha Bandeira	Manoel Matos da Silva	Maria Cleuza Gonzaga de Souza
Jossimar Alves de Oliveira	Manoel Maximiano dos Santos	Maria Cristina
Juarez da Silva	Manoel Mecias Pereira Lima	Maria da Conceição Cruz
Jucelio Correia Alves	Manoel Mendes de Franca	Maria da Cruz
Juda da Silva Santos	Manoel Menezes de Santana	Maria da Glória Ferreira de Jesus
Julio Messias do Nascimento	Manoel Menezes de Souza	Maria da Silva
Junior Bispo dos Anjos	Manoel Messias Pereira de Carvalho	Maria da Silva Cruz
Jurandir Alves Souza	Manoel Motta da Silva	Maria da Silva Vasconcelos
Jurandir Ferreira	Manoel Neto	Maria da Soledade
Laedson Soares da Silva	Manoel Oliveira dos Santos	Maria da Solidade
Laudenice Araújo Dias	Manoel Oliveira Flores	Maria Dalia Silva de Souza
Leandro Lopes Alves	Manoel Pereira de Sousa	Maria das Dores da Silva
Leliana da Silva	Manoel Rodrigues de Souza	Maria de Almeida Laura
Leobino Rodrigues de Oliveira	Manoel Rodrigues de Souza	Maria de Fátima de Jesus
Leonor Carvalho Sena	Manoel Santos Souza	Maria de Fátima Soares da Fonseca
Leosvaldo Pereira dos Santos	Manoel Silva da Cunha	Maria de Jesus
Lorisvaldo Evangelista dos Santos	Manoel Silva dos Santos	Maria de Jesus Araújo
Lorival Correia Alves	Manoel Soares Pereira	Maria de Jesus Fernandes
Lucas Bezerra	Manoel Tomé de Souza	Maria de Lourdes dos Santos
Lucia Figueira de Sousa	Manoel Virginio da Silva	Barbosa
Luciano Evangelista de Souza	Manoel Xavier da Mata	Maria de Lourdes Silva
Luciano Jesus de Souza	Manoel Xavier Moreno	Maria de Oliveira
Luciene Menezes da Silva	Manuel Martins dos Anjos	Maria de Oliveira Sousa
Luciete Gonçalves de Jesus	Manuel Ramon da Silva Souza	Maria de Souza
Lucimar Mata da Silva	Marcelo de Jesus Souza	Maria de Souza Cazumba
Lucio Jesus de Souza	Marcia Barbosa da Silva	Maria Dilma Rosalina Rocha
Luiz Batista de Oliveira	Marcio Dias Monteiro	Maria Dionísio da Silva
Lurdes Martins dos Santos	Marcio Nunes de Souza	Maria do Carmo Cruz
Luzia Jesus de Queiroz	Marcio Pereira Vilaça	Maria dos Anjos Rodrigues da Silva
Manoel Alves da Silva	Marcio Santos da Silva	Maria dos Santos

Maria dos Santos	Marileide Pereira da Silva	Roberto Ramon Barros
Maria dos Santos	Marilene Alves Maia	Robson Martins dos Anjos
Maria dos Santos Guimarães	Marilucia de Oliveira	Rocilda Alves Souza
Maria Enaide dos Santos	Marinalva Araújo dos Santos	Rogério Menezes da Silva
Maria Ferreira da Silva	Marinalva da Silva	Rosângela
Maria Ferreira da Silva	Marinalva Francisca dos Santos	Rosania de Almeida Lavra
Maria Ferreira de Brito	Marinete Alves de Souza	Rosaneide de Nascimento
Maria Ferreira Santiago	Marlene Antunes Tupina	Roseno
Maria Francisca Mendes	Marlene Gonzaga da Silva	Rosileide Pereira Dias
Maria Gonçalves de Oliveira	Marlene Rodrigues dos Anjos	Rosilene dos Reis Rodrigues
Maria Jesus Costa	Marlete Souza Santos	Rosineide da Silva
Maria José Alves Fidelis	Matos Alem Timoteo da Costa	Rosivania Ferreira da Costa
Maria José da Silva	Maureci Conceição Lima	Rubens Gomes Santiago da Silva
Maria José de Souza Araújo	Michele Santos de Brito	Rute Silva dos Santos
Maria José Dias de Souza	Miguel Ribeiro de Oliveira	Samuel de Oliveira Souza
Maria José Lopes Ferreira	Manoel Vieira de Araújo	Sandra Araújo da Silva
Maria José Medeiros Loliola	Moacir Barbosa da Silva	Sandra de Souza
Maria Kátia de Jesus	Nadira Soares da Fonseca	Sandra de Souza Cazumba
Maria Leite da Silva	Nair Dourado de Assis	Sandra dos Santos
Maria Lima Peixoto	Neide Xavier de Souza	Santino Benício de Melo
Maria Linhares	Nelma da Cruz Reges	Sebastiana Alves da Cunha
Maria Lopes da Silva	Nesolina Justino de Andrade	Sebastiana Bispo Maia
Maria Lucia dos Santos	Neura Conceição Nogueira	Sebastiana Lourenço dos Santos
Maria Lucia Neri dos Santos	Neuza de Anunciação	Sebastião Borges da Silva
Maria Macaria dos Santos	Neuzello dos Santos	Sebastião Leite da Silva Neto
Maria Marques da Silva	Nidia Soares da Fonseca	Sebastião Lopes Nogueira
Maria Medeiros Barbosa	Nilcelia Alves Delmondes	Sebastião Martins de Almeida
Maria Melquides dos Santos	Nilson Ferreira de Brito	Selma de Oliveira Souza
Maria Naiara da Silva	Nilzélia da Cruz Borges	Sérgio Lopes de Sá
Maria Nepomuceno	Norberto Luiz Xavier	Sérgio Paulo Alves Magalhães
Maria Neves de Jesus	Orlando Nascimento dos Santos	Sidney Santana da Silva
Maria Neves de Souza	Orlaneide da Silva Ferreira	Silvana Ferreira de Jesus
Maria Nunes de Souza	Oscarina Maria	Silvana Gama da Silva
Maria Paixão Cruz	Oseia Rodrigues	Silvaneide Pereira dos Santos
Maria Pereira Bonfim	Osmanio dos Santos Souza	Silvanilde Maria Lira
Maria Pereira da Silva	Oziel Xavier Moreno	Silvano da Silva
Maria Pereira de Sousa	Patricia da Conceição	Sirlei Ferreira Borges
Maria Pereira dos Santos	Patricia Ribeiro de Sousa	Solange Ferreira Alves
Maria Pereira Naniás	Paulo André Silva Saraiva	Solange Maria Conceição de Souza
Maria Pereira Sampaio	Paulo César Marinho de Espindola	Solange Severina da Conceição
Maria Pereira Valentim	Paulo da Silva Santos	Sônia Luzia Lima
Maria Rodrigues da Silva	Paulo Henrique	Sueli Pereira Santana
Maria Rodrigues de Souza	Paulo Hernandes de Souza Santos	Sueli Reis Silva
Maria Rodrigues dos Anjos	Pedrina Conceição Teixeira	Suely Moreira Gonçalves
Maria Rodrigues dos Santos	Pedro Balduino de Oliveira Filho	Teodora Cordeiro
Maria Rodrigues Lima	Raimundo Neres dos Santos	Uelida Carla Barbosa Souza
Maria Rosa dos Santos	Raimundo Antonio de Almeida	Vagner Dias Cardoso
Maria Rosa dos Santos	Ramon dos Santos Nascimento	Valci da Hora
Maria Santa de Deus	Randal Braga da Silva	Valdenice dos Santos Silva
Maria Santos Oliveira	Raquel Carvalho de Miranda Brito	Valdenio Barbosa dos Santos
Maria Selma de Souza	Raquel Neres Dias	Valdionor Alves Santos
Maria Selma Nunes	Regimar Soares de Lima	Valeria Silva Pinheiro
Maria Silva dos Santos	Reginaldo Mendes de Souza	Valmi Café Campos
Maria Silva Santos	Reginaldo Teixeira Mendes	Vanda Xavier da Mata
Maria Soares Pereira	Regivam Correia da Silva	Vania dos Santos
Maria Souza de Queiroz	Reinaldo Moreira dos Reis	Vanilton Braga de Medeiros
Maria Souza Oliveira	Reinaldo Rodrigues da Costa	Vanuzia Chavieir de Souza
Maria Sueli Rodrigues de Souza	Renata Alves do Espírito Santo	Vavilton Nunes Gonçalves
Maria Veronica Lopes Pereira	Renildo Francisco de Almeida	Vera Lucia Rodrigues Pereira
Maria Vicente da Silva	Rita Maria de Jesus	Vera Lucia de Sousa Santos
Maria Vieira Lima	Rivane José de Souza	Vesle Gonzaga
Maria Vivian Santana	Roberta Alves do Espírito Santo	Vicente Candido Rocha

Vilma
 Vilma de Souza Araújo
 Vilton Rodrigues da Silva
 Viviane Rodrigues de Lima
 Waltemir Souza de Oliveira
 Zefinha de Souza Santos
 Zelma Alves da Silva
 Zoelito dos Santos

C. ALEGRE DE LOURDES

Alaide de Souza
 Celio Pereira de Andrades
 Deilson Pereira de Sena
 Edilso P. Lima
 Edinaldo de Souza Batista
 Elenita Duarte de Souza
 Eliete P. da Costa
 Fábio de Sena Pinto
 Feliciano Lopes da Silva
 Gonçalo José da Costa
 Isaías Duarte Mendes
 João Batista da Costa
 José
 José de Souza Batista
 José Evangelista Mendes
 José Pereira da Silva
 José Pereira de Sena
 Manoel
 Manoel Alves da Silva
 Manoel Batista da Silva
 Manoel Batista da Silva
 Manoel Ferreira de Souza
 Manuel Suterio da Rocha
 Marco Baíão Ribeiro
 Maria da Conceição e Silva
 Maria da Silva Souza
 Maria de Jesus
 Maria do Socorro de Sena
 Marlene da Silva Sousa
 Mateus Alves de Souza
 Raimunda Pereira Baíão
 Raimundo P. Lacerda
 Salete de Souza Batista
 Silvana Batista de Souza
 Sinyaldo Suterio da Rocha
 Viviana Duarte da Rocha
 Zilda Andrades Pereira

CARINHANHA

Ademilde Pereira da Silva
 Adriana Nunes dos Santos
 Adriana Rocha de Souza
 Alberto Cardoso da Silva
 Alberto Fogaça dos Santos
 Albino Fernandes dos Reis
 Alzira Ana de Jesus
 Alzira Rodrigues Firmo
 Ana Maria Mendes dos Santos

Ana Martinha da Conceição
 Ana Rita Pereira de Oliveira
 André Louis Rodrigues da Silva
 Angela Maria Mendes dos Santos
 Angélica Celina do Sacramento
 Anorina de Oliveira
 Antonio Ermilino Rodrigues
 Antonio Ermilino Rodrigues
 Antonio Manoel dos Passos
 Antonio Nunes dos Santos
 Antonio Ribeiro dos Santos
 Antonio Pereira da Cruz
 Antonio Raimundo Ataídes
 Antonio Ribeiro da Silva
 Antonio Rodrigues Viana
 Arlindes Pereira Chagas
 Arlir Pereira dos Santos
 Atanácio Xavier de Miranda
 Aurelina Domingos da Silva
 Bráulio Viana Magalhães
 Cícero Fernando Coelho
 Cleomente Jesus Pinheiro
 Cleunice de Souza Espina
 Daniela Rodrigues Elfirm
 Delby de Castro Cunha
 Dejanira Pereira Lima
 Dionísio Fernando Silva
 Edimar Manuel dos Santos
 Edmilso Lira
 Edvaldo Mendes de Carvalho
 Eleni dos Santos
 Ester Alves de Brito
 Etelvina Domingas da Silva
 Eunice Guedes da Silva
 Eurides Fernandes Gomes
 Fátima Aparecida Fogaça Lopes
 Fernando Manuel Moreira
 Francisco Pereira Feitosa
 Gabriel Ferreira da Silva
 Galdino Ferreira da Silva
 Graciela Dias dos Santos
 Helda de Souza
 Herotildes Deus Dias
 Hugo Gonçalves Queiroz
 Jaciáura Vieira de Souza
 Jackeline Mendes de Souza
 Jackson Leandro Moreira
 Joana Batista
 Joana Firma da Conceição
 Joana Maria da Conceição
 Joaninha Francisco de Jesus
 João Alves Feitosa
 João Batista de Souza
 João Carlos do Nascimento
 Joaquim Belém de Azevedo
 Joaquim de Jesus Gespino
 Joaquim dos Santos Alves
 Joaquim Moreira de Melo
 José Alves dos Santos
 José Antonio Souza Rodrigues
 José Araújo da Cruz
 José Batista de Oliveira

José Carlos Francisco Bispo
 José Charles Lima de Souza
 José de Jesus Ferreira
 José Dias da Silva
 José Dias do Nascimento
 José Evangelista da Silva
 José Marcio de Oliveira
 José Pereira da Silva
 José Pereira dos Santos
 José Ribeiro da Silva
 José Ribeiro da Silva
 José Ribeiro do Amaral
 José Rodrigues
 José Silva de Oliveira
 José Soares Ferreira
 Josefa Rosa da Conceição
 Joselia Alves dos Santos
 Joselina de Moura Dourado
 Judite Antonia de Carvalho
 Laurentina Rosa de Jesus
 Lídia Martins Angelica de Jesus
 Lília Ferreira da Rocha
 Lionídia Ferreira da Silva
 Lucieuzza Rodrigues Ferreira
 Manoel Alves de Oliveira
 Manoel da Silva
 Manoel Dias Souza Oliveira
 Manoel Ferreira da Silva
 Manoel Menezes da Silva
 Manoel Messias de Jesus
 Manoel Messias Souza Rodrigues
 Manoel Pereira Leite
 Manoel Viana do Nascimento
 Manuel Arcanjo Barbosa
 Manuel Rodrigues de Brito
 Marcondes Ferreira Gonçalves
 Marcos Dias dos Santos
 Maria Ana de Jesus
 Maria Angelica de Jesus
 Maria Anunciada Lopes
 Maria Aparecida
 Maria Aparecida Vicente Ferreira
 Maria da Solidade dos Santos
 Maria Dias da Silva
 Maria Helena Santana Silva
 Maria José Dias da Silva
 Maria Neves dos Santos
 Maria Resina Pereira da Silva
 Maria Ribeiro do Amaral
 Maria Rita Pereira da Silva
 Maria Santana de Souza
 Mariana Pereira da Silva
 Mariana Pereira da Silva
 Marínes Maria de Jesus
 Mario Ribeiro de Barros
 Marly Constância de Jesus
 Matilde Rosa da Cruz
 Meire Dias dos Santos
 Minervina Maria de Jesus
 Núbia Fogaça dos Santos
 Ociene Pereira de Jesus
 Olimpia Alves da Silva

Pedro Pereira Dias
 Perminio Ferreira dos Santos
 Petronelio Maria da Anunciação
 Raimunda Maria da Conceição
 Raimundo Fernandes de Oliveira
 Raimundo Lopes Feitosa
 Resandro José de Souza
 Rosanea Alves da Silva
 Roseli Ferreira Batista
 Roseleide Alves da Silva
 Ruarly Gonçalves Oliveira
 Sandro Rodrigues
 Sergio de Jesus Ferreira
 Sisley Conceição dos Santos
 Valci Ribeiro da Silva
 Valdenir Rodrigues de Souza
 Valdira Alves de Lima
 Vanderley Silva Macêdo
 Vilma Fernandes de Souza
 Vilma Pereira de Souza
 Virgilina Rosa de Oliveira
 Washington Oliveira Moraes

CÍCERO DANTAS

Adailton dos Santos Santana
 Adivan Batista de Santana
 Adoberto Dantas da Silva
 Adriana Santos de Jesus
 Adroaldo Dantas da Silva
 Adson Teles de Jesus
 Aelson dos Santos
 Alessandro Cardoso da Silva
 Alex Ribeiro da Silva
 Alexandre Carlos Muniz da Silva
 Alexandre Ranes Bonfim
 Alexandro Ribeiro da Silva
 Ana Carla de Jesus
 Ana Cristina de Santana
 Ana Maria de Jesus
 Ana Maria de Jesus
 Ana Maria Ferreira e Silva
 Ana Paula do Nascimento
 Ana Rosa do Nascimento
 Analia Ana Bezerra
 Andrea Alves dos Santos
 Anisio José da Silva
 Anivaldo Viana de Souza
 Antonia de Jesus
 Antonia Francisca de Jesus
 Antonio Aleixo de Bastos
 Antonio Carlos
 Antonio de Jesus dos Santos
 Antonio Jesus Santos
 Antonio Lisboa da Silva
 Antonio Ribeiro Neves
 Antonio Valdemir Reis Rodrigues
 Antonio Valter Ribeiro da Silva
 Arisandro dos Santos
 Armando Dantas da Silva
 Augusto Rabelo de Moraes

Augusto Teixeira da Silva
 Carlito José Bonfim
 Carlos José de Castro
 Carlos Roberto de Oliveira
 Celiana Santos de Jesus
 Claudese dos Santos
 Cláudia Bastos de Jesus
 Claudinara Pereira da Silva
 Cláudio dos Santos
 Cláudio Jesus de Oliveira
 Cleidinalva Maria da Silva
 Cleia Jesus de Oliveira
 Cleide Neves Menezes
 Cosme Correia de Santana
 Cosme dos Santos
 Cosme Faustino da Silva
 Cosme Vieira da Silva
 Cremivalda Rosa dos Santos
 Damiana dos Santos
 Damião Faustino da Silva
 Dejanira Ferreira dos Santos
 Derlane de Andrade
 Deusina Correia de Santana
 Dioclesio Souza Ribeiro
 Donana Teixeira Silva
 Ecinailde Francisca de Jesus
 Edison Felício de Souza
 Edivaldo Alves Monteiro
 Ednilda de Jesus Santos
 Egmaça Macedo
 Eliana Rodrigues Nova
 Eliandra Correia dos Santos
 Eliane Pereira Evangelista
 Elisangela
 Elisangela Dantas Silva
 Elisangela Santos Santana
 Erenivaldo Ribeiro da Silva
 Erlania Maria de Jesus
 Ernesto Antonio Patrocínio
 Esmeraldo Ribeiro Santos
 Eudalva Araújo Mendes
 Eulimpo de Jesus
 Eutimio Manoel Barbosa
 Fábio dos Santos
 Fátima Maria de Jesus
 Fátima Maria de Jesus
 Francisca Oliveira Santos
 Galdenico Gonçalves Pereira
 Galdenico Gonzaga Filho
 Galdenico Gonzaga Menezes
 Genuário dos Santos
 Gerson Alves dos Santos
 Gilda Alves dos Santos
 Gildeco Oliveira Santos
 Gilson Santos Santana
 Guilherme Maria dos Santos
 Isabel Andrade Ranes
 Isabel Maria dos Santos
 Isabel Rosa da Silva
 Isaías Santos do Nascimento
 Israel Bispo dos Santos
 Ivaneide Andrade Ranes

Ivete Andrade Ranes
 Jacira dos Santos
 Janice Alves de Almeida
 Janicleia Deodata de Oliveira
 Jenio de Jesus Santos
 Jilson Roberto dos Santos
 Jismaria Ribeiro da Silva
 Jivaldo da Silva Ferreira
 Jivaldo Oliveira de Jesus
 Jivanildo Santos de Jesus
 Joana Alves dos Santos
 Joana Ribeiro de Oliveira
 João Alves de Oliveira
 João Alves dos Santos
 João Batista Santana
 João Batista Santana
 João Carlos Ferreira da Silva
 João Domingos Pereira Evangelista
 João Evaldo Souza Matos
 João Evangelista Ribeiro
 João José de Araújo
 João José de Souza Matos
 João Martins de Santana
 João Pereira Evangelista
 João Santos de Souza
 Jollson dos Santos
 José Adailton Alves
 José Adailton dos Santos
 José Adilson
 José Adilson Alves
 José Adilson Correia de Santana
 José Adonias Andrade
 José Ailton
 José Alaelson R. Nunes
 José Antonio Ferreira da Silva
 José Antonio Moleiro dos Santos
 José Antonio Pereira Evangelista
 José Arnaldo Alves dos Santos
 José Arnaldo dos Santos
 José Augusto Matos
 José Barreto de Jesus Santos
 José Benedito Menezes
 José Carlos dos Santos
 José Carlos Santos
 José Correia de Santana
 José de Santana Dias
 José Dias do Nascimento
 José Divanilton Macedo
 José do Nascimento Lima
 José do Patrocínio
 José Domingos Ranes Bonfim
 José dos Santos
 José Elekson Macedo
 José Elson F. dos Santos
 José Eraldo dos Reis
 José Ernesto do Patrocínio
 José Eutas de Souza
 José Fabiano de Santana
 José Fábio Ribeiro da Silva
 José Filho Ferreira de Sá
 José Francisco de Santana
 José Francisco dos Santos

José Francisco dos Santos	Juarez da Silva	Maria José Anselmo Menezes Vieira
José Hora da Silva	Juarez de Jesus Santos	Maria José de Souza Matos
José João dos Santos	Jucicleide F. dos Santos	Maria Josefa dos Passos
José Marcelo Batista Santana	Julio Manuel da Silva	Maria Lucileide Ribeiro de Souza
José Marcus dos Santos	Julio Soares de Oliveira	Maria Lucas do Nascimento
José Messias Santos	Jurandir Ferreira dos Santos	Maria Luciene Josefa de Jesus
José Neilton Menezes	Juvani Manoel Antonio	Maria Marcia
José Nildo Menezes	Nascimento	Maria Marluvia de Jesus
José Nilson de Santana	Lindimara Garcia de Jesus	Maria Maura Jesus Santos
José Nilson Santana	Lionara Alves dos Santos	Maria Nilza Correia de Santana
José Nilson Pereira de Lisboa	Lucia de Oliveira Matos	Maria Nivia de Oliveira
José Paulo Jesus Nascimento	Luciane Teixeira da Silva	Maria Rodrigues de Jesus
José Raimundo dos Santos	Lucicleide Dantas Santos	Maria Rosa de Oliveira
José Raimundo Lucindo	Lucileide dos Santos	Maria Rosa dos Santos
José Raimundo Neves da Silva	Lucinea Neves Menezes	Maria Rosalina de Jesus Santana
José Raimundo Ribeiro da Silva	Lucivaldo dos Santos Céu	Maria Rosalina de Jesus Santos
José Reis de Santana	Luís Cesar de Oliveira	Maria Seles dos Santos
José Renato dos Santos	Lucicleide dos Santos	Maria Tomazia de Jesus
José Ribeiro de Jesus	Luzinete da Silva	Mariana Maria de Jesus
José Rivanaldo dos Santos	Luzinete Josefa de Jesus Santos	Mariana Maria de Jesus
José Rodrigues de Jesus	Manoel Batista de Almeida	Mariana Pereira dos Santos
José Romildo dos Santos	Manoel Cardoso dos Santos	Mariana Rosa de Oliveira
José Santos de Jesus	Manoel Ferreira da Costa e Silva	Marina Gomes da Silva
José Vladimir Reis Rodrigues	Manoel Garcia de Santana	Marinete de Jesus dos Santos
José Wagner Reis de Santana	Manoel Idalino dos Santos	Martinha Francisco dos Santos
José Wilson dos Santos	Manoel José Silva	Mateus Alves dos Santos
Joseane dos Santos	Manoel Martins de Santana	Messias Maria de Souza
Joseane dos Santos	Marcelino José dos Reis	Moacir Lopes da Silva
Josefa Ana Neves	Marcio Gleide Hora de Jesus	Nailton Cardoso
Josefa Autila da Silva	Marcos Borges Santana	não batizado
Josefa Batista Santos	Maria Alves de Matos	Odete Menez de Jesus
Josefa Carla Matos	Maria Aparecida Idalina de Santana	Orlando Firmino de Oliveira
Josefa Clemente de Jesus	Maria Augusta Ribeiro da Silva	Otávio José da Silva
Josefa de Jesus Santos	Maria Barbosa Santana	Otímo Amanso dos Santos
Josefa de Menezes	Maria Borges Pereira	Otímo José Barbosa
Josefa dos Santos	Maria Cosma dos Santos	Otorinho Raimundo de Souza
Josefa Eliane dos Santos	Maria Cosma Jesus Santos	Paula Fernanda Bonfim
Josefa Francisca das Neves	Maria da Glória dos Santos	Pedro dos Santos e Souza
Josefa Gisella dos Santos	Maria da Solidade de Jesus	Pedro Idalino dos Santos
Josefa Idalina de Santana	Maria Damiana Jesus Santos	Pedro José de Jesus
Josefa Idalina dos Santos	Maria das Dores Ferreira de Sá	Raimunda Maria de Souza
Josefa Jesus Santos	Maria de Fátima	Raimunda Martins de Jesus
Josefa Jordana F. dos Santos	Maria de Fátima da Silva	Raimundo Rosa dos Santos
Josefa Joseane	Maria de Fátima Santos Almeida	Regina de Jesus Borges
Josefa Lucia F. dos Santos	Maria de Jesus	Rita de Cássia de Santana
Josefa Maria de Jesus	Maria de Lourdes da Silva	Roberval Borges Santana
Josefa Maria de Jesus	Maria de Lourdes de Souza	Robson Ricardo
Josefa Matos Gomes	Maria de Lourdes Jesus	Rogério Cardoso dos Santos
Josefa Nilza de Souza	Maria de Oliveira	Romario dos Anjos Nascimento
Josefa Pereira de Castro	Maria Divanete dos Santos	Ronaldo dos Santos
Josefa Rosa dos Santos	Maria do Carmo Celestina Menezes	Rosa Maria Dias do Nascimento
Josefa Teixeira da Silva	Maria do Carmo Jesus	Rosângela Cardoso de Santana
Josefa Valéria da Silva	Maria do Carmo M. dos Santos	Rosania dos Santos Silva
Josefa Vitalina de Jesus	Maria dos Santos Valentim	Salustiano Pereira do Nascimento
Joselito Jesus Santana	Maria Edileuza da Rocha	Santilo Antonio de Souza
Josemar Pereira dos Santos	Maria Edileuza do Nascimento	Sebastião de Santana
Josevaldo Ferreira da Silva	Maria Eliane dos Santos Almeida	Silverio Batista de Almeida
Josezito Jesus Santana	Maria Fabiana de Santana	Solange Francisca dos Santos
Josiane Borges Santana	Maria Ferreira dos Santos	Supriano José Santana
Josiara Francisca da Silva	Maria Helena de Jesus	Tomaza Maria de Jesus
Josimaria Oliveira Castro	Maria Ivonete Reis Rodrigues	Valdenara de Jesus Souza
Josuel Monteiro de Jesus	Maria Jesus Santana	Valdineide Bispo da Cruz

Valdira Maria Jesus
 Valdirene Batista de Almeida
 Vanderlei Alves de Carvalho
 Vanivalda Alves dos Santos
 Vera Gomes do Nascimento
 Vera Lucia Santana
 Vera Lucia Siqueira Reis
 Veronica Pereira Evangelista
 Vitsal Vieira da Silva

CURAÇA

Antonia
 Benigna Soares
 Luca
 Manoel
 Manoel
 Manoel
 Maria
 Marli
 Norberta
 Sinhosim

DUAS SERRAS

Ana Rita Nunes de Sena
 Antonio Ronaldo Rodrigues
 Elias Paulo Cardoso
 João Hélio Rodrigues Silva
 José Elias Cardoso
 Josefa Maria de Jesus
 Manoel Nelson Cardoso
 Maria Ademilde de Jesus
 Maria do Carmo de Jesus
 Sarlama dos Santos

FÁTIMA

Adelfonso Silva dos Santos
 Adilson José dos Santos
 Adriano Socorro de Oliveira
 Adulza Sousa Costa
 Aldeny Joana dos Santos
 Aleilda Costa dos Santos
 Alexandre Matos dos Santos
 Amélia Jardelina de Oliveira
 Ana Ilda Alves de Oliveira
 Ana Maria dos Santos Reis
 Ana Ribeiro dos Santos
 Anadete Maria dos Santos
 Angelo Corsino dos Reis
 Antonio Alves dos Reis
 Antonio Euzébio de Santana
 Arimario de Jesus Sousa
 Aurelina Dias de Sousa
 Bertullina Maria de Sousa
 Claudiner dos Santos
 Claudomy Alves dos Santos
 Conceição de Jesus Reis

Cristina
 Durval de Souza Andrade
 Edivanira
 Edmares Silva Santana
 Edmilson Calisto dos Santos
 Eliana Maria dos Santos
 Elima Sousa Costa
 Emerson Sousa Santos
 Eneucio Peres da Silva
 Erivaldo Celestino da Silva
 Ermeraldo Reis de Santana
 Francisca Ambilina de Jesus
 Genivaldo Silva dos Santos
 Genolandia Silva dos Santos
 Gildeon Silva Santos
 Gildeson de Jesus Sousa
 Hoguipua Sousa Novais
 Ildebrando Ribeiro
 Inez Maria de Jesus
 Isabel
 Jagson
 Jairo Nicolau Borges
 Jeane Jesus Reis
 Jedelma Maria dos Santos
 Jelson Lopes da Costa
 Jideom Ribeiro da Costa
 Jildeandro dos Santos
 Jildevan dos Santos
 Jivaneide Ribeiro Sousa
 João Celestino de Santana
 João Correia de Andrade
 João Euzébio de Santana
 João Marcolino dos Santos
 João Paulo
 João Pedro dos Santos
 João Ribeiro do Nascimento
 João Ribeiro dos Santos
 Jocatirina Maria de Jesus
 Jodeval José Nascimento
 Jorge Fábio Santana de Jesus
 Joseleia de Santana
 José Adelmo Costa Sousa
 José Adriano
 José Adriano dos Santos
 José Ailton de Jesus Reis
 José Aleon dos Santos
 José Antonio dos Santos
 José Carlos da Conceição
 José Carlos Santos
 José Conceição dos Santos
 José de Sousa Reis Filho
 José do Carmo
 José do Nascimento
 José Domingos
 José Duda Silva
 José Edevaldo Reis do Nascimento
 José Edson
 José Eduardo
 José Elisandro de Jesus Reis
 José Fagner Reis Fonseca
 José Fraga
 José Francisco

José Glaston de Souza
 José Jenilson Neto dos Santos
 José Luiz dos Santos
 José Luiz dos Santos Irmão
 José Marcelo Ribeiro Santos
 José Marcos da Costa
 José Marcos Ribeiro Santos
 José Martins da Costa
 José Martins da Costa
 José Neto de Oliveira
 José Oliveira dos Santos
 José Paulo Jesus Reis
 José Raimundo
 José Ricardo Reis dos Santos
 José Romildan
 José Santana
 José Sousa Santos
 José Vicente Rodrigues Santos
 Josefa de Fátima
 Josefa de Jesus Fontes
 Josefa Dilma dos Santos
 Josefa Francisca de Jesus
 Josefa Hilda da Silva
 Josefa Irmide Reis Fonseca
 Josefa Luciana
 Josefa Maria de Jesus
 Josefa Martins da Silva
 Josefa Rozalina de Jesus
 Josefa Silva Peres
 Joseli Sousa de Andrade
 Josenete Dantas dos Santos
 Josenilda Maria Pereira
 Josenilda Pereira Irma
 Josinaldo Sousa Costa
 Jovellina Maria de Jesus
 Leo Tomais
 Lino Bernardo da Silva
 Lucas Viana dos Santos
 Luceval Jesus Reis
 Luciana Alves dos Santos
 Luciano Matos dos Santos
 Luciaurina Reis de Santana
 Manoel Martins da Costa
 Manoel Martins da Costa
 Manuel Batista do Nascimento
 Marcondes Sousa Santos
 Marcos José Ribeiro dos Santos
 Maria Clorete de Jesus
 Maria Cristina Pereira de Andrade
 Maria da Silva
 Maria de Jesus
 Maria de Jesus Santos
 Maria de Jesus Santos
 Maria de Lourdes da Costa
 Maria de Lourdes Sousa Andrade
 Maria de Oliveira Neves
 Maria Elena Reis dos Santos
 Maria Gonçalves dos Santos
 Maria Jardelina Reis
 Maria José de Jesus
 Maria Laves de Jesus
 Maria Madalena de Jesus

Maria Madalena dos Santos
 Maria Nilda
 Maria Reis dos Santos
 Maria Ribeiro dos Santos
 Maria Santos
 Maria Silva

Mariana Maria de Jesus
 Miriam Maria dos Santos
 Patricia Santana de Jesus
 Pedro Pinheiro de Andrade
 Raimunda Maria dos Santos
 Reinaldo Corsino da Silva
 Robson
 Romilson
 Ronaldo Alves dos Santos
 Ronaldo Santos
 Rubens Paulo dos Santos
 Sandra Reis dos Santos
 Santana Maria de Jesus
 Silvana Ribeiro dos Santos
 Sílvy Batista de Santana
 Sílvy Nascimento de Oliveira
 Solange Patxão
 Solange Reis dos Santos
 Solange Ribeiro dos Santos
 Tendorica Santos
 Vandete Correia de Santana
 Vanilda Correia
 Vanilson dos Santos Costa
 Vera Lucia
 Vilosvaldo de Jesus Santos
 Wilson Reis Dias
 Zacarias de Jesus Sousa

FEIRA DE SANTANA

Ana Maria de Jesus

ITABERABA

Agenor Rodrigues dos Santos
 Alailton Bastos Santos
 Alex Nazioreno Brandão
 Almerindo Gomes Garra
 Almiro Fonseca dos Santos
 Ana Carla de Jesus Santos
 Andreze da Silva Mocau
 Anízio Jambreira Nascimento
 Antonio Oliveira Silva
 Carlos de Jesus Santos
 Celestina Maria de Jesus
 Damiana Ramos
 Dionizio Pizane
 Edinalva Pinho
 Edineide de Jesus Santos
 Edison Alves
 Ednaldo de Jesus
 Elenilton Pereira de Oliveira
 Eliene Lima Gomes
 Eraldo Silva de Jesus

Ester de Almeida Brandão
 Evanildo Santos de Souza
 Everaldo Bispo de Jesus
 Francisco Guerra
 Francisco Pires
 Genivaldo Santana
 Gilvan da Silva Araújo
 Inês Dias Cerra
 Irineu Sena Brandão
 Jandira Cerra Macedo
 Jandira Silva da Pornoceno
 João Euzébio dos Santos
 Joelho Lima dos Santos
 Jonas Assis dos Santos
 José Antonio dos Santos
 José Braz de Souza Santos
 José Carlos Miranda de Jesus
 José Francisco da Cunha
 José Maria dos Santos
 José Souza Brandão
 Joseilton S. Souza
 Josenildo Santos de Souza
 Jucilene Souza dos Santos
 Lídio Filho P. Campos
 Liliane Oliveira Bispo de Jesus
 Luciano dos Santos
 Luís Gonçalves Brandão
 Manoel
 Manoel Alves de Oliveira
 Manoel do Carmo dos Santos
 Manoel Messias
 Marcelo Nere Lima
 Maria Alves
 Maria Alves Pereira
 Maria Barbosa
 Maria Dias Vitoria
 Maria Domingos de Jesus
 Maria Gonzaga de Jesus
 Maria Lopes de Oliveira
 Maria Nere
 Maria Rita de Jesus
 Maria Rosalina Sampaio
 Maria Santana
 Maria Sivirina das Graças
 Mario Soares Barreto
 Martin Laureco Soares
 Milena Alves
 Neide Alves da Silva
 Olerino Avelino Borges
 Paulo Oliveira dos Santos
 Raimunda Santos da Silva
 Roberlândia Santos de Souza
 Rodrigues Sales
 Rogerio Sales
 Ronan Boa Aventura dos Santos
 Roque de Jesus
 Salvador Souza
 Saturnina Souza dos Santos
 Sirleide de Jesus Machado
 Suelir Sales Barbosa
 Teodoro Cerqueira dos Santos
 Valeria Alves de Souza

Valmira F. Sena
 Vanuza Ferreira Sena
 Wagner da Silva Posto
 Wilian Dias Cruz
 Wilson Santos de Souza

JUAZEIRO

Adelmo Menezes de Souza
 Aleguandro
 Ana de Oliveira da Silva
 Ana Lucia da Silva
 Anna Theodora de Souza
 Antídio Cardoso da Silva
 Antonia Francisca Eugénia
 Antonia Maria da Conceição Santos
 Antonio
 Antonio Bernardes de Oliveira
 Antonio Leite Sales
 Antonio Marcos dos Santos
 Aurora dos Santos
 Babri (apelido)
 Belandia da Silva
 Cícero Inácio dos Santos
 Cleonice Barbosa dos Santos
 Cosme Damião dos Santos
 Criatiana Silva Santos
 Damião de Farias Franca
 Daniel Costa dos Anjos Júnior
 Daniel da Silva Morais Filho
 Demuntier Lopes da Silva
 Derlandia da Silva
 Deusdete Sobral de Souza
 Diana Patricia Luciana Queiroz
 Edicleide Maria dos Santos
 Edmilson Moreira da Silva
 Eliomar Moreira da Silva
 Emerson Franquelin Souza dos
 Anjos
 Euclides Pereira da Silva
 Francisca das Chagas Santos
 Francisco Ferreira de Jesus
 Guilherme Manoel da Silva
 Honorio Manuel da Silva
 Ivan Carlos dos Santos
 Ivonildo Onofre da Silva
 Jadsom Limoeiro Pinheiro
 Janaina Alves Pereira da Cruz
 Jeseunilde dos Santos
 Jilvan Bilua Santos
 Joana do Nascimento
 Joana Rodrigues de Souza
 João Alves Ribeiro
 João Moreira da Silva
 João Vicente de Souza
 José Alves da Costa
 José Alves dos Santos
 José Barbosa da Silva
 José Cícero de Sousa
 José dos Reis Alves
 José Gomes da Silva

José Gomes da Silva
 José Limoeiro dos Santos
 José Luciano de Queiroz
 José Martiliano de Souza
 Joseilton Pereira do Nascimento
 Josemilton Pereira do Nascimento
 Josiane Rosa da Silva
 Josimar dos Santos
 Julio Eugenio Nogueira
 Maria Eliana Moreira da Silva
 Manoel de Farias Franca
 Manuel de Oliveira
 Marcelo Coelho Cardoso
 Marceneide Azevedo dos Santos
 Marcos de Souza
 Marculina Pereira dos Santos
 Margarida Souza
 Maria Alves da Costa
 Maria Alves dos Santos
 Maria Antonia das Neves
 Maria Benedita
 Maria Damiana Ferreira
 Maria de Lourdes dos Santos
 Maria Dominga dos Santos
 Maria Ducarmo dos Santos
 Maria Ferreira Miranda
 Maria Gomes da Silva
 Maria José L. de Souza
 Maria Leocadia
 Maria Lucia Alves de Oliveira
 Maria Valda da Silva
 Maria Xavier
 Martiniano R. Miranda
 Neire Ivani dos Santos
 Olivia Maria dos Santos
 Ozenilda da Cruz Oliveira
 Pedro Ferreira Gomes
 Pedro Quillino de Sá
 Pedro Tavares da Silva
 Perpetua Maria de Miranda
 Pio Feitosa da Silva
 Rosecegre Costa Souza
 Tadeu da Conceição
 Telma Ferreira dos Santos
 Terezinha Narcisa da Costa
 Tiago da Costa
 Vanildo Onofre da Silva

MAIRI

Dario Ferreira da Cruz
 Elizangela Ribeiro Santana
 Gilmar Xavier da Silva
 Joseval Oliveira da Silva
 Maria Ilma Oliveira de Santana
 Maria Sampaio de Lima
 Rafael Oliveira Rios
 Suede Almeida Souza
 Vanusa

MIGUEL CALMON

Abidon dos Santos Carvalho
 Adelmo Santos Pires
 Adriano Borges da Silva
 Ailton Marques das Neves
 Ana Clara dos Santos Carvalho
 Ana Guiomar
 Ananias José de Souza
 Antônio Miranda da Silva
 Antônio Pereira dos Santos
 Cláudia Nice Rosa de Jesus
 Cristina Pereira dos Santos
 Denivaldo Xavier Santana
 Edina Ferreira Malaquias
 Eliana Nascimento Silva
 Elisandro Gonçalves da Silva
 Ermira Elizia Silva
 Fábio Junho Borges da Silva
 Filismina Maria de Jesus
 Francisca Moreira de Amorim
 Genesia Maria dos Santos
 Germiniano José dos Santos
 Givaldo Nascimento da Silva
 Gracinho Cassimira de Jesus
 Herminio José de Moura
 Iraci Fernandes de Almeida
 Isabel dos Santos
 Isaura Maria de Jesus
 Ismael Freires
 Jenilda dos Santos
 João José do Carmo
 João Lino de Souza
 João Lino dos Santos
 Jonilton Borges da Silva
 José Ailton Novato da Silva
 José Borges da Silva
 José Ferreira dos Santos
 José Gonzaga de Souza
 José Maia da Silva
 José Nilson Borges da Silva
 José Rodrigues da Silva
 José Souza de Carvalho
 Josino Pedro da Cruz
 Juciana Novato da Silva
 Jucineide Neres Barboza
 Judite Maria de Jesus
 Junho Seya Souza Freitas
 Juracir Nere Barboza
 Juventino Cassiano dos Santos
 Leandro Cavalcante
 Lilian Pereira de Lima
 Luziane Silva Damacena
 Luciana Isabel Barreto
 Luiz de Oliveira
 Manoel
 Manoel Ferreira Barboza
 Manoel Gonçalves da Silva
 Manuela Santo Jesuino
 Maria Alice da Silva

Maria Gonçalves da Silva
 Maria Helena Bispo
 Maria Pereira dos Santos
 Maria Pereira Lima
 Maria Sirino Barboza
 Marineide Cavalcante
 Nair Pereira da Silva
 Osvaldo Procope
 Paula Ferreira Batista
 Paulo Santos Pires
 Regivaldo Oliveira Araújo
 Reinaldo Oliveira Araújo
 Ricardo Félix de Almeida
 Ronilson M. Neves
 Rosa Maria Sirina
 Sabino Pereira
 Salene Santiago da Silva
 Seldino Soares
 Veruzia Oliveira Lino

MUNDO NOVO

Agostinho Sintra
 Alessandro Moreira da Silva
 Alexandre Ferreira da Silva
 Alexandrina Lima Silva
 Almira Maria de Jesus
 Amélia de Jesus Correia
 Ana de Jesus
 Ana Lúcia Ribeiro
 Ana Paula Souza
 Angela Maria Souza dos Santos
 Antero da Silva
 Antônia Ramos
 Antonio Borges
 Antônio de Jesus
 Antônio José da Silva
 Antônio Moreira
 Antônio Pereira dos Santos
 Arnaldo Brito Santos
 Augusto C. de Oliveira
 Augusto Santos de Oliveira
 Carla Correia Lima
 Carlito Bispo Xavier
 Carmelita Neri Santana
 Celso Bispo Xavier
 Cleonice Alves Pinheiro
 Cristiano Diamantino
 Damiana Rodrigues da Silva
 Dulcinete de Oliveira
 Edésio Pereira Gomes
 Ednaldo Alves Barreto
 Elisabete da Silva
 Emilianão Alves de Oliveira
 Esther Maria de Jesus
 Florivaldo Oliveira
 Francisco Nunes Ramos
 Francisco Sales Brasil Filho
 Genessi Miranda Silva

Genilda Gonçalves
 Gertrudes Moreira da Silva
 Guardino Neri Santana
 Herculanio Vinicius dos Santos
 Itelvina Torres
 Ivanildo Oliveira de Jesus
 Izabel Pereira Benevides
 Izaura M. de Jesus
 Jacson da Silva
 Jailton Diamantina
 Jaqueline Silva
 Jefreson Souza
 Jenézio Santo Limas
 Joana Maria de Jesus
 João
 João de Oliveira
 João Pereira da Silva
 José Alves Barreto
 José Bispo da Silva
 José Carlos Diamantina
 José Carlos Ribeiro
 José de Oliveira
 José Luciano Oliveira
 José Oliveira Ferreira
 José Pereira da Silva
 José Roberto Lopes Filho
 José Rufino dos Santos
 Josefa da Mata
 Josefa Lopes dos Santos
 Juliana Santana
 Júlio Cesar Silva dos Santos
 Junilho Gonçalves dos Santos
 Jurandir Ribeiro
 Juventina dos Santos
 Juventina M. de Jesus
 Leandro Alves
 Leda Viena Matos
 Luciana Santana
 Luciane Pereira Costa
 Luciano Barbosa
 Luciano Santana Barreto
 Lúcio Barbosa
 Luiz Alves Ramos
 Manoel Bispo de Araújo
 Manoel de Souza
 Manoel Ferreira da Mata
 Manuel Neri Santana
 Marcone Neri Santos
 Maria Aparecida Neri Santana
 Maria Brito
 Maria da Silva
 Maria da Silva
 Maria de Oliveira
 Maria Gonçalves de Almeida
 Maria José de Jesus
 Maria José Souza de Oliveira
 Maria Júlia Bastos de Matos
 Maria Neri Santana
 Maria Rosa Cerqueira
 Maria Santana
 Mário Alves Souza Dias
 Mariúcia

Marquinho Souza
 Nilson Moreira Santos
 Oligário Galdino de Souza
 Osvaldo Santos de Oliveira
 Patrícia Alves
 Rafael Oliveira Santos
 Rosângela Moreira da Silva
 Sebastiana Neri Santana
 Soleide Silva dos Santos
 Tintine M. de Jesus
 Valdemir Alves Souza Dias
 Valdomira Alves Lima
 Vicente Ferreira de Oliveira
 Xarzan de Jesus
 Zé Carlos Alves Ramos
 Zé Luiz Santos
 Zenilda Lima dos Santos

PARAPIRANGA

João Bispo Nascimento
 José Anjos dos Santos
 José Hermenegildo dos Santos
 Josefa Maria de Jesus
 Maria Anjos dos Santos
 Maria Antônia de Jesus
 Vanderlancléia Correia Santos

PILÃO ARCADE

— Abdias Dias Rocha
 Adeildo Moreira Duarte
 Alex Luís Gomes
 Anésio José Santana
 Antônia Matias Alves
 Antônio Matias da Silva
 Antônio Neton
 Arcelino Ferreira de Souza
 Ariosto Marques da Silva
 Bazil Moreira Duarte
 Beronice Alves de Carvalho
 Carlos Roberto Duarte
 Carmino Alves Folhas
 Célia Matias Lopes
 Cezarina Maria dos Santos
 Damilão Pereira Dias
 Davina Prospero Santana
 Denilson Alves
 Diolinda Marques dos Reis
 Domingas Alves de Santana
 Domingas Alves Nunes
 Domingas Pereira Dias
 Domingos José de Souza
 Edilva Maria de Jesus
 Edinaura da Luz Ribeiro
 Edislano Amâncio de Carvalho
 Eldimiro José de Souza
 Eliana Duarte Alves
 Elimar Moreira Duarte
 Enaldo Gomes da Rocha

Enilson Maria Celso
 Erivelton Duarte
 Ester Maria de Jesus
 Evangelista Alves
 Fábio Alves Campos
 Fábio Duarte Silva
 Félix Amañcio de Souza
 Filipa Maria de Jesus
 Genes Carlos Alves
 Goretiana Sena
 Iracema Maria da Silva
 Joana Maria de Jesus
 João Matias Duarte
 João Pereira Jurema
 José Francisco Moreira
 José Martins dos Santos
 Josefa Francisca da Conceição
 Josimar Matias da Costa
 Juscilde Duarte Alves
 Jutair Marques Rodrigues
 Laurenildo José Gonçalves
 Liunisa Moreira de Jesus
 Lucimar Gomes de Andrade
 Manoel Alves da Silva
 Manoel Alves Rocha
 Manoel Batista Figueiredo
 Manoel Borges de Santana
 Manoel de Souza
 Manoel dos Santos Carmo
 Manoel Ferreira de Souza
 Manoel Francisco de Santana
 Manoel Jurema Pereira
 Manoel Luiz da Silva
 Manoel Matias Duarte
 Manoel Messias Basto de Carvalho
 Manoel Messias dos Reis
 Manoel Moreira Sousa
 Manoel Pereira Dias
 Manoel Simão de Andrade
 Manoel Siriba Basto
 Manuel Duarte Gomes
 Manuel Ferreira Silva
 Marco Roberto Alves
 Maria A. de Carvalho
 Maria Amâncio de Carvalho
 Maria Aulta M. Silva
 Maria Bastos
 Maria Batista da Silva
 Maria Claudenéia Duarte
 Maria da Rocha
 Maria de Souza
 Maria do Amparo Duarte Alves
 Maria Duarte
 Maria Duarte Alves
 Maria Duarte Gomes
 Maria Duarte Mendes
 Maria Ferreira de Souza
 Maria Jurema
 Maria Lurde Avelina de Jesus
 Maria Marques Borges
 Maria Mendes Alves
 Maria Silineide da Luz Ribeiro

Mariatzinha Alves de Sena
 Marlene de Carvalho Viana
 Maria Maria de Souza
 Miguel Rodrigues Ramos
 Nelir da Silva
 Nilmar Nunes de Souza
 Osmino Marques de Sousa
 Otacílio José da Rocha
 Pedro de Souza
 Petrólio José Gomes de Sousa
 Profírio José da Rocha
 Raimundo Pereira de Sena
 Reginaldo Bastos da Rocha
 Roseleide de Souza
 Simoneide
 Ulicio Basto de Carvalho
 Valdico Pereira de Sena
 Valter da Silva
 Vandevy Alves de Sena
 Vicente José de Souza
 Zélia Joaquina de Carvalho
 Zenilto José de Souza

REMANSO

Abílio José Ferreira
 Abílio Neto Souza Ferreira
 Agenor Alves de Souza
 Aguiñalda R. Oliveira
 Ana Marcia Gonçalves do Rego
 Ana Rodrigues Guariboba
 Diocleciano Rodrigues Moreira
 Edmilson Rodrigues Ribeiro
 Firmina Paulino de Sousa
 Gezuina Alves de Oliveira
 Honorinda Andreza de Jesus
 Isabel Maria Jorge
 Januário Francisco Fonseca
 João Ferreira da Silva
 Joaquim Galvão Amâncio
 José Rocha de Oliveira
 Laura Batista Guariboba
 Manoel Batista Jorge
 Manoel G. Souza
 Manoel Lopes da Silva
 Maria Alves do Nascimento
 Maria Alves do Nascimento
 Maria Batista Jorge
 Maria P. Souza
 Maria Rodrigues da Mata
 Miguel Gonçalves do Rego
 Nascimento de Jesus
 Nilo Batista Jorge
 Paulo F. Primo
 Pedro José Neto
 Valdemar Batista Jorge

RIBEIRA DO POMBAL

Adauto

Ademir Arcanjo de Matos
 Adenor Cosme José Santos
 Admir Arcanjo de Matos
 Adriana de Jesus
 Adriana Ribeiro do Nascimento
 Adriano de Jesus
 Adriano Santos de Santana
 Ana Francisca de Jesus
 Antônio Ferreira de Matos
 Antônio José da Costa
 Antônio José de Carvalho
 Antônio Marcos Alves
 Carlos José de Araújo
 Claudeci
 Cláudia Gomes de Jesus
 Clécio Almeida de Santana
 Cleide Silva Oliveira
 Edereide Jesus dos Santos
 Elaine Santos Pereira
 Evaldo Gomes de Souza
 Evanildo Macedo de Jesus
 Fábio Gomes de Jesus
 Fátima Maria da Silva
 Jackson Lima de Santana
 Jair Gomes de Jesus
 Jannile Alves dos Santos
 Joana Maria de Matos
 João Milhão de Santana
 José Alves dos Santos
 José Carlos Santos de Jesus
 José da Cruz de Araújo
 José de Jesus
 José Domingos Cosme dos Santos
 José Faustino dos Santos
 José Gonzaga de Araújo
 José Leonildo dos Santos
 José Marcos Alves dos Santos
 José Nelson Pereira da Silva
 José Nilson Pereira da Silva
 José Valdo dos Santos Jesus
 José Valtene dos Santos
 José Wilson Pereira da Silva
 Joseana Pereira dos Santos
 Josefa Almeida de Matos
 Josefa Cosme dos Santos
 Josefa Maria da Silva
 Josilene Santana
 Jucilene de Santana
 Jucivanina Gomes de Jesus
 Julio José de Carvalho
 Junho Batista dos Passos
 Laudiceia Almeida Matos
 Lidiane Santos Pereira
 Lourival de Jesus Santana
 Luciana Sena Nascimento
 Luciano Sena do Nascimento
 Manoel Cardoso Santana
 Manoel José de Carvalho
 Manoel Messias Ferreira de Sá
 Manoel Santos Teixeira
 Manoel Souza Matos
 Maria Aparecida S. Almeida

Maria Arcanjo de Matos
 Maria Cristina Alves Santos
 Maria de Fátima Matos
 Maria de Jesus
 Maria de Lurdes de Jesus
 Maria Dinalva de Araújo
 Maria Domingos do Nascimento
 Maria Joana de Matos
 Maria José de Matos
 Maria Rita de Jesus
 Maria Santos Teixeira
 Maria Tereza Silva Oliveira
 Marionice Maria de Jesus
 Marlene Maria de Jesus
 Maura Jesus Santana
 Meire Gomes de Jesus
 Paulo de Jesus Santana
 Poliana de Almeida
 Raimundo Lima
 Raimundo Nonato dos Santos
 Ricardo Ribeiro do Nascimento
 Roberto de Santana
 Robson Rodrigues Matos
 Robson Rodrigues Matos
 Tatiana Batista de Matos
 Tatiana Batista de Matos
 Tereza Pereira de Oliveira
 Valdelucia Maria de Almeida
 Valter José de Araújo
 Vanderlei José de Araújo
 Vandicleide Maria de Almeida
 Vanicleia Maria de Almeida
 Virgínia Maria de Jesus
 Wesley Santos Andrade

RUI BARBOSA

Joaquim Ferreira da Mata

SALVADOR

Antenor Pereira

SENTO SÉ

Agnaldo Costa dos Santos
 Antônio de Souza Freire
 Antônio Raimundo da Silva Filho
 Brasilina de Paula
 Cassio de Almeida Filho
 Cosciano de Souza
 Dibilino
 Eduardo Santos Almeida
 Hionile de Souza
 Janice Santos Cruz
 José Bia da Silva
 José Carlos Miranda Adoé
 José de Franca
 Josefa de Souza

Lauriano dos Santos
 Marcelo Ferreira Barros
 Maria
 Maria de Franca
 Maria Isabel Barros Espírito Santo
 Maria Tomazia
 Mario de Souza Freire
 Martinha Costa Santos
 Miguel
 Romualdo

VARZEA DO POÇO

Alcione Ferreira de Oliveira
 Ana Lúcia R. J.
 Antonia Soares de Oliveira
 Basílio João dos Santos
 Etelvina S. de Jesus
 Izauri Souza Reis
 Jerri Adriane A. Dias
 Juonima S. de Oliveira
 Madalena Chavier dos Santos
 Manoel Joaquim da Silva
 Manuel João Evangelista
 Maria de Jesus
 Maria Justina de Jesus
 Maria Sena Silva
 Marilene Almeida Nascimento
 Maristela Rosa de J.
 Renam Sena Silva
 Roberto Almeida
 Teuma A. Araújo
 Vitor José da Silva

CEARÁ

Antônia de Maria Rodrigues da Silva
 Antônia Félix de Oliveira
 Antônio Marcos Melo Martins
 Francisca Aristides da Cruz
 Francisca das Graças Alves da Costa
 Francisco de França Sales
 Joaquim Pereira de Souza
 José Dias
 José Vicente de Lima
 Lucinete Alves da Silva
 Manoel Alves da Costa
 Maria Ironeide Alves da Costa
 Marineide Alves da Costa
 Raimunda Teles Nascimento

ACARAÚ

João Francisco Albino
 Manoel
 Manuel Francisco

Rita de Cácia

CAMBAÚ

Ana Paula da Costa
 Antônia Lucia do Nascimento
 Benedito de Aguiar
 Cícero Pereira da Silva
 Francisco Portela de Souza
 Francisco Ricardo dos Santos
 Jacinto Alves de Aguiar
 Maria de Lourdes de Jesus
 Maria Lucia
 Maria Paula de Aguiar
 Raimunda de Lima

CARNAÚBA

Antônia Edna Ribeiro Souza
 Antônia Josélia Ribeiro Souza
 Antônio Alexandre da Silva
 Antonio Oliveira Matos
 Expedito Oliveira Matos
 João Ferreira de Matos
 José Gomes da Silva
 José Ribeiro Souza
 Leoniza Maria da Conceição
 Lucádio Ferreira de Matos
 Lucimar Oliveira Matos
 Manuel Ferreira de Oliveira
 Maria Gonçalves de Santos
 Maria Mendes Vieira
 Ricardo Pereira Vieira

CRATEÚS

Aldeliane Germano Soares
 Aldeliane Germano Soares
 Altina Rodrigues de Souza
 Alzira Gomes da Silva
 Amália Dornélia de Oliveira
 Ana Cláudia da Silva
 Ana Cristina de Sousa
 Ana Lúcia de Oliveira
 Ana Lúcia Rodrigues Costa
 Ana Paula
 Ana Paula da Silva
 Ana Zélia Mota
 Angelina
 Antônia Alixandre
 Antônia Cláudia Rodrigues
 Antônia de Maria Oliveira
 Antônia Gomes Barbosa
 Antônia Maria de Oliveira
 Antônia Soares da Silva
 Antônio Cleide Rodrigues Marrom
 Antônio de Maria Alves de Araújo
 Antônio de Souza Filho
 Antônio dos Anjos Nascimento

Antônio Eudes Rodrigues da Silva
 Antônio Eufasino Barros
 Antônio Francisco da Costa
 Antônio Francisco Sampaio
 Antônio José Araújo
 Antônio José da Silva
 Antônio José Soares
 Antônio Luís da Costa
 Antônio Luiz Gomes
 Antônio Marques Barbosa
 Antônio Marques Sampaio
 Antônio Matias Ricardo
 Antônio Pereira da Silva
 Antônio Raimundo Barbosa da Silva
 Antônio Sérgio Gomes
 Antônio Venâncio Sobrinho
 Antônio Vieira de Lima
 Antônio Wagner Pereira de Souza
 Benedita Rodrigues Feitosa
 Caludiana Alves de Souza
 Carlos Alberto
 Carlos Alberto da Silva
 Carlos Eduardo de Souza Araújo
 Cícero Gonçalves da Silva
 Cleonice Tavares da Silva
 Cosma Soares Cruz
 Creolando Tavares da Silva
 Damião da Silva Nascimento
 Daniel da Silva Laurindo
 Danilo da Silva Laurindo
 Dlávio de Almeida Dutra
 Domingos Flor Quadro
 Douglas Vieira de Souza
 Elias Rodrigues dos Santos
 Eliene
 Elisa Rosa da Silva
 Elizangela Gomes
 Emanuel Messias da Silva
 Enoque Ferreira da Silva
 Eva Barbosa da Silva
 Evangelina Braz de Pinho
 Felício Damião Rodrigues
 Francisca Cleide Cosme da Costa
 Francisca Gonçalves da Conceição
 Francisca Maria da Conceição
 Francisca Odorico de Souza
 Francisca Rosa Onofre Rodrigues
 Francisco Alan
 Francisco Antônio dos Anjos
 Francisco Araújo da Costa
 Francisco Camargo Lima
 Francisco Cardoso de Freitas
 Francisco Chaves Freitas
 Francisco Cleisen
 Francisco das Chagas Gomes
 Francisco das Chagas Rodrigues
 Francisco dos Santos Ferreira
 Francisco Edvan Alves Pereira
 Francisco Eládio
 Francisco Gomes do Nascimento
 Francisco José da Costa
 Francisco Lacerda Rodrigues

Francisco Martins de Souza
 Francisco Olavo Rodrigues de Souza
 Francisco Pereira da Silva
 Francisco Pereira Ramo
 Geovania Aragão Uchoa
 Geraldo Rodrigues da Silva
 Gerardo Teixeira do Nascimento
 Gonçalves Francisca das Chagas
 Isabel Bezerra da Costa
 Isabel Gonçalves da Silva
 Ivanir dos Anjos Nascimento
 Ivone Pereira Rodrigues
 Izabel Correia de Araújo
 Jacinto Ferreira da Silva
 Jânia Alves de Araújo
 João Capistrano de Macêdo
 João de Deus Oliveira
 João Paulo Araújo
 João Pereira de Souza
 Joaquim Raimundo de Souza
 José Almeida
 José Alves de Brito Filho
 José Arimatéia de Farias
 José Átila de Araújo
 José Bernardino de Souza
 José Bezerra de Moraes
 José Coelho da Silva
 José da Costa Filho
 José de Barros da Silva Filho
 José de Lima Braz
 José Flor
 José Gelson
 José Ilton Oliveira Sobrinho
 José Iram de Araújo
 José Lopes Freres
 José Luciano Dutra
 José Maciel de Araújo
 José Maria Dutra
 José Matias de Sousa
 José Ribamar Rodrigues
 José Roberto Pereira de Andrade
 José Silvestre Filho da Silva
 José Vieira do Nascimento
 Júlio Cesar Barbosa Vasconcelos
 Juvenal Filho
 Lindonete Barros da Silva
 Lucilene Pinheiro da Silva
 Luís Francisco Mariano de Souza
 Luiz Silvestre da Silva
 Luzia Olinda de Farias
 Luzia Peretra Félix
 Macário Carvalho de Andrade
 Manoel
 Manoel Alves de Araújo
 Manoel Ávila Matias
 Manoel Bonfim de Souza
 Manoel da Silva
 Manoel Lessa da Silva
 Manoel Maria
 Manoel Pedro da Costa

Manoel Tavares Sampaio
 Manuel Alves Pereira
 Manuel Genuário
 Manuel Mirinda Silva
 Manuel Rodrigues Filho
 Marcia Barbosa da Silva
 Marciano Gomes da Costa
 Márcio Glu Rodrigues
 Maria Alves de Azevedo
 Maria Alves de Oliveira
 Maria dos Anjos Nascimento
 Maria da Conceição
 Maria Edilene Lopes da Silva
 Maria Eliane Bernardo da Silva
 Maria Eliete Tavares
 Maria Eloneide Alves da Silva
 Maria de Fátima Silveira
 Maria de Fátima Simão Penha
 Maria Ferreira Pinto
 Maria Francisca da Silva
 Maria Irene de Souza
 Maria Jamerica Nobre Martins
 Maria José de Almeida
 Maria de Jesus da Silva
 Maria de Melo Taveira
 Maria do Socorro Pereira
 Maria José Dutra
 Maria Liselda
 Maria Lúcia Matias Oliveira
 Maria Lucilene Barbosa
 Maria Mamede da Costa
 Maria Marlene Ferreira da Silva
 Maria Nilza Feitosa
 Maria Sueli Vieira
 Michael Alves de Souza
 Nelson Paula dos Santos
 Nívia Silva Barbosa
 Norma Régia
 Olavo Dionísio Martins
 Olavo Jeison Rodrigues Cardoso
 Olavo Penha
 Patrícia Alves Ferreira
 Paulo Gomes
 Paulo Soares Rodrigues
 Pedro Gonçalves Martins
 Raimunda Nonata Alves de Souza
 Raimundo Brito do Nascimento
 Raimundo Feitosa de Araújo
 Raimundo Mendes Araújo
 Raimundo Onofre
 Raimundo Rodrigues de Brito
 Raquel Maria de Araújo
 Rita de Cacia da Penha
 Rita Ribeiro da Silva
 Ronaldo Alves Pereira
 Rosemeire de Araújo
 Sérgio Cosme e Damião
 Silvelania
 Simão Rodrigues de Souza
 Solange

Teodora Maria da Conceição
 Tereza Maria da Conceição
 Tereza Paixão de Souza
 Valdir Valdetral
 Valéria Rodrigues Costa
 Vlami Ricardo Melo
 Wagner da Silva Pereira

FRECHEIRINHA

Antônia Ferreira dos Santos
 Benedito Rufino dos Santos
 Eurides Rufino dos Santos
 Francinelda Rodrigues
 Francisco Carneiro Pinto
 Francisco Ferreira Serafim
 Francisco Lopes da Costa
 Francisco Rufino dos Santos
 Francisco Silva Cunha
 José Raimundo da Silva
 Luiz Lopes da Costa
 Manoel Rufino dos Santos
 Maria Medeiros da Silva
 Pedro Rufino Ferreira
 Rita Ferreira dos Santos
 Tomaza de Souza Almeida

GROAIRAS

Francisco Godofredo Paiva
 Raimundo Nonato Mesquita da Silva

IBIAPINA

Adriano da Silva
 Antônia Maria da Conceição
 Carlos Santos Martina
 Edimar Linhares
 Gerardo Freito Lima
 Jorael Rodrigues Teixeira
 José Lima de França
 Jovialina Marcia de Lima
 Leiziana Pequeno da Silva
 Manuel Micias Linhares
 Maria de Jesus Lopes
 Maria Francisca de Moraes
 Maria Lucia Alcantra
 Maria Lucineida da Silva
 Paulo Alves do Nascimento
 Raimundo Lopes Cavalcante
 Rozane Correia da Silva
 Valdentane Almeida Medeiros

ICÓ

Nelson Vitorino Batista dos Santos

IGUATU

Ana Evangelista Barreto
Angela Maria de Lima
Antônia do Carmo de Souza
Antônia Pereira Mota
Antônia Rosilda Gonçalves
Antônio Alexandrino dos Santos
Antônio André de Lima
Antônio Carlos de Oliveira
Antônio Dias de Souza
Cícera Pereira da Silva
Cosmo
Eliana Mota dos Santos
Eliendo Gomes de Souza
Francisca Alves de Lima
Francisca Edevanir de Souza
Francisco Idevan de Souza
Hosana Carlos de Oliveira
Joana Dark
Joana Lima de Sousa
João Vicente Barbosa
Leiliana
Luciano Fagundes
Manoel Ferreira da Silva
Marciana Soares
Maria do Carmo de Souza
Maria Ferreira Vieira
Maria Jokeberte de Lima
Maria Luiza da Silva
Maria Luiza de Lima
Maria Marcia de Souza
Maria Marciliana
Maria Silvanir de Brito
Maria Verônica Alves de Lima
Maria Zeneide Evangelista Barreto
Raimunda Marcela
Regina
Vicência Jorge da Silva

INDEPENDÊNCIA

Adão Gonçalves Nóbrega
Agustinha Alves de Moura
Alzira Fernandes da Silva
Antônio Batista de Lima
Antônio Genival de Lima
Cláudio Macena da Silva
Erivan Macena de Souza da Silva
Francisco da Chagas Lima
Francisco Macêdo Fernandes
Francisco Moura
Francisco Soares da Silva
José Aroldo Fernandes
Gonçalo Gregório da Silva
Indício Vicente de Souza
Irene Maria Ribeiro Teixeira
Joana Alves Pereira
Joana Gomes de Matos
João Batista Paiva

Jorge Alves Ribeiro
José Bezerra Fernandes
José Ferreira de Carvalho
José Ivan
Josefa Alves da Rocha
Manoel Alves Rodrigues
Manoel Bezerra Lima
Manoel Ferreira de Sousa
Manoel Gilberto
Maria
Maria Alves Rodrigues
Maria Barros Vieira
Maria Bezerra da Silva
Maria do Carmo B. de Araújo
Luciano Cavalcante de Araújo
Luís Soares de Macêdo
Manoel de Souza Araújo
Manuel Fernandes Macêdo
Maria Alves de Moura
Maria Ana de Oliveira
Maria Antônia Moura
Maria Carlícejania Alves Moura
Maria Castor
Maria Diennhafa Alves de Lima
Maria Fernandes da Silva
Maria Fernandes de Macêdo
Maria Moreira de Souza
Maria Neta Souza Vale
Maria Rodrigues Bezerra
Maria Soares Silva
Mariana
Raimunda Rodrigues de Souza
Raimundo Carlos da Silva
Raimundo Nobato de Souza

IPUEIRAS

Adriano
Ana Célia Barroso
Antônia Fernandes dos Santos
Antônio Barros de Melo
Antônio Barros de Melo
Edivaldo Barros de Melo
Elivando Alves Ferreira
Eva Gomes de Matos
Francisca Alves da Costa
Francisca José de Melo
Francisco Aldenes de Brito
Francisco Cícero
Francisco Edívar Mendes
Francisco Elsen
Francisco Flor Camelo
Francisco Rodrigues da Silva
Gonçalo Gomes Parente
Maria do Carmo de Melo
Marisa Bezerra de Sousa
Nefrancisca Aparecida
Pedro Ferreira de Souza
Raimunda
Raimunda Bidosa Ribeiro

Sebastiana Maria Aniceta
Severino Moreira Batista

IRACEMA

Antônio A. de Moura
Maria Fabiana de Lima
Paulo de Moura

ITAPAGÉ

Antônia Eliane
Benedito Félix de Maria
Eliane Souza e Silva
Francisco Adriano
Francisco Alexandre
Francisco de Assis
Francisco Eufrásio de Araújo
Francisco José da Silva
Jaqueline Félix Duarte
João Adriano Camilo Pereira
José Gerardo Araújo de Oliveira
Joverlandia Félix Duarte
Luís Joel Sousa Brandão
Maria Andreilina Alves Cruz
Maria Elisângela Santos Mota
Maria Eugénia
Maria Félix de Souza
Marta Castro Mesquita
Sebastião Félix da Cruz
Solange Mota Alves

JAGUARIBE

Antônia Nasia da Silva
Carlos R. Assis
David N. Pereira
Francir M. Gomes Nogueira
Francisco Emanuel Paula Ferreira
Francisco Leandro Bezerra Santos
José Bezerra Rufino Filho
Raimundo Edvan de Freitas
Reinaldo da Silva Arruda

MASSAPÉ

Adriano Batista Gameleira
Antônia Rodrigues da Silva
Antônio de Assis Roda Silva
Evandro Batista Gameleira
José Ivo de Oliveira
Joselino Sousa Rodrigues
Maria Filomena Silva
Maria Silvana Rodrigues Silva
Maria Tomas do E. Santo Felipe
Raimundo Cezário Gomes
Tereza Maria de Jesus

MAUÁ*Antônio Cledinaldo de Souza***MILHA***Francisca Mere-Lúcia de Sousa***MONSENHOR TABOSA**

Ana Pinto da Silva
Antônia de Maria Souza Cardoso
Antônia Lionete da Silva Gonçalves
Antônia Souza Cardoso
Bianca Alves de Souza
Francisco Costa da Silva
Francisco Gonçalves da Silva
Francisco Rodrigues da Silva
Joana Rodrigues da Silva
Lidiana de Souza Cardoso
Lúcia de Souza Cardoso
Lucilene
Maria da Luz Silva
Maria de Souza Cardoso
Maria Edileuza Nascimento Nunes
Maria Valdirene da Silva Machado
Odaci Bizerra do Nascimento
Raimundo Nonato Soares da Silva
Rosivalda Bizerra do Nascimento
Rufino Farias Magalhães
Valdenia Bizerra Nascimento

MORRINHO*Rita de Cássia de Araújo***NOVA RUSSAS**

Altemar Severo da Silva
Ana Camelo Ferreira
Ana Paula Alves
Angélica Maria da Silva
Antônia Correia do E. Santo
Antônia de Maria
Antônia de Maria Pereira
Antônia Lúcia Bezerra dos Santos
Antônia Pereira Gonçalves
Antônia Rodrigues da Silva
Antônia Belarmino Araújo
Antônio Correia Costa
Antônio Eliseudo Alves Feitosa
Antônio Francisco
Antônio Isidoro do Nascimento
Antônio Leandro da Silva
Antônio Luiz
Cleidiane Vasconcelos Sampaio

Enoque Bezerra dos Santos
Francine Rocha da Silva
Francis Jacinto Soares
Francisca Alves da Silva
Francisca C. de Oliveira Marques
Francisca das Chagas
Francisca Eliseuda da Silva
Francisco Araújo de Lima
Francisco Cavalcante Torres
Francisco das Chagas Lima
Francisco de Paula Bezerra
Francisco Eledino Rocha da Silva
Francisco Geovani Martins
Francisco Leandro do Nascimento
Francisco Rodrigues de Souza
Francisco Rodrigues de Souza
Francisca Salete Melo de Souza
Gonçalo Lucas de Souza
Graciana Moura da Silva
Hermogen Tadeu da Silva
Jaco de Souza Lima
Joana Darque Pereira da Silva
João Batista do Nascimento
João Batista Rocha da Silva
João Irenes de Souza
Joaquim Alípio de Sousa
Joe Martins da Costa
Jorge Luiz
José Batista dos Santos
José da Silva
José Lima de Azevedo
José Silva de Souza
José Vieira de Paiva
Leocadia Virgínia da Silva
Lourenço Paulo Quoresmo
Luís Gonzaga Anarato dos Santos
Luiz Alves de Melo
Luzia Maria da Conceição
Manoel
Manoel Belarmino Araújo
Manoel dos Santos
Manoel Gomes da Silva
Manoel Melo Souza
Manoel Mendes de Barros
Manoel Pereira da Silva
Manoel Reinaldo Rocha
Manoel Rodrigues da Silva
Manoel Rodrigues dos Santos
Manoel Soares Viana
Manuel Alves Ferreira
Manuel Gege Martins
Manuel Marques de Souza
Marcos Venícios Alves da Silva
Maria Cândida de Abreu
Maria Costa Filha
Maria da Conceição
Maria da Conceição Alves Oliveira
Maria da Conceição Martins
Marta da Penha
Maria das Dores R. de Sousa

Maria das Garça Pereira da Silva
Maria das Graças Correia Costa
Maria de Lourdes de Freitas
Maria Fernandes da Silva
Maria Florência da Silva
Maria Irene Lira Gomes
Maria Ivone Rodrigues
Maria Orquídea Alves da Silva
Maria Rita
Maria Rozanja Pereira
Maria Zilneide da Silva
Marlene Costa da Silva
Moisés José Ribeiro
Otilia Ferreira Vasconcelos
Raimunda Leda de Melo
Raimundo Barbosa Sampaio
Raimundo Gomes da Silva
Rita de Souza Lima
Rosa Alves de Almeida
Rosa Ferreira de Lima
Simony Almeida de Souza
Vitaliano Medeiros de Souza

NOVO ORIENTE

Antonia Firmino
Antônia Rodrigues Costa
Antônio Alves da Silva
Antônio Evaldo
Antônio Nilson de Sousa
Antônio Nilson de Souza
Antônio Rodrigues de Paula
Arielsandro Alves do Nascimento
Fernanda Lima de Oliveira
Francisca Severo de Araújo
Francisco Marinho de Araújo
Ireno Alves dos Santos
Izaura Valéria da Conceição
João Alves de Souza
Laércio Alves dos Santos
Leidiana Batista Cordeiro
Manoel Soares da Silva
Maria Alves da Silva
Maria Alves Vieira
Maria de Fátima Matos
Maria Gonçalves da Silva
Maria Lopes da Silva
Maria Madalena
Maria Sales de Macêdo
Maria Soares da Silva
Maria Soares da Silva
Maria Soares Veloso
Otávio Aurélio Duarte
Raimunda Soares da Silva
Raimundo Nonato
Raimundo Rodrigues do Nascimento
Raimundo Soares de Oliveira
Reginalda Alves da Silva
Rita Mineiro de Freitas

PACUJÁ

Ana Cristina de Brito
Angela Maria Mendes da Silva
Antônio José da Silva
Clara Alves de Souza
Elintor Rodrigues Lima
Francisco Luciano Gonçalves
Francisco Machado Parente
Francisco Marques de Moraes
Inácio Junio Lima
João Pereira de Abreu
Maria do Socorro Alves
Maria Evangelina de Araújo
Raimundo Nonato Cordeiro

PARAMBU

Alfredo Gonçalves da Silva
Antônio Pereira de Oliveira
Antônio Toto de Oliveira
Antônio Valdeene da Silva
Antônio Vieira de Souza
Cícera Alves dos Santos
Cícero Pereira de Sousa
Constância Gonçalves Amorim
Edinaldo Fernandes
Edivaldo Vieira Cardoso
Eliane Ramos da Silva
Elielza Cavalcante de Almeida
Emanuel Pereira Lima
Erierson Pereira de Sousa
Evanice Soares dos Santos
Francisca Pires
Hélio Soares de Souza
Iracema Gomes da Silva
Joaquim Gonçalves da Silva
José Felipe Santiago
José Mota
José Soares Sobrinho
Josefa Gomes da Silva
Luiza Pereira da Silva
Magaly Gonçalves de Freitas
Manoel Conrado de Souza
Manoel Teixeira de Lima
Maria Lucarmé Pereira de Sousa
Maria Luiza da Conceição
Míxilene da Silva Lima
Olipa
Raimunda Voles Teixeira
Reginaldo Gonçalves Lima
Roziane Ramos da Silva
Sebastiana
Valdesandra Freitas Gonçalves
Varleno

PEDRA BRANCA

Antônio Macilon Ribeiro de Lima

Ironeide Ferreira da Silva
Maria de Fátima Rodrigues de Araújo

PORANGA

Francisca Rufino Nascimento
Guilherme Gonçalves dos Santos
Manuel Luís de França
Olavo José
Patrícia Rodrigues Carvalho

QUIXADÁ

Antônia Ana de Lima
Antônio Carlos Rosino dos Santos
Antônio Celso Dantas da Silva
Antônio Cezar Alves
Avelino Rodrigues de Lima
Benvidinha Ferreira Lima
Benvidinha Firmina Cima
Carlos Antônio de Souza
Cláudia Maria Freire de Souza
Edineusa Maciel de Freitas
Elder Félix da Silva
Elder Félix da Silva
Etelvina Rodrigues de Lima Souza
Evanildo Rodrigues da Silva
Filomena Silvestre
Francisca Cosma da Silva
Francisca de Assis
Francisca Elisângela da Silva
Francisca Lopes de Sousa
Francisco Antônio Félix da Silva
Francisco de Assis
Francisco Emídio dos Santos
Francisco Freire de Souza
Francisco Geovane Menezes da Silva
Francisco Geovani Menezes da Silva
Francisco Marcelo Lucas Pereira
Francisco Nacilio de Lima
Jocelio
José Carlos de Sousa
José Gerônimo de Lima
José Maciel de Freitas Martins
José Pedro de Souza
Junior Matos da Cruz
Luís do Carmo de Almeida
Luiz Castelo Branco
Manoel Freire de Souza
Manoel Paulino da Silva
Manuel Miguel de Souza
Maria Alzenir
Maria Berto
Maria da Conceição Queiroz Franca
Maria da Paz de Souza
Maria Elena Alves de Oliveira
Maria Elza Gomes Dales
Maria Gerlane de Lima
Maria Gonzaga de Lima

Maria José Barboza
Maria José Lopes de Souza
Maria Lopes de Souza
Oziel Evangelista de Abreu
Pedro Ferreira Lucas
Pedro Sérgio Vicente dos Santos
Raimunda Lopes de Lima
Raimundo Ribeiro Farias
Regiane Maciel Filipes
Rozimar Alexandre de Souza
Verbenia Alves da Silva

QUIXERAMOBIM

Francisco Ferreira Lima Filho

RERIUTABA

Francisco
Joaquim de Albuquerque
Luiz Miguel Rocha
Maria de Nazaré da Conceição

SANTA QUITÉRIA

Antônio Nonato de Melo
Delfina Maria de Jesus
Francisca Eliana de Souza Jorge
João Paulo Epaminondas de Souza

SANTANA DO ACARAÚ

Antônio Apolinário de Menezes
Antônio Valter Custódio
Benedita Fátima do Nascimento
João Tibúrcio da Silva
José Amadeu da Silva
Maria Antônia dos Santos
Maria Aparecida Ripardo
Maria do Socorro da Silva
Maria Lucia da Silva
Maria Rosiane da Costa
Maria Viana de Souza
Paulo Sérgio Evangelista

SÃO BENEDITO

Aguída Rodrigues da Costa
Alcione Almeida da Silva
Antônio Adelano Gregório da Silva
Antônio Galdino da Costa
Antônio Gregório da Silva
Antônio Marcos Pinto da Silva
Antônio Pinto da Silva
Argemiro Troeste de Moraes
Claudineide Galdino

Fábio Correia do Nascimento
Francineide Alves de Medeiros
Frutuoso
Joaquim Gregório da Silva
Júlio Gonçalves Santos
Luciene Martins de Lima
Lucilene Rodrigues Pereira
Manoel Domingos de Araújo
Marcos Antônio Pinto
Maria das Graças de Lima
Maria de Fátima Pimenta de Medeiros
Raimundo Bento de Medeiros
Raimundo Pedro do Nascimento
Rosamaria de Jesus
Zuzo de Oliveira

TAUÁ

Ado Cleiton Alexandrino das Neves
Alba Célia da Silva
Alba Célia Moreira
Ana
Ana Lúcia Tomé Pereira
Ana Paula Rodrigues de Macêdo
Anélia Pereira de Oliveira
Antônia Andréia Vicente da Silva
Antônia Cláudia
Antônia Cristina Souza Martins
Antônia Denisiene Vital
Antônia Gomes da Silva
Antônia José Vieira do Nascimento
Antônia Lima
Antônia Lucelina Gomes da Silva
Antônia Manoel
Antônia Maria
Antônia Marta Holanda Andu
Antônia Nunes de Sousa
Antônia Pinto de França
Antônia Senira
Antônia Valdemira de Souza
Antônia Verissiana da Silva
Antônio
Antônio
Antônio Alixandre Neto
Antônio Alixandre Olivina
Antônio Alves de Almeida
Antônio Dayclepio de Oliveira
Antônio Evildzio Vital
Antônio Fernandes de Souza
Antônio José
Antônio José Pacifico
Antônio Mauro
Antônio Pascoal Gomes da Silva
Antônio Pereira de Lima
Antônio Ribeiro do Nascimento
Aparecida Pereira Maciel
Carlos Cezar
Celestina Verissimo Pereira
Cícera Silva de Souza
Cimoni Silva de Oliveira

Claudenice
Claudiana Lima da Silva
Cleiton Alves de Oliveira
Cosmo Alves Mota
Cosmo e Damião Tomé
Cosmo Gonçalves Dias
Damião Gonçalves Dias
Damião Tomé
Domingos Edicarlo de Oliveira
Ebelarquino Peretra Cavalcante
Edilândia Alexandrino das Neves
Edisney Alves de Lima
Eliza Oliveira de Almeida
Emanuel do Nascimento de Souza
Emídio dos Reis da Mota
Expedito Marques de Araújo
Francigledson Agustinho da Silva
Francisca Alexandre
Francisca Alves das Chagas
Francisca Egulangila de Oliveira
Francisca Lindalva de Souza
Francisca Maria de Souza
Francisca Regina Pereira Cedro
Francisco Antônio
Francisco C. Rodrigues de Oliveira
Francisco Cirilo Araújo Chaves
Francisco Correa Filho
Francisco de Souza Lima Neto
Francisco Dias
Francisco Diassis Gomes da Silva
Francisco Gilson Fernandes
Francisco Valdemar de Lima
Francisco Vieira Coutinho Filho
Gilvan Sousa Martins
Indácio
Izabel Ferreira do Nascimento
Izaura Glória Fernandes Bezerra
Joalina Rodrigues de Souza
João Alves dos Santos
João Francisco Xavier
Joaquim Cândido da França
Joaquim José da Silva
Joaquim Marcos da Silva
José Aleidio Dias
José Alves Cavalcante
José Dionízio da Silva
José Eudiano
José Gonçalves Viana
José Pereira de Barros
José Reginaldo Sobreira
José Rodrigues de Oliveira
José Silvio Santos
José Vieira da Silva
Julia de Freitas
Jusselia Alves de Oliveira
Leonardo
Lourival Ribeiro do Nascimento
Luciano Antônio Oliveira
Luís do Nascimento Abel
Luís Nunes da Silva
Luiz Antônio

Luiza Orlanda Cavalcante
Luzia Inácia da Franca
Macilon Ribera
Manoel
Manoel
Manoel Alves dos Santos
Manoel Alves Pereira
Manoel Antonio
Manoel Araújo da Silva
Manoel Batista de Souza
Manoel de Oliveira Souza
Manoel Dias
Manoel Fernandes da Silva
Manoel Jozia da Silva
Manoel Leite de Amorim
Manoel Lima
Manoel Nivando
Manoel Vieira Dantas
Manuel
Manuel
Manuel Alves de Souza
Manuel Rodrigues de Oliveira
Manuel Sebastião Oliveira
Mara Maria Gema
Marciana
Maria
Maria
Maria
Maria
Maria Alves Cavalcante
Maria Aparecida Gomes
Maria Aurenir Souza Siqueira
Maria Creuza Cavalcante Cazada
Maria Cristina de Freitas
Maria de Fátima
Maria de Lurdes Martins
Maria Dionízio da Silva
Maria Edilândia Elias Delfino
Maria Eliane Chaves
Maria Elizabete Dias
Maria Elizange
Maria Ferreira do Nascimento
Maria Ferreira dos Santos
Maria Gomes da Silva
Maria Gorete
Maria Luiza
Maria Mateus Carneiro
Maria Sousa de A. Silva
Maria Uidileia Pacifico
Maria Vieira da Silva
Marieta Bezerra dos Santos
Moises Maria Brígido
Natalia
Ocias Francisca de Oliveira
Olinda Maria Seza dos Santos
Paulo
Pedro Mendes da Silva
Raimunda Suzete Damacena
Raimundo Feltosa Silva
Raimundo Ovidio de Souza Cazado
Ribamar Rodrigues de Oliveira

Silvana Costa Silva
 Silvestre
 Torquato Rodrigues da Silva
 Valdemar de Freitas
 Vandermacia
 Vaudeci Alves Cigera
 Vicência Ferreira do Nascimento
 Vicente Verissimo Silva
 Viniciu André Feitosa Silva

TINGUÁ

Alberto Queros de Souza
 Alcides Fernandes da Costa
 Alexandre Manuel da Rocha
 Aline da Silva
 Ana Maria de Albuquerque Galeno
 Ana Paula de Araújo Costa
 Angelo Passos Vieira
 Anizíia Ferreira Campos
 Antonio Fernandes Paiva
 Antonio Albuquerque
 Antonio Claudio Almeida da Silva
 Antonio Duo Souza
 Antonio Edilson Sousa
 Antonio Fernandes Paiva
 Antonio Fontineli Miranda
 Antonio Ramos Vieira
 Artur Alberto da Silva
 Braz Xavier de Oliveira
 Charleli Ferreira Alves
 Cleiton Gomes da Silva
 Crispim Lourenço da Silva
 Cristiana
 Diasses Ferreira Chaga
 Dormison Carneiro Frota
 Edimar Cardoso Menezes
 Emanuel Felix da Cunha
 Eva da Paixão Frota
 Everaldo Fernandes da Silva
 Firmino Francisco Moreira
 Francisca Eliza da Conceição
 Francisco das Chagas dos Santos
 Francisco Edilandro de Souza
 Francisco Oliveira Silva
 Heliete Luciano da Silva
 Isaias Rodrigues de Abreu
 George da Rocha Lima
 João
 João Canute Duo
 João Luiz Pereira
 João Pinto Cardoso
 Joaquim Ferreira da Silva
 Joaquim Francisco da Silva
 Jorge
 José Alves do Nascimento
 José Arnaldo C. Linhares
 Jostane Henrique Lima
 Juberto Cardoso dos Santos

Lucinda Maria do Nascimento
 Lucivania Bezerra de Araújo
 Luis Carlos Paiva Vieira
 Luísa Pereira da Silva
 Luiz Carneiro Duo
 Luiz Gonzaga Paiva Vieira
 Luiz Pedro de Albuquerque
 Luzia Maria de Souza
 Manoel de Souza Lima
 Manoel Francisco Mendes
 Manoel Menevino de Souza
 Manoel Messias Passos
 Manoel Pereira de Souza
 Manoel Ribeiro de Lima
 Manuel
 Manuel Rodrigues
 Marcelina Maria de Jesus
 Marcio
 Maria Cornelia de Souza
 Maria da Paz do Nascimento
 Maria de Jesus da Silva
 Maria de Lima Vieira
 Maria do Socorro Duarte
 Maria Eunice Almeida da Silva
 Maria Fernandes Paiva
 Maria Francisca da Conceição
 Maria José da Silva
 Maria Miranda
 Maria Odilon Rodrigues
 Maria Paixão Frota
 Maria Santos Marques
 Martania Francisca da Silva
 Micilene Cardoso dos Santos
 Paulo Gomes Vaz
 Paulo Sergio Gomes de Oliveira
 Raimunda Rosa da Silva
 Raimundo Eduardo
 Raimundo Salvino da Silva
 Raimundo Salvino da Silva
 Renata da Silva Rocha
 Roberto Ribeiro de Lima
 Rogeu Costa Campos
 Rosa Angela dos Santos
 Rosa Soares de Souza
 Salvina Ana do Espírito Santo
 Santana Maria da Silva
 Serafim Fernandes da Costa
 Silvaneto Carneiro dos Santos
 Ubiratan Fernandes de Aguiar
 Valdir José da Silva
 Valne Ferreira de Lima
 Vanda Costa da Silva
 Vera Lucia Pereira de Souza
 Zaqueu Ferreira da Silva

UBAJARA

Emilia Gomes de Araújo
 Gerardo Barbosa de Lima

Filadelfa Francisca de Aguiar
 Francisco Belarmino de Sousa
 Isabel Rodrigues da Silva
 Isaias Sanchos Martins
 Manoel João de Freitas
 Mansinto Firmo de Aguiar
 Maria Ximenes de Aguiar
 Rosa Alves do Carmo

VIÇOSA

Afonsa Maria dos Anjos
 Alexandre Rodrigues
 Aline Rodrigues
 Ana Aragão de Araújo
 Ana Carla da Silva
 Antonia Pereira Lima
 Antonio Alegre da Silva
 Antonio de Moraes Magalhães
 Aquiles Porto Magalhães
 Elene Maria da Conceição
 Evandro Soares de Sousa
 Francisca Aragão de Araújo
 Francisca das Chagas de Araújo
 João Paulo de Araújo
 Joaquim Fausto de Aragão
 José Porto Magalhães
 José Vicente de Lima
 Lucia Maria da Silva
 Manoel Porfirio Pereira
 Maria da Conceição dos Santos
 Maria do Socorro Rodrigues
 Maria Rosa Nazaré
 Pedro Avelino da Silva
 Raimunda Justiniana da Conceição
 Raimunda Rosa Araújo
 Raimundo Costa Galeno
 Raimundo Genaro dos Santos
 Rita Barbosa Oliveira
 Salete Barbosa Oliveira

MARANHÃO

CAXIAS

Raimunda Gomes dos Santos

MARANHÃO

Izia Mar Leite

S. FRANC. DO MARANHÃO

Manoel Lopes de Souza

PARAÍBA

BREJO DA CRUZ

Silvano Vitor da Silva
Silvano Vitor da Silva

PERNAMBUCO

ÁGUAS BELAS

Adalto Alves da Costa
Cícero Ferreira dos Santos
José Francisco da Silva
José Francisco da Silva
José Renato Ferreira dos Santos
José Renato Ferreira dos Santos
Margarida Barbosa de Oliveira
Margarida Barboza de Oliveira

CAETÉS

Deuteria Marta da Conceição
José Ferreira dos Santos
José Laurentino da Silva
Maria de Fátima da Silva
Maria Valença de Melo
Quitéria Marta da Conceição

JATI

Ailton José Santana da Silva
Ana Cláudia de Oliveira Ferreira
Ana Cláudia de Oliveira Ferreira
Cenira Pereira da Silva
Cícero Vieira da Silva
Cícero Vieira da Silva
Joaquim Félix da Silva
Joaquim Félix da Silva
José Ilton Pereira da Silva
José Ilton Pereira da Silva
Lenilza Barbosa de Oliveira
Lenira Pereira da Silva
Manoel Lourenço da Silva
Manoel Antonio da Silva
Manoel Felix de Santana
Manoel Lourenço da Silva
Manoel Matias da Silva
Manoel Severo da Silva
Manoel Severo da Silva
Marcela Gonçalves da Silva
Marileide da Silva
Marileide da Silva
Regina Alves de Souza

Rivaldo Ramos dos Santos
Rosa Barbosa de Oliveira
Valdiram Pereira da Silva

PIAUI

Francisco de Assis
José Romão da Silva

AMARANTE

Alcides Lima do Nascimento
Alcides Evaristo da Silva
Amancio José de Melo
Ana Franca e Silva
André Soares Matos
Antonio Fernandes da Silva
Antonio Pereira da Silva
Antonio Valentin Gramosa
Aria Clementina Rodrigues
Augusto Vieira de Souza
Benedito Evaristo Barbosa
Caetano de Amorim da Silva
Cândida Maria da Conceição
Carmelia Maria da Conceição
Claudiane Moraes Feltosa
Domingos Rodrigues da Silva
Elizario Alexandre Bispo
Elizario Alexandre Bispo
Elvide Lopes da Silva
Ereolino José da Lira
Estelina de Sousa Muniz
Evando Evaristo da Silva
Feliciano Duarte de Almeida
Flaviana Maria
Flores Alves da Costa
Francidalya Maria da Conceição
Franciel de Sousa Lima
Francinaldo de Araújo Pereira
Francisca das Chagas
Francisca Martins de Oliveira
Julio Bispo da Silva
Letice Bezerra Leite
Luis Rocha da Silva
Manoel Messias de Carvalho
Manoel Pereira de Andrade
Manoel Rodrigues Bueno
Manoel Rodrigues da Silva
Marcela Alves da Costa
Marco de Abreu
Marculino Ribeiro do Nascimento
Margarida Ferreira da Silva
Maria Antonio Rodrigues de Queiroz
Maria Bispo de Sousa
Maria Ciriaca de Araújo e Silva

Maria da Conceição
Maria das Mercês de Sousa
Maria das Neves da Silva
Maria de Jesus
Maria de Jesus da Silva
Maria de O. da Conceição
Maria Ferreira do Nascimento
Maria Francisca
Maria Francisca Joana da Conceição
Maria Neves Rodrigues
Maria Nonata da Silva
Maria Pereira Lima
Maria Rodrigues da Silva
Maria Rodrigues de Carvalho
Maria Suzana Chavier de Almeida
Maria Vilani do Rego
Marta Fernando de Araújo
Martiliana da Silva
Martins José dos Santos
Matilde Ferreira da Costa
Miguel Bispo de Miranda
Otavia Maria da Conceição
Otavio Calixto da Silva
Pedro
Pedro Francisco do Nascimento
Pedro Valentin Gramosa
Petronilda Maria Ferreira dos Reis
Raimunda Barreiro Barbosa
Raimundo Alexandre Bispo
Raimundo Alexandre Bispo
Raimundo José dos Santos
Raimundo Lourenço da Silva
Raimundo Lourenço da Silva
Rosa Paulina de Sousa
Rosa Rodrigues Pereira
Rosalina Maria da Conceição
Sebastião Rodrigues da Silva
Valdemar Lopes da Silva
Valentina Rodrigues de Souza
Valmira Rodrigues Bueno
Vitorina Maria da Conceição
Vitorino Ribeiro da Silva

AVELINO LOPES

Alfredo Alves Figueiredo
Denelde Mendes de Sousa
Domingas Alves Matias
Eva Soares de Figueiredo
Leades Gama da Silva
Manoel Santos Trindade
Maria da Glória Alves
Maria José Trindade
Rosimeire Alves da Rocha

CORRENTE

Liduvina Nunes

CURIMATÁ

Abelo Alves da Silva
Jovercino Pereira da Silva
Luzenita Pereira da Silva
Manoel Ferreira
Maria Joaquina da Silva
Nilvam Gomes Rodrigues
Porceira Reinaldo

DOMINGOS MOURÃO

Agrinaldo Teixeira de Sousa
Antonia Maria da Conceição
Antonio Alberto de Sousa
Antonio Maciel
Francisca Fontinello de Medeiros
Francisco Xavier de Castro
José Gracivan Teixeira
José Sampaio da Silva
Juliana Maria da Conceição
Luisa Francisca Viana
Luzia Fontinello Damasceno
Manoel Gomes da Silva
Manoel Silva Pereira
Manuel Gomes da Silva
Manuel Teixeira de Sousa
Maria do Carmo
Maria do Carmo de Oliveira
Maria do Rosário Felício
Maria dos Remédios Fontinele
Maria dos Santos Teixeira
Maria Teixeira de Oliveira
Maria Teixeira de Sousa
Maria Teixeira de Oliveira
Matias Teixeira Sobrinho
Regiane Abel da Silva
Renato Alves da Silva
Roberto Carlos Gomes da Silva
Vicente Mendes

FRANCISCO SANTOS

Adenir A. Rodrigues da Silva
Angela Maria de Jesus Gemia
Antonia Agonir da Silva
Antonia Joana da Conceição
Antonia Maria de Jesus
Antonio Camilo Neres
Antonio Inácio de Lima
Augustino C. de Farias
Bruna Rita da Conceição
Charlene da Silva
Crispim Borges de Moura
Dejane José de Brito
Edson José de Souza
Francisca A. Ferreira
Francisco Alves do Nascimento
Francisco Andersem dos Santos
Francisco de Souza Filho

Idalina Maria da Conceição
Isahul Teresa da Conceição
Jodo Batista de Souza
Joaquim de Nascimento Lima
José Candido de Souza
José da Cruz
José de Souza Veras
José Edilson
José Hipolito Pereira
José Matias de Lima
José Nogueira
Jotania
Leonidas D. do Amor Divino
Lucilene Cícera de Jesus
Magniel de Lima
Manoel Filho de Barros
Manoel Luis da Silva
Manoel Messias da Silva
Manoel Miguel de Sousa
Manuel Antonio Ferreira
Maria
Maria Clarice de Souza Santos
Maria do Socorro de Souza
Maria Elizangela de Jesus
Maria Gírlardele
Maria Joana da Conceição
Maria Joaquim Fernandes
Maria Joleide de Lima Batista
Maria Martina Rodrigues
Maria Míseleide da Silva
Maria Nogueira
Maria Rosa do Amor Divino
Maria Santa da Silva
Maria Soraia de Souza
Maria Vanessa Rodrigues
Mislene de Oliveira Lima
Paulina Mereciana de Jesus
Raimunda Maria Rodrigues
Raimundo Nonato da Silva
Ronaldo Manoel de Souza
Sandra Alves Rodrigues
Weton Rodrigues Serreira

IPIRANGA

Adenilton
Adirso de Sousa Nogueira
Alberto de Sousa Filho
Ana Amélia Moura dos Santos
Ana Maria da Conceição
Ana Maria de Jesus
Ana Rosa da Conceição
Ana Vieira dos Santos
Antonia Maria da Conceição
Antonio Honorato Pereira
Antonio Mendes Pereira
Antonio Paulo de Oliveira
Antonio Pereira dos Santos
Claudeneide Valentim dos Santos
Dominga Maria de Jesus Silva

Doroteu da Silva Fontes
Edivaldo Alves Pereira
Eliana dos Santos Pereira
Elias Manoel de Barros
Eva Vieira dos Santos
Filomena da Silva Vieira
Francisca Antonia da Conceição
Francisca Coelho de Macedo
Francisco Antonio Pereira
Francisco Assis Venancio
Francisco de Carvalho Lima
Francisco Pereira dos Santos
Francisco Rodrigues dos Santos
Isabel Maria Pereira
Isaura Maria da Conceição
João Avelino Fontes
João Batista da Silva Vieira
Joaquim Borges da Silva
José Guedes de Carvalho
Josefa Maria de Carvalho
Josefa Pereira de Sousa
Luciano Ferreira da Costa
Luis Augusto de Souza
Lusia Maria de Jesus Bezerra
Ma. da Conceição Borges
Manoel Borges da Silva
Manoel Borges de Oliveira
Manoel de Paulo Oliveira
Manoel Vicente do Nascimento
Manoel Vieira Neres
Manuel Ferreira da Costa
Maria Adilse de Sousa Lima
Maria da Conceição
Maria da Conceição V. da Silva
Maria das Dores Santos
Maria das Graças dos Santos Lima
Maria Deuzalina Ferreira
Maria Domingas Ferreira
Maria Eliene Pereira
Maria Franceline de Oliveira Lopes
Maria Helene de Carvalho Rocha
Maria José da Conceição
Maria José dos Santos
Maria Lucilene de Carvalho Rocha
Maria Moreira da Silva
Maria Oclene Pereira
Maria Pereira Ramos
Maria Pinheiro de Souza
Maria Raimunda da Conceição
Maria Rodrigues de Carvalho
Oswaldo Pereira
Pedro Bezerra de Sousa
Raimunda Maria Fontes
Raimundo Borges Caminha
Raquel da Silva Nogueira
Rita Maria de Abreu
Rita Maria Rabelo Dias
Rosilene Maria de Oliveira
Rosimeira Maria Valentim
Silvestre Nunes Viana
Teresa Maria de Jesus Sousa
Vitoria Maria da Conceição

ITAINÓPOLIS

Adão Manoel de Carvalho
Adão Manuel de Carvalho
Ademir Honorato Pereira
Antônia Geronima da Conceição
Antônia Maria da Conceição
Antonio Barbosa Neto
Antonio Gonçalves Bezerra
Antonio Pedro de Sousa
Antonio Pereira da Silva
Antonio Raimundo da Silva
Aurileide Pedrosa da Silva
Aurisom Bezerra de Barros
Bento dos Reis Borges
Casimiro José Bezerra
Celetiana da Silva
Cícero José Sampaio
Cláudia dos Santos Barbosa
Clemência Maria da Conceição
Domingos Sau
Edivaldo José de Sousa
Eleneuza Lopes dos Santos
Elias Bezerra dos Santos
Eliuseu Heleno da Vera
Erivaldo Gonçalves de Moura
Erivan Pereira de Sousa
Ernestino Felix Ribeiro
Eudes de Lima Araújo
Eva Maria da Conceição
Expedita Maria da Costa
Firmiana Francisca do Nascimento
Francima
Francima Maria da Silva
Francisca Analia da Conceição
Francisca Bezerra Santos
Francisca de Fátima Sobreira Silva
Francisca Georgina da Vera
Francisca Lucia Sobreira Silva
Francisca Luiza de Souza Vera
Francisca Maria de Sousa
Francisca Sobreira de Aragão
Francisco Alfredo da Silva
Francisco Antonio de Souza
Francisco Borges Gonçalves
Francisco Israel da Silva
Francisco José da Rocha
Francisco José de Oliveira
Francisco Luís de Oliveira
Francisco Simão da Vera
Furtunata Maria da Conceição
Gilvanira da Rocha Bezerra
Helena Ana de Souza
Heleno
Joana Borges Leal
Joana Leonelia de Sousa
João Bezerra da Costa
João Francisco de Lima
João Henrique Neto
João José Bezerra
João Marcos da Costa

João Marcos da Costa Filho
João Marcos de Araújo
João Pedro de Sousa
João Raimundo da Silva
Jociel Manoel de Sousa
Jonas Paulo de Araújo
Jonei Sauana Sobreira Silva
Jorge Filho
José Alexandre da Silva
José Anicete da Silva
José Araújo da Costa
José dos Santos
José Edilson de Sousa
José Filho Viana
José Francisco de Vera
José Francisco de Araújo
José Honorato Pereira
José Indício da Rocha
José Lazaro da Costa
José Manoel Batista
José Marciano de Sousa
José Mendes de Carvalho
José Pereira dos Anjos
José Uilton Nogueira
José Unimar dos Reis
Josefa Pereira dos Santos
Joselina Gomes da Rocha
Josimar Manoel Matos
Ladislau Antonio do Nascimento
Lidiane Maria de Jesus
Lindomar de Sousa Bezerra
Liria Gergina da Vera
Luís Bertoldo de Araújo
Luís Eliando
Luís Francisco dos Reis
Luiza de Sousa Vera
Luiza Maria da Conceição
Luiza Maria de Araújo
Luisinho Oliveira Filho
Manoel Antonio
Manoel Antonio Filho
Manoel Borges dos Reis
Manoel Borges Leal
Manoel Cecilio de Sousa
Manoel Cícero Barbosa
Manoel Cipriano de Sousa
Manoel de Sousa Silva
Manoel Francisco de Sousa Silva
Manoel Gonçalves do Nascimento
Manoel Honorato Pereira
Manoel Joaquim Bezerra
Manoel Joaquim de Sousa
Manoel José da Rocha
Manoel Leite da Silva
Manoel Martins de Sousa
Manoel Nunes da Silva
Manoel Pereira Gonzaga
Manoel Simão da Rocha
Manoel Simão da Rocha
Manoel Tiburcio Leite
Manoel Veloso Mendes

Manuel Edivaldo de Sousa
Manuel Martin de Sousa
Maria Angelita de Araújo
Maria Antonia da Conceição
Maria Bezerra dos Santos
Maria Borges dos Santos
Maria Cristina da Costa
Maria da Glória Silva
Maria da Rocha Leal
Maria das Dores
Maria das Graças
Maria de Fátima Sobreira da Silva
Maria do Carmo da Conceição
Maria do Socorro de Oliveira
Maria Domingos de Souza Matos
Maria dos Remedios
Maria Fabilina da Conceição
Maria Filha do Nascimento
Maria Gonçalves Pereira
Maria Isabel da Conceição
Maria Joana da Conceição
Maria José
Maria José de Moura
Maria José Ferreira
Maria José Ferreira
Maria Josefa de Vera
Maria Josefa Nunes
Maria Luiza da Conceição
Maria Madalena de Oliveira
Maria Minervina de Souza
Maria Oliveira Mendes
Maria Pereira de Moura
Maria Rosa de Jesus
Maria Teresa de Jesus
Maurilia Maria de Souza
Narciso Banil de Sousa
Otavio Odorico Sousa
Paulino Severo da Silva
Paulo Roberto
Paulo Rogel
Raimundo Bezerra dos Santos
Raimundo José de Sousa
Reginaldo Raimundo da Vera
Rivaldo Raimundo da Vera
Rosima Davina da Vera
Salomão Paulo de Araújo
Sebastião Cassimiro Coutinho
Simonia Borges dos Santos
Temesto Joaquim da Silva
Teresa Maria da Conceição
Tertulina Maria de Oliveira
Tita Maria
Umbilina Maria da Silva
Valdeci Valdemir de Sousa
Valto Francisco de Lima
Vitoria Expedita dos Anjos

JAICÓS

Manoel Alves de Sousa

MIGUEL ALVES

Maria do Socorro Vaz

MONSENHOR HIPOLITO

*Ana Maria da Conceição
Ana Maria de Jesus
Antonia Maria dos Anjos
Antonio Boaventura de Sousa
Antonio José Bezerra
Antonio Zeferino de Sousa
Asselina Maria de Jesus
Bento Luis Catarina
Calorina Raimunda Bezerra
Carmina Maria do Espírito Santo
Constancia Joana de Jesus
Constantina Rosa Sousa
Cristina Ana Bezerra
Elias Barbosa da Silva
Ermogenes José da Silva
Expedita Joana da Conceição
Felisbela Joana dos Anjos
Francilina José dos Anjos
Francisca Adelades de Jesus
Joana Maria da Glória
Joana Maria do Espírito Santo
João Alves de Sousa
Joaquina Filomena da Silva
José Aderson de Carvalho
José Benedito de Sousa
José Manoel de Sousa
José Marquiel de Souza
José Miguel dos Santos
José Miguel dos Santos
José Odilon Bezerra
José Primo de Carvalho
Josefa Angelina dos Anjos
Josefa Eliede de Sousa
Liberato Dias de Sá
Ligia Maria de S. Carvalho
Lucidio Inacio Barbosa Santana
Luis Carlos Sobreira
Manoel Acácio de Carvalho
Manoel Adilon Bezerra
Manoel Alves de Souza
Manoel Davi de Souza
Manoel Francisco de Sousa
Manoel Gomes de Souza
Manoel José dos Anjos
Manoel José Jozimo dos Anjos
Manoel Josefa de Deus
Manoel Josimo dos Anjos
Manoel Ludugero de Brito
Manoel Luis dos Anjos
Manoel Moreira Feitosa
Maria Albelisa de Lima
Maria Albetiza de Lima Souza
Maria Alice de Jesus
Maria Ana da Silva
Maria Ana de Souza*

*Maria Creusa de Sousa
Maria de Fátima Silva
Maria dos Remedios Gomes
Maria Evanilda de Jesus
Maria Guilhermina de Jesus
Maria Herminia de Souza
Maria Josefa do Espírito Santo
Maria Josefa dos Anjos
Maria Luiza do Espírito Santo
Maria Matilde de Jesus
Maria Rosa dos Anjos
Maria Zoneide da Silva
Marines Antonia dos Anjos
Melquides Manoel da Silva
Paulo de Souza
Pedro de Souza Filho
Pedro Lauriano da Silva
Raimunda Helena de Souza
Raimunda Helena de Souza
Raimundo Crisostomo de Souza
Roberlandia Rosa dos Anjos
Rosa Felisbela de Jesus
Salustiana Maria da Conceição
Sérgio Pereira de Souza
Shirley Enio Manuel de Souza
Simão Cipriano Adilon Bezerra
Timoteo Antonio de Souza
Valdir Janior
Vitalino Hermenegildo de Maria
Walnivaston Souza Bezerra*

PADRE MARCOS

*Antonia Joana da Conceição
Deusimar Pedro da Silva
Edivaldo Osvaldo de Souza
Francisca Maria da Conceição
Januario Francisco da Luz
Josefa Maria da Conceição
Lucia Maria da Conceição
Luiza Maria Dias
Manoel Francisco da Luz
Manoel Pedro de Almeida
Maria Lucilia de Lima*

PAULISTANA

*Ademiro Amorim dos Reis
Agostinha Mendes de Souza
Agripina Maria de Jesus
Aniza Rosa Jesus
Antonio de Sousa Martins
Bernaldina Teonilia da Silva
Bertulino
Candido Belforte da Cruz
Dominga Francisca Coelho
Eulampio Lourenço de Lima
Francisca Ana Rodrigues
Francisco Silvestre de Carvalho
Isaqui Evangelista Rodrigues*

*José Filho Rodrigues
Jozilidia Francisca da Silva
Julia Cormila de Souza
Julio Pereira da Silva
Justino José Rodrigues
Justino José Rodrigues
Manoel Mendes de Sousa
Maria do Carmo Rodrigues
Maria do Humilde
Narciso Silvestre de Carvalho
Raimunda da Silva
Raimunda Jomaria Damasceno
Rita Ana Coelho
Rosa Mereciana Souza
Sebastião Francisco de Sousa
Senhoria Juliana de Jesus
Siridião José Rodrigues
Tião Batista da Silva
Valdete Alano dos Santos
Valerio José Rodrigues
Valto Alano dos Santos
Vitoria Antonia de Jesus*

PICOS

Solimar Miguel do Nascimento

PARNAGUÁ

José Clementino

PIMENTEIRAS

*Acelino Mota da Silva
Angelo Alves de Oliveira
Antonia Rodrigues de Sousa
Antonio Alves do Nascimento
Antonio do Nascimento Alves
Arcaja Maria de Jesus
Arsitides Borges de Araújo
Ascelino da Silva Mota
Cícero de Sousa do Nascimento
Cila Pereira da Silva
Eliana Mota da Silva
Elizangela Mota da Silva
Francisca Januaria Roque dos Santos
Francisco de Assis Maia
Francisco Filho Soares de Carvalho
Francisco Pereira dos Reis
Francisco Wilson de Almeida
Givanildo da Silva Cruz
Inadia da Silva de Santana
Isabel Maria da Conceição
João Cirino da Rocha
João Neto Mateus de Sousa
Joaquim Das da Silva
Joaquim Lopes da Silva*

José Dias de Oliveira
 José P. da Costa
 Kacieli Vital Dias
 Luzimar Lopes da Silva
 Manoel Lira de Sousa
 Manoel Martins dos Anjos
 Manoel Tomas de Sousa
 Maria da Conceição Carvalho
 Mota
 Maria do Socorro Matos
 Maria Francisca de Oliveira
 Maria Montanha do Nascimento
 Maria Rodrigues Coelho
 Maria Vital Soares da Silva
 Michelis Rodrigues de Sousa
 Pedro Carlos da Silva
 Rosa Benta da Conceição
 Rosa Maria da Conceição
 Rosana Marques de Oliveira
 Valmir da Costa Mota
 Valtér José da Silva

PIO IX

Ana Antonia de Jesus
 Ana Carolina da Conceição
 Ana Francisca de Jesus
 Ana Maria da Conceição
 Antonia Aurineide Rodrigues
 Antonia Aurinete Rodrigues
 Antonia das Graças de Jesus
 Antonia de Fátima de Moraes
 Antonio do Livramento Silva
 Antonio Francisco de Sousa
 Antonio João da Silva
 Antonio José Pereira
 Cícero Rosa do Nascimento
 Cícero Rosa do Nascimento
 Edivaldo Rosa do Nascimento
 Elisa Antonia dos Santos
 Eneas Francisco de Sousa
 Eriberto Francisco Silva
 Eriberto Francisco da Silva
 Francisco Justino da Silva
 Francisca Arruda de Melo
 Francisca Derismar
 Francisca Josefa da Conceição
 Francisco Cícero Costa
 Francisco Cícero da Costa
 Francisco de Assis de Sousa
 Francisco Erivan Fortaleza
 Francisco Gomes
 Francisco Igo Gomes
 Francisco Justino da Silva
 Francisco Maciel Alves
 Francisco Maciel Alves
 Francisco Otavio João da Silva
 Francisco Raimundo da Silva
 Geraldo José Arrais
 Helena Maria da Conceição
 Helio Rufino de Oliveira

Helio Rufino de Oliveira
 Isabel Ana de Jesus
 Isabel Teresa de Jesus
 Isomita Sena Fortaleza
 Ivanildo Laurindo de Carvalho
 João Batista de Carvalho
 João Batista de Carvalho
 José Antonio Arruda
 José Matias dos Santos
 Luis Geronimo de Vasconcelos
 Luiza Rosilândia de Jesus
 Luzia Maria de Jesus
 Manoel Antonio Arruda
 Manoel Antonio da Silva
 Manoel Antonio de Arruda
 Manoel Antonio do Nascimento
 Manoel Arruda do Nascimento
 Manoel Claro Guimarães
 Manoel da Silva
 Manoel Francisco da Silva
 Manoel João da Silva
 Manoel Pedro da Silva
 Manuel Viana de Melo
 Maria Ana de Melo
 Maria Antonia de Jesus
 Maria de Fátima Fortaleza
 Maria do Livramento Silva
 Maria José de Jesus
 Maria Nazaré do Nascimento
 Maria Nazaré
 Raimunda Antônia dos Santos
 Rita Carolina da Conceição
 Sebastião Pereira do Nascimento
 Teodora Isabel de Jesus

PIRACURUCA

Cláudia Gomes da Silva

PIRIPIRI

Adriana Maria de Souza dos Santos
 Agapito Camilo dos Santos
 Antonia Alzenedi da Costa
 Antonia Maria da Conceição
 Antonia Maria do Nascimento
 Antonio dos Santos Sousa
 Aurelio da Costa Silva
 Cleidiane da Costa Silva
 Darlan da Silva Santos
 Edina Macedo dos Santos
 Edwigem Maria de Macedo
 Flaviano da Silva
 Francinete Oliveira dos Santos
 Francisca Maria de Jesus
 Francisca Maria Nunes da Conceição
 Gelvino
 Honorina Lina de Oliveira
 Inacia Maria do Nascimento
 Iranilda do Nascimento

Isabela
 Izael Silva do Nascimento
 João de Sousa Neto
 João Lisboa Sobrinho
 João Sabino de Souza
 João Sudario de Sousa
 João Vieira da Silva
 Joaquim Alves da Silva
 Joaquim Antonio da Silva
 José Alves de Oliveira
 José Carvalho Viana
 José Joaquim de Lisboa
 José Joaquim dos Santos
 José Lourenço do Nascimento
 José Sebastião Ferreira
 José Wilson de Amancio
 Justina Silvestre Brito
 Leocadio Marreiro
 Luciana
 Luciana de Oliveira
 Lucimunda de Amancio
 Luisa Alves Pereira
 Luisa Maria da Conceição
 Luisa Maria Lopes de Carvalho
 Manoel de Paulo do Nascimento
 Manoel Lopes de Carvalho
 Manuel Vieira de Melo
 Maria Alves da Conceição
 Maria Alzira da Luz
 Maria Barto de Souza
 Maria Cleia de Sousa
 Maria da Conceição
 Maria das Dores da Silva
 Maria das Graças Silva Gomes
 Maria de Souza Lisboa
 Maria dos Anjos de Carvalho
 Maria Eliete da Silva
 Maria José de Lisboa
 Maria Lourdes Silva
 Maria Luzia
 Maria Rosa de Melo
 Maria Selenia
 Maria Valkiria da Silva
 Maria Viana de Sousa
 Moises Soares dos Santos
 Nelson Pereira do Nascimento
 Pedro Viana Macedo
 Raimunda Maria da Conceição
 Raimunda Maria de Araújo
 Raimundo Barbosa do Nascimento
 Raimundo José da Silva
 Raimundo Lianou
 Raimundo Marcolino Filho
 Raimundo Nonato da Costa
 Raimundo Nonato do Rego
 Raimundo Nonato Nascimento
 Raimundo Nonato Rodrigues
 Raimundo Pereira do Nascimento
 Raimundo Pereira dos Santos
 Reginalda Leocadio Marreiro
 Rita Pereira do Nascimento
 Rodrigo do Nascimento Rodrigues

Rosa Soares de Sousa
 Silira Maria da Conceição
 Simão da Costa Lima
 Tomaz Urquiza de Carvalho
 Tródora Cardoso de Araújo
 Ulisses Alves de Sousa
 Valderina de Souza Oliveira
 Vanuza de Oliveira
 Vitoria Gomes da Conceição
 Voldir Ramos da Silva
 Zeldete Soares
 Zilda Maria de Holanda
 Zulmira Maria da Conceição

SANTA CRUZ

Amadeu Vieira da Silva
 Ana Lopes Martins
 Antonia Maria da Silva
 Antonio Manoel do Nascimento
 Arcolino Clementino de S. Martins
 Assilino Francisco Ribeiro
 Augusto Marinho da Silva
 Balbina de Sousa Lima
 Camila Maria da Rocha
 Carlos Luis de Sá
 Cícero José Lourenço
 Claudiana Vieira de Sá
 Crenilda Pereira da Silva
 Doruteia do Espírito Santo
 Dusanio Maria de Moura
 Edvaldo Pereira da Silva
 Epifania Maria da Conceição
 Erislene Pinheiro de Sousa
 Ermilina Maria da Conceição
 Eva Isabel da Silva
 Expedita Maria da Conceição
 Fabiano Alves de Freitas
 Francilina Maria Gomes
 Francinaide Pacheco de Lima
 Francisco de Acaio
 Francisco Luis de Assis
 Isabel Francisca de Sousa
 Isabel Maria de Carvalho Barros
 Joana Paulina de Azevedo
 João Romão da Silva
 José Alves de Almeida
 José Barroso de Carvalho
 José Borges da Silva
 José Borges Leal
 José Lourenço dos Santos Neto
 José Wilhamar
 Josefa Maria Olegario
 Joseno Izedio da Silva
 Lindete Lacerda de Sousa
 Lusía Gonçalves da Silva
 Manoel Borges de Azevedo
 Manoel Borges Leal
 Manoel Francisco de Moura
 Manoel Francisco Pereira
 Manoel Marinho da Silva

Manuel Borges Neto
 Manuel dos Santos Torres
 Maria
 Maria Ana de Sousa
 Maria Franciane Pacheco Lima
 Maria Francisca de Sousa Dantas
 Maria Francisca dos Santos
 Maria Francisca Ferreira
 Maria Gomes Sobrinha
 Maria Helena Moura de Araújo
 Maria Josefim do Espírito Santo
 Maria Luisa de Alencar
 Maria Madalena de Sousa
 Maria Nasila de Jesus
 Maria Neuricelma de Carvalho
 Maria Paulina de Moura
 Maria Vandia Lesa
 Martinho Tomaz de Aquino
 Muaci Gonçalves de Moura
 Pedro dos Santos Torres
 Pedro Miguel Nascimento
 Raimunda Maria do Espírito Santo
 Raimunda Pereira de Sousa
 Raimundo Borges da Silva
 Raimundo Ermino de Azevedo
 Reginaldo Valdir da Silva
 Valdene Feliciano
 Wilson Paulino da Silva

SÃO MIGUEL TAPUIO

Elvina Soares do Nascimento

SIMÕES

Abília Havelina de Sousa
 Almir Adão da Silva
 Antonio Gomes de Sá
 Antonio Joa Gomes
 Benones Francisco Vitalino
 Carlinhos
 Cícero Fulgencio de Lima
 Constancio José Gomes
 Damião Avelar de Carvalho
 Davi José Lopes
 Esmael Egidio de Araújo
 Estelina Ana da Conceição
 Eugênio Antonio do Nascimento
 Eva Maria da Conceição
 Eva Virginia da Conceição
 Francisca
 Francisca Maria de Araújo
 Francisca Matildes Rodrigues
 Francisco Basilio da Silva
 Francisco das Chagas
 Francisco Evaristo do Nascimento
 Francisco Macario Lopes
 Guilhermino Domingo
 Joaquina Maria da Cruz
 José Agemiro Lopes

José Egidio de Moura
 José Filho da Silva
 José Florencio de Araújo
 José Natividade Silva
 José Reis do Nascimento
 Juliama da Conceição Nonato
 Juliana
 Libana Josefa de Jesus
 Lucia de Fátima
 Manoel Antonio Nascimento
 Maria Aguida de Macedo
 Maria Auzeni de Sousa Filho
 Maria de Nazaré
 Maria Filha de Araújo
 Maria Francisca Viana
 Maria Josefa de Moraes
 Otília Quintina da Conceição
 Raimunda Ana de Souza
 Raimunda Isabel da Conceição
 Raimundo José Nonato
 Sandra Maria
 Silvane da Silva

UNIÃO

Alvaro Ribeiro de Sousa
 Anizia Francisca do Nascimento
 Antonio Germano da Silva
 Antonio Rodrigues de Lemos
 Benedito Madeira Filho
 Carina Ribeiro
 Cícero Pereira
 Domingo José de Andrade
 Domingos Severiano de Sousa
 Francisca das Chagas Ferreira
 Francisco das Chagas Almeida
 Francisco de Assis
 Francisco Roberto Vital
 Jardilina Nogueira Barbosa
 Joana José da Silva
 Joana Maria da Conceição
 José Antonio do Nascimento
 José Martins dos Santos
 José Ribeiro da Costa
 Manoel Pereira da Silva
 Manuel Capueiro
 Manuel Cardoso de Melo
 Manuel Rita Rodrigues
 Maria Alice Laborão
 Maria da Conceição da Silva
 Maria das Chagas
 Maria do Carmo de Sousa
 Maria dos Reis Oliveira
 Maria dos Remedios
 Maria dos Remedios de Oliveira
 Maria Elinoza Neris dos Santos
 Maria Murenir Teodoro
 Maria Onedes Barbosa dos Santos
 Matias de Lima Xavier
 Ostiano Guimarães Rocha

Raimundo de Sena Silva
 Raimundo Pereira dos Santos
 Raimundo Rodrigues da Silva
 Rosa Maria do Nascimento
 Teresa Maria de Jesus
 Teresa Maria de Jesus
 Vando Carlos da Silva

R. G. DO NORTE

JUCURUTU

Cícera Alves dos Santos
 Cícera Alves dos Santos
 João Tiburcio Viana
 José Alberto de Araújo
 Ladione Alberto da Silva
 Lidione Alberto da Silva
 Maria Aparecida
 não batizado
 não batizado
 Raimunda Alves dos Santos

PARELHAS

Domingos Fernandes do Amaral
 Maconilda Maria da Conceição
 Marconilda Maria da Conceição

SANTANA DO SERIDÓ

Cosme Clementino da Silva
 Damião Clementino da Silva
 Nielma Moraes de Azevedo
 Nielma Moraes de Azevedo
 Oesme Clementino da Silva
 Ronaldo Marinheiro da Silva

SÃO TOMÉ

Isabel Joaquina da Conceição
 Izabel Joaquina da Conceição
 João Cardoso da Silva
 Oscar Vitorino dos Santos
 Oscar Vitorino dos Santos

TOUROS

Célia Ramos dos Santos
 Célia Ramos dos Santos
 Dilma Ferreira da Silva
 Francella Maria Gomes
 Francelina Maria Gomes
 Francisco Germano da Silva
 Francisco Ramos de Oliveira

Gilma Ferreira da Silva
 Izabel da Conceição
 Jailson Barbosa da Silva
 João Cândido dos Santos
 João Maria de Oliveira
 João Maria de Oliveira
 Joaquim Laurentino Torres
 Joaquim Laurentino Torres
 José Garcia dos Santos
 José Silvestre Sobrinho
 Luiz Ferreira da Silva
 Luiza Inacio de Oliveira
 Luiza Inacio de Oliveira
 Manoel Messias da Silva
 Manoel Messias da Silva
 Manoel Salviano Filho
 Manuel Maximiano dos Santos
 Manuel Maximino dos Santos
 Maria Clecia
 Maria do Céu da Silva
 Maria Iremilda de Oliveira
 Maria Iremilda de Oliveira
 Maria Joelma dos Santos
 Maria Salete Silvestre
 Maria Vera da Silva
 Maria Vera da Silva
 Severino Liberato da Silva

SERGIPE

Artur da Cruz Silva
 Carla Maria Rosa Santos
 Carlos Marcelo Martins Santos
 Cleones Lima de Oliveira
 Cleonice Santos da Silva
 Cleverton Camilo dos Santos
 Cleverton Santos
 Edno dos Santos
 Elizane dos Santos Silva
 Fabiana Santos Martins
 Fabiano dos Santos
 Fabiano Silva Lima
 Fernanda Silva de Oliveira Santos
 Flávio Clemente Pereira
 Geivaldo dos Santos
 Givaldo dos Santos Filho
 Izabel dos Santos
 José Ailton Ferreira
 José Ailton Izidoro dos Santos
 José Anselmo da Conceição
 José Cleverton Oliveira Rocha
 José Jairo dos Santos
 José Luiz Ferro
 José Roberto dos Santos
 José Roberto Santos
 Josiane Bispo Silva Santos
 Marcelo Santos Silva
 Maria Cristiane de Almeida Valença
 Maria de Lourdes Santos

Maria Jeovane Oliveira Divaques
 Maria José Silva
 Maria Lucilene Alves
 Maria Riziane Santos
 Maria Vania Benvidio dos Santos
 Osvaldo Ferreira dos Santos
 Roseane dos Santos
 Rosevaldo Evangelista do Rosario
 Rosivania de Oliveira
 Simone Silva Santos
 Vania Ferreira dos Santos

CANHOBA

Maria Vieira de Matos

GARARU

Adeildo Alves de Santana
 Alessandra de Jesus Pinto
 Andreia Cardoso de Jesus
 Candido Dionizio de Menezes
 Edileuza Santos Silva
 Edilson Marcelino dos Santos
 Erinaldo Justino dos Santos
 Jefferson Edinaldo Machado
 Joelma Cardoso Santana
 José Batista dos Santos
 José Idolecio Santos
 José Lealdo de Jesus
 José Nilson Vieira de Melo
 José Valdeinei Liando Pinto
 Jozeyan Alves dos Santos
 Juscilene da Graça
 Laercio Alves Santana
 Lenilton Joaquim de Santana
 Lucia Costa Melo
 Manoel
 Manoel Luciano dos Santos
 Maria Alves Santana
 Maria Jaria dos Santos
 Maria José dos Santos
 Sezario Sales
 Valdiclesia Ananias Siqueira
 Vicente Celestino dos Santos
 Wellington Joaquim Santana

ITABI

Elenilde Vieira da Cruz
 José Honório Santos

JAPOATÁ

Adalberto dos Santos
 Ademilton Nascimento Silva
 Ana Luiza dos Santos
 Ana Paula Santos Andrade

Anália Maria dos Santos
Antonio Pereira Santos
Carlos Fabio dos Santos
Cesar Francisco dos Santos
Damião dos Santos
Djalma Almeida Lima
Edigar da Silva
Edmilson dos Santos
Ednaldo dos Santos
Eduardo Santos Lima
Fábio da Silva
Fábio dos Santos
Flavio Santos Lima
Fred Luis Ayles dos Santos
Gidalmo Servulo Santos
Ijoelza Santos de Oliveira
Inês Sena Sá
Izaflor dos Santos
Izaías Chagas
José Antonio dos Santos
José Antonio Silva Dias
José Damião dos Santos
José Francisco Santos
José Honorio
José Ivanildo Oliveira
José Ivó Santos
José Natanael Santos
José Nilson Santos Silva
José Rosa da Silva
José Sérgio Lima Silva
José Silva Ramos
José Silva Santos
Lília Silva da Cruz
Luis Carlos da Silva

Manoel Ferreira Filho
Maria da Gloria Santos
Maria da Pureza Santos
Maria de Fátima Santos
Maria de Fátima Santos Silva
Maria Denise dos Santos
Maria Edinete dos Santos
Maria Francisca Ferreira Santos
Maria Inamildes dos Santos
Maria Luciane Valentina
Maria Melo Santos
Maria Silva Ramos
Maria Silvanete dos Santos
Marlon de Sá
Marta Maria Vicente
Nair Gonçalves
Neuza dos Santos
Orlando Melo Henriques Santos
Oziel Bispo Almeida
Rogério do Nascimento
Rosângela dos Santos
Severina dos Santos
Solange dos Santos

MURIBECA

Inocencio do Espirito Santo

N. S. GLORIA

Ginaldo dos Santos
Maria Cilane dos Santos

Nildenere Cordeiro Barboza
Vagno Bispo dos Anjos

N. S. LOURDES

Argemiro Siqueira
Francisco Menezes
José Fernando Bisseno
Marcia Correia da Rocha
Maria Santinha Menezes

NEÓPOLIS

Aguinaldo Santos
Aguinaldo Silva
Antonio José
Florivaldo Gomes de Lima
Gilmarco Matias dos Santos
José Cubertino Matias
José Ilde Matias
José Matias
Maria Bispo Matias
Maria de Lourdes Matias
Maria Zulmira Marinho dos Santos
Sandro Matias

PROPRÍÁ

Lindomar Vieira da Silva

Imprimiu
CENTRAIS IMPRESSORAS
BRASILEIRAS LTDA.
Av. Vila Ema, 722
Tel.: 273-8422 - CEP 03156
São Paulo - SP

Este livro traduz a indignação do movimento popular do Nordeste e de entidades de apoio diante da mortalidade, sobretudo infantil, que ocorreu durante a grande seca de 1979-1983.

Sua leitura, enriquecida com fotos e depoimentos de pessoas que viveram o drama cotidiano da fome, sugere outra interpretação da problemática do Nordeste, segundo a qual o espaço geofísico não explica a miséria do seu povo.

A listagem de mais de cinco mil nomes de mortos e a projeção de mais de setecentos mil materializam verdadeiro genocídio cujos responsáveis — políticos e latifundiários — deverão receber pelo menos o repúdio da opinião pública nacional.